



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE
E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**Discurso, Ideologia e Poder: Uma Análise da
Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento
Internacional (2003-2010)**

ALICE VIEIRA SANTOS

Brasília

Abril de 2015

ALICE VIEIRA SANTOS

**Discurso, Ideologia e Poder: Uma Análise da
Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento
Internacional (2003-2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional sob orientação do Professor Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa.

Brasília

Abril de 2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V657d Vieira Santos, Alice
Discurso, Ideologia e Poder: Uma Análise da
Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento
Internacional (2003-2010) / Alice Vieira Santos;
orientador Luiz Fernando Macedo Bessa. -- Brasília,
2015.
167 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação
Internacional) -- Universidade de Brasília, 2015.

1. Brasil. 2. África. 3. Cobradi. 4. Cooperação
internacional. I. Macedo Bessa, Luiz Fernando ,
orient. II. Título.

ALICE VIEIRA SANTOS

**Discurso, Ideologia e Poder: Uma Análise da Cooperação Brasileira para o
Desenvolvimento Internacional (2003-2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional sob orientação do Professor Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa.

Brasília, 23 de abril de 2015.

Comissão Examinadora

Professor Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa
Orientador – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional da Universidade de Brasília (UnB)

Professora Dra. Francisca Cordelia Oliveira da Silva
Examinadora Externa - Professora Adjunta do Departamento de Linguística,
Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (LIP/UnB)

Professor Dr. Rodrigo Pires de Campos
Examinador – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e
Cooperação Internacional da Universidade de Brasília (UnB)

Professora Dra. Viviane de Melo Resende
Suplente – Professora Adjunta do Departamento de Linguística, Português e Línguas
Clássicas da Universidade de Brasília (LIP/UnB)

Para Raquel, Ivete e Moisés (em memória).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Luiz Fernando Macedo Bessa, meu orientador, pela confiança em mim depositada e pela liberdade concedida a mim durante todo o Mestrado. Agradeço por sua abertura a me acompanhar na aventura de navegar pelos mares para nós pouco conhecidos da Análise de Discurso Crítica. Sua postura colaborativa, compreensiva e tranquilizadora permitiram que este trabalho fosse realizado da maneira mais leve possível.

Agradeço à Profa. Viviane de Melo Resende, que compôs a banca de qualificação do meu projeto de pesquisa, por sua atenção, dedicação e disponibilidade para contribuir com meu trabalho e para me socorrer nos momentos de dificuldade. Seu parecer da qualificação, cuidadosamente elaborado, foi fundamental em todo o processo de reflexão e de escrita que resultou neste trabalho. Agradeço por sua paciência e humildade em me reconhecer como interlocutora mesmo eu não sendo linguista.

Agradeço ao Prof. Rodrigo Pires de Campos, que compôs a banca de defesa desta dissertação e também a banca de qualificação do meu projeto de pesquisa, pelos apontamentos e contribuições no momento da qualificação, pelas indicações de leitura e pelas várias conversas profícuas nas salas de aula da Universidade de Brasília e nas reuniões do Grupo de Estudos sobre Cooperação Internacional. Agradeço pela disposição em contribuir com minhas reflexões.

Agradeço à Profa. Francisca Cordelia, por sua disponibilidade para compor a banca de defesa deste trabalho. Agradeço por aceitar prontamente o convite, ainda que meu trabalho não tenha sido realizado em um programa da Linguística. Agradeço pelo interesse em se debruçar sobre minha dissertação com o objetivo de contribuir para sua consistência teórico-metodológica.

Agradeço pela bolsa de Mestrado concedida pela Capes, cujo apoio foi essencial para a realização desta pesquisa. Agradeço a todos os Professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da

Universidade de Brasília – PPGDSCI/CEAM/UnB, pelo apoio em todos os momentos que precisei.

Agradeço aos meus amigos, frutos do PPGDSCI, cuja amizade significa um divisor de águas na minha trajetória em Brasília: à Raissa Ferreira Teixeira, à Renata Pinho Studart Gomes, à Bruna Boeckmann de Andrade e ao Leandro de Carvalho por estarem presentes e acompanharem cada passo da minha vida. Agradeço pela cumplicidade, pela sensibilidade, pelo companheirismo e pelo cuidado comigo em todos os momentos, dia e noite, sete dias por semana. Vocês são mais do que amigos. São a família que a vida me permitiu escolher.

Agradeço especialmente à Ângela Pires Terto, pelas inúmeras conversas e pelas opiniões sempre muito pertinentes sobre meu trabalho. Agradeço à Adrilane Oliveira, que contribuiu para as primeiras definições do meu projeto de pesquisa. Agradeço também à Mariana Montebugnoli e à Ana Paula Lage de Oliveira pelas contribuições bibliográficas e pelos vários momentos de reflexão conjunta. Agradeço aos colegas da minha turma de Mestrado, George Maha, Jéssica Martins, Camilla Horta, Adriana Lombardo, Jaime Reis e a todos os colegas do PPGDSCI, pelos momentos compartilhados.

Agradeço a todas as pessoas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que contribuíram para a realização deste trabalho: Claudinei Nascimento, Roberta Tiemi Saita, Rodrigo Torres de Araújo Lima, Juliana Cardoso Benedetti, Patrícia Barcelos, Caroline Dias dos Reis, Polliana Andrade e Alencar, Leonardo Barbosa, Mariana Alvarado Cuenca, Danilo Vergani e Maria Helena Notari. Agradeço pela compreensão e pelo suporte cotidiano.

Agradeço pelo incentivo de pessoas que, mesmo a longas distâncias, fazem questão de estarem presentes e compartilhar dos meus desafios: Ana Elisa de Figueiredo Bersani, Gabriela Couto Rosa, Amarílis Martinati de Oliveira, Maria Fernanda Zumbano, Giovana Pelegrini Palma, Beatriz Basile de Carvalho, Larissa Vieira Marino e Laryssa Duarte Venturoli. Agradeço pela amizade incondicional.

Agradeço ao Pedro Mariano Martins Pontes pelo companheirismo, pela compreensão, pelo cuidado, pela paciência, pelos momentos de reflexão conjunta e

pelos momentos de descontração. Agradeço pelo dia a dia compartilhado e por dar o melhor de si. Sempre.

Agradeço, acima de tudo, à minha família. À minha irmã, Raquel Vieira Santos, pela convivência diária mesmo morando longe há dez anos. Agradeço pelas cartas, pelas mensagens, pelos telefonemas, pelas surpresas, pela motivação sem a qual não seria possível aguentar a distância. Agradeço por fazer parte de mim. Agradeço à minha mãe, Ivete S. Vieira Santos, por acreditar em mim e nunca me deixar esquecer do que realmente importa: os momentos vividos com quem se ama. Agradeço pelos choros e risos compartilhados. Pelo conforto nos momentos de dificuldade. Agradeço ao meu pai, Moisés Antônio dos Santos (em memória) por despertar em mim o gosto pelos livros e pela Universidade. Agradeço aos três pelos momentos plenos, os quais se tornam eternos. Não importa onde, quando estou com vocês, estou em casa.

RESUMO

O engajamento do Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID mostrou aumento substancial no período 2003-2010, voltada principalmente a países da América Latina e da África. O movimento de ampliação das ações e dos recursos destinados à política brasileira de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento deu-se acompanhado de uma construção discursiva do governo, a qual destaca princípios orientadores da atuação brasileira, como solidariedade, horizontalidade, atuação conforme demanda dos países parceiros, respeito à soberania, bem como ausência de condicionalidades e de interesses comerciais. Com base no referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica – ADC, este trabalho parte da percepção de que existem disputas de poder travadas pelo Brasil no e pelo discurso sobre sua cooperação internacional. Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar a dimensão discursiva que integra a prática da cooperação internacional brasileira, inserida no contexto mais abrangente da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, explorando como mecanismos de poder operam no e pelo discurso brasileiro, bem como seus possíveis efeitos sobre a atuação do Brasil no cenário internacional de maneira mais ampla.

Palavras-chave: Brasil, África, Cobradi, Cooperação internacional.

ABSTRACT

Brazil's engagement in International Cooperation for Development – ICD increased substantially between 2003-2010, specially with Latin American and African countries. The augmentation of actions related to and resources earmarked for Brazil's International Cooperation for Development policy was followed by a governmental discursive formulation, which emphasizes the guiding principles of Brazilian ICD, such as solidarity, horizontality, acting according to demands from partner countries, respect for sovereignty, as well as absence of conditionality and commercial interests. Based on the Critical Discourse Analysis – CDA theoretical framework, this work is based on the assumption that there are power disputes waged by Brazil in and through its ICD discourse. Therefore, this work seeks to analyze the discursive dimension that integrates Brazil's ICD practice, in the wider context of International Cooperation for Development, exploring how mechanisms of power operate in and through the Brazilian discourse and, more broadly, its possible effects on Brazil's international relations.

Keywords: Brazil, Africa, Cobradi, International cooperation.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Assistência Oficial ao Desenvolvimento CAD/OCDE 1960-2009..... | 56 |
| Figura 2: Cobradi 2005-2007 | 81 |
| Figura 3: Cobradi 2008 e 2009..... | 82 |
| Figura 4: Cobradi 2010 | 82 |
| Figura 5: Gastos com cooperação técnica (2005-2010)..... | 84 |
| Figura 6: Gastos com cooperação humanitária (2007-2010)..... | 90 |
| Figura 7: Gastos com operações de paz (2005-2010)..... | 93 |
| Figura 8: Contribuições para organizações internacionais e bancos regionais (2005-2007)..... | 95 |
| Figura 9: Contribuições para organizações internacionais e bancos regionais (2007-2009 e total do período 2005-2009)..... | 95 |
| Figura 10: Contribuições para organismos internacionais (2010)..... | 96 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS | 22 |
| 1.1. Referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica – ADC | 23 |
| 1.1.1. Discurso | 25 |
| 1.1.2. Ideologia..... | 30 |
| 1.1.3. Poder..... | 34 |
| 1.2. Procedimentos metodológicos..... | 39 |
| 2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DA CONJUNTURA..... | 43 |
| 2.1. Cooperação internacional no contexto geopolítico bipolar | 45 |
| 2.1.1. Teorias da Modernização | 48 |
| 2.1.2. Dependência, Periferia e Questões Sociais | 51 |
| 2.1.3. O paradigma neoliberal | 55 |
| 2.2. Cooperação internacional em um contexto geopolítico multipolar..... | 58 |
| 2.2.1. O paradigma do desenvolvimento sustentável | 61 |
| 3. ANÁLISE DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL | 70 |
| 3.1. Evolução da cooperação internacional brasileira | 71 |
| 3.2. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (2003-2010): informações do relatório oficial..... | 77 |
| 3.2.1. Cooperação técnica..... | 83 |
| 3.2.2. Cooperação científica e tecnológica..... | 85 |
| 3.2.3. Cooperação educacional | 87 |
| 3.2.4. Cooperação humanitária..... | 89 |
| 3.2.5. Apoio e proteção a refugiados | 91 |
| 3.2.6. Operações de manutenção da paz..... | 92 |
| 3.2.7. Gastos com organismos internacionais | 93 |
| 3.3. Princípios orientadores da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional..... | 96 |
| 4. ANÁLISE DO DISCURSO BRASILEIRO | 107 |
| 4.1. Interdiscursividade | 108 |
| 4.2. Dissimulação | 116 |
| 4.3. Legitimação | 120 |
| 4.4. Unificação..... | 127 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 135 |
| REFERÊNCIAS | 141 |
| ANEXOS | 145 |

O discurso é não apenas o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é a coisa para a qual e pela qual a luta existe, o discurso é o poder a ser tomado.

Michel Foucault
(A Ordem do Discurso)

INTRODUÇÃO

Transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no sistema internacional, principalmente no final do século XX, apontam novos desafios e oportunidades para diversos atores em uma conjuntura complexa. No início do século XXI, temas como meio ambiente, direitos humanos e questões culturais ganharam projeção global e passaram a ocupar o centro de discussões e negociações internacionais a respeito do desenvolvimento. Nesse quadro, a chamada Cooperação Internacional para o desenvolvimento – CID, considerada instrumento eminente de promoção do desenvolvimento, vem ampliando e diversificando suas formas de atuação no cenário mundial.

O termo cooperação, concebido como ação coordenada de atores independentes em busca de benefício mútuo (DAI; SNIDAL, 2010), refere-se, neste trabalho, à CID como prática internacional voltada à promoção do desenvolvimento principalmente a partir do contexto pós-Segunda Guerra Mundial. A prática da CID é também chamada assistência ou ajuda internacional para o desenvolvimento, dependendo do contexto em que é mencionada e da perspectiva dos atores que a mencionam. A ampliação da prática da CID, ao longo do tempo, deu origem ao que se passou a chamar de Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento, definido como rede relativamente articulada de instituições públicas e organizações da sociedade civil que promovem ações de CID (PINO, 2006).

No Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento, o termo “doador” tradicionalmente refere-se aos países considerados desenvolvidos que empreendem ações em favor de países considerados em desenvolvimento, os chamados “recipiendários”. Esses termos referem-se ao chamado modelo tradicional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, baseado em relações de poder assimétricas e verticalizadas entre países considerados desenvolvidos e países considerados em desenvolvimento, entre “doadores” e “recipiendários”. Esse modelo tradicional, chamado “Cooperação Norte-Sul”, é considerado, neste trabalho, como padrão hegemônico¹ de cooperação internacional.

¹ O conceito de “hegemonia” de Antonio Gramsci é compreendido como liderança e dominação exercidas com base no consenso mais do que no uso da força e sempre atingidas

Durante o período que compreende o pós-Segunda Guerra Mundial até o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, é possível afirmar que a dinâmica internacional, de maneira geral, esteve condicionada à lógica de disputa hegemônica entre o oeste capitalista e o leste socialista. Nesse período, é possível afirmar que a cooperação internacional consistia em componente estratégico na busca por áreas de influência tanto capitalista quanto socialista. No início dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria, muitos observadores apostaram que seria o fim da chamada ajuda internacional, uma vez que a motivação central da comunidade de países considerados “doadores”, definida por interesses políticos e estratégicos em uma lógica bipolar, perderiam importância em um novo contexto geopolítico (MAVROTAS, 2010). No entanto, o início deste século testemunhou não o declínio, mas uma reestruturação da agenda da cooperação internacional em um novo momento no qual o conflito Leste/Oeste² cedeu espaço para o contraste Norte/Sul³.

Além das mudanças geopolíticas, a cooperação internacional passou a refletir e reforçar as novas questões prioritárias da agenda internacional, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, questões climáticas, direitos humanos, crescente protagonismo de países considerados emergentes, entre outras. A multipolaridade passou a figurar, então, como elemento característico das relações entre os diversos países, o que permitiu o estabelecimento de novos arranjos no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento.

Dentro da perspectiva Norte/Sul, cujas raízes remontam à Conferência de Bandung em 1955, é possível identificar, em tempos recentes, a emergência de países como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), os quais vêm registrando crescimento econômico elevado e melhorias nas condições de vida de suas populações. Nesse contexto da chamada “ascensão do Sul”, parece possível afirmar que o Brasil apresentou melhorias em relação a questões econômicas, sociais

parcial e temporariamente em um equilíbrio instável, o que caracteriza o conceito de “luta hegemônica”. A chamada cooperação Norte-Sul é considerada, neste trabalho, modelo dominante de cooperação a partir de uma perspectiva que enfatiza o surgimento de modelos concorrentes, o que caracteriza um contexto de lutas hegemônicas entre padrões distintos de cooperação.

² A perspectiva Leste/Oeste refere-se ao conflito entre os países capitalistas, liderados pelos EUA, e os países socialistas, liderados pela URSS, durante o período da Guerra Fria.

³ A perspectiva Norte/Sul refere-se ao contraste entre países considerados desenvolvidos (Norte) e países considerados em desenvolvimento (Sul).

e políticas. Do ponto de vista econômico, o país fortaleceu-se e figura entre as 10 maiores economias do mundo. Em termos sociais, houve uma significativa redução da pobreza, acompanhada de programas de inclusão que se tornaram exemplo no mundo, como o Bolsa Família, vencedor do I Prêmio por Desempenho Extraordinário em Seguridade Social, concedido pela *International Social Security Association* (ISSA). Tais conquistas aconteceram em meio ao processo político de consolidação de um regime democrático, iniciado na década de 1980.

Esse quadro, aliado a uma política exterior com renovado interesse na diversificação e adensamento das relações internacionais do Brasil, fortalecida especialmente durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), possibilitou uma maior atuação do país no cenário internacional. Nesse movimento, o Brasil ampliou sua política de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID, chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi. De acordo com os relatórios oficiais brasileiros, a Cobradi refere-se aos recursos da administração pública federal direcionados ao cumprimento de responsabilidades assumidas internacionalmente em tratados, convenções, acordos, protocolos, atos institucionais ou compromissos internacionais (IPEA; ABC, 2013). As ações empreendidas pela Cobradi são executadas através de distintas modalidades: cooperação técnica; cooperação científica e tecnológica; cooperação educacional; cooperação humanitária; apoio e proteção a refugiados; operações de manutenção da paz e gastos com organismos internacionais (IPEA; ABC, 2013). Diversas instituições do governo federal, desde Ministérios até agências governamentais e institutos de pesquisa, encontram-se diretamente envolvidas nas ações da cooperação brasileira.

No início dos anos 2000, a cooperação internacional empreendida pelo Brasil aumentou substancialmente. Os recursos voltados à Cobradi passaram de aproximadamente 384,2 milhões de reais, em 2005, para mais de 724 milhões, em 2009 (IPEA; ABC, 2010), chegando a 1,6 bilhão em 2010 (IPEA; ABC, 2013), o que promoveu grande visibilidade à cooperação brasileira tanto do ponto de vista interno quanto internacional. A ampliação substancial da atuação brasileira no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento durante o período 2003-2010 foi voltada principalmente a países da América Latina e da África. De acordo com Amado Cervo (2010), a América Latina é tradicionalmente uma prioridade na política

exterior brasileira. Em relação ao continente africano, houve momentos específicos em que o Brasil demonstrou maior interesse na aproximação com a África, como durante o período da chamada Política Externa Independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), ou no chamado Pragmatismo Responsável e Ecumênico de Ernesto Geisel (1974-1979). Depois do processo de redemocratização iniciado na década de 1980, é possível afirmar que a retomada do interesse em aprofundar as relações com os países africanos aconteceu durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o qual intensificou as relações entre o Brasil e o continente africano por meio de abertura de embaixadas, negociações comerciais e projetos de cooperação, colocando o continente africano como prioridade na política exterior do Brasil.

A ampliação da atuação brasileira no campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento deu-se acompanhada de uma construção discursiva do governo, a qual destaca princípios orientadores que fundamentam sua atuação, como solidariedade, horizontalidade, atuação conforme demanda dos países parceiros, respeito à soberania, bem como ausência de condicionalidades e de interesses comerciais (LEITE et al.). Tal discurso afirma que o objetivo da cooperação brasileira é contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social. Assim, a chamada “cooperação solidária” do Brasil ganhou atenção tanto na mídia quanto na academia, suscitando posicionamentos diversos na opinião pública e nas produções científicas.

Reconhecendo a linguagem como dimensão da vida social, e por isso a importância da análise linguística no estudo sobre fenômenos sociais, a presente pesquisa tem como foco o momento discursivo que integra a prática da cooperação internacional brasileira. Este trabalho tem como base o referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica – ADC, abordagem que considera tanto o aspecto semiótico quanto o aspecto social dos eventos discursivos, propondo uma análise situada em um contexto social e histórico.

A Análise de Discurso Crítica compreende o discurso como dimensão das práticas sociais, ou seja, compreende a linguagem como parte constitutiva da vida social. A ADC compreende que o discurso, como manifestação da linguagem, é influenciado pelas práticas sociais e, ao mesmo tempo, tem efeitos sobre elas. Assim,

a linguagem é concebida como instrumento de poder. A ADC é comprometida com o questionamento de aspectos políticos e morais da vida social, por isso os eventos discursivos são analisados através de uma perspectiva crítica sobre contextos situados que envolvem questões de dominação. Desse modo, considerando o discurso como momento da prática social, a dimensão discursiva da Cobradi ganha nova perspectiva analítica, pois não se trata de elemento irrelevante, mas de componente significativo das práticas da cooperação brasileira.

A vertente da ADC desenvolvida por Norman Fairclough e utilizada neste trabalho apresenta uma postura ontológica crítico-realista, assumindo uma perspectiva transformacional da sociedade. Conforme será apresentado, o referencial teórico-metodológico utilizado neste trabalho é desenvolvido com base em três conceitos-chave: “discurso”, “ideologia” e “poder como hegemonia”. Em ADC, o conceito de discurso apresenta dois significados: de maneira mais abstrata, significa o momento discursivo que integra as práticas sociais; de maneira mais concreta, significa uma maneira particular de representar aspectos do mundo. Em relação à ideologia, a ADC apresenta uma concepção crítica, concebendo a ideologia como sentido a serviço do poder. O poder, em ADC, é concebido como hegemonia, como dominação instável e temporária estabelecida, mantida ou transformada com base na construção de consensos e adesões, mais do que por meio do uso da força.

Em conformidade com a postura crítico-realista assumida, a ADC considera que não há pesquisas objetivas em análise de discurso, reconhecendo sua natureza necessariamente seletiva e parcial. De acordo com a ADC, a pesquisa qualitativa apresenta um caráter interpretativo, o qual permite transformar aspectos do mundo em representações por meio das quais é possível descrever, entender e interpretar tais aspectos. Seu caráter científico reside no processo de compreensão e explanação do material empírico segundo um arcabouço teórico particular (RAMALHO; RESENDE, 2011).

De acordo com Ramalho e Resende (2011), pesquisas orientadas pela Análise de Discurso Crítica partem da percepção de um problema social parcialmente discursivo. Conforme mencionado, a projeção da cooperação internacional empreendida pelo Brasil deu-se acompanhada de um discurso oficial do governo, o qual destaca princípios orientadores da atuação brasileira, como solidariedade e

horizontalidade nas relações entre países, ausência de condicionalidades e de interesses comerciais nas práticas de cooperação, e afirma o compromisso brasileiro com a promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social. Esta pesquisa parte da percepção de que existem lutas hegemônicas travadas pelo Brasil no e pelo discurso sobre a Cooperação Brasileira para Desenvolvimento Internacional – Cobradi.

O ponto de partida da crítica almejada por esta pesquisa refere-se à aparente investida contra-ideológica do governo brasileiro no esforço de reposicionamento do significado de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no contexto geopolítico mundial. Nesse sentido, dentro de uma perspectiva transformacional da sociedade em termos de luta hegemônica, esta pesquisa toma poder como instrumento de desestabilização e busca explorar como alterações de significado da CID podem servir a estratégias da atuação brasileira no cenário internacional.

A proposta teórico-metodológica da ADC tem em vista dois objetivos principais: investigar mecanismos causais discursivos e seus efeitos potencialmente ideológicos; e refletir sobre possíveis maneiras de superar relações assimétricas de poder parcialmente sustentadas por sentidos de textos (RAMALHO; RESENDE, 2011). Assim, depois da percepção de um problema social parcialmente discursivo, a ADC propõe a identificação de obstáculos para que o problema seja superado. De acordo com a ADC, o primeiro passo para a superação de relações assimétricas de poder pode estar no desvelamento de ideologias, ou seja, de sentidos que, em circunstâncias particulares, servem para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Desse modo, com base no referencial teórico-metodológico da ADC, este trabalho tem como objetivo geral analisar a dimensão discursiva da Cobradi, inserida no contexto mais abrangente da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, colocando as seguintes questões: Como pronunciamentos oficiais específicos sobre a Cobradi permitem entrever usos estratégicos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e possíveis mecanismos de poder articulados? Como esses pronunciamentos (re)construem o significado de CID? Há rupturas de sentido entre os significados até então legitimados de CID e outros construídos nesses pronunciamentos? Que implicações potenciais essas disputas discursivas podem ter

sobre a identidade nacional brasileira? De que maneira o discurso do governo Lula da Silva, manifestado em determinados pronunciamentos oficiais, opera ideologicamente?

Para responder a essas questões, este trabalho propõe, como objetivos específicos, a realização de três tipos de análise: análise da conjuntura, análise da prática particular e análise do discurso. As análises da conjuntura e da prática particular conformam a contextualização da análise discursiva, levando em consideração dimensões essencialmente não discursivas da prática estudada. A análise do discurso, realizada por meio de categorias analíticas, relaciona elementos semióticos e não semióticos da prática estudada, ultrapassando a simples descrição e interpretação de textos (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Nessa lógica, o presente trabalho estrutura-se da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta o referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica como base ontológica, epistemológica e metodológica desta pesquisa em seu propósito de analisar a dimensão discursiva da chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi, inserida no contexto mais abrangente da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID. A definição do referencial teórico-metodológico da ADC consiste em requisito para a definição dos procedimentos metodológicos desta pesquisa.

O segundo capítulo, o qual conforma uma análise da conjuntura, apresenta a trajetória da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento através de uma perspectiva transformacional abrangente, considerando o contexto pós-Segunda Guerra Mundial e as transformações ocorridas ao longo das últimas décadas até o início dos anos 2000. Tal análise conjuntural expressa uma interpretação particular sobre a evolução da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, destacando a evolução do contexto geopolítico e do pensamento sobre desenvolvimento.

O terceiro capítulo, que conforma a análise da prática particular, versa sobre a cooperação internacional no caso específico do Brasil, apresentando um breve panorama histórico, bem como o arcabouço institucional, levantamentos oficiais e princípios valorativos presentes em posicionamentos institucionais do país no período

2003-2010, os quais conformam uma construção discursiva específica, no que consiste no foco deste trabalho.

O quarto capítulo realiza a análise de oito pronunciamentos oficiais do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, questionando quais discursos sobre cooperação internacional e sobre desenvolvimento são articulados nos pronunciamentos brasileiros; como o discurso brasileiro oculta e obscurece relações de dominação; como representa relações de dominação como sendo justas e dignas de apoio; e como constrói simbolicamente uma forma de unidade coletiva de maneira estratégica. Para isso, são utilizadas as categorias analíticas interdiscursividade, dissimulação, legitimação e unificação, tendo como foco principal o significado representacional dos textos selecionados. As considerações finais retomam os argumentos desenvolvidos nas análises da conjuntura, da prática particular e do discurso à luz dos conceitos de *system-affecyting state* (KEOHANE, 1969) e *soft power* (NYE, 1990), buscando responder às questões de pesquisas colocadas nesta introdução.

É importante destacar que este trabalho, de caráter multidisciplinar, utiliza o referencial teórico-metodológico da ADC para realizar uma análise particular e limitada, voltada apenas ao significado representacional do momento discursivo que integra a prática da cooperação internacional brasileira, em detrimento do significado acional e identificacional. Assim, as categorias analíticas utilizadas enfatizam os aspectos da análise social dos textos selecionados, em detrimento da análise dos aspectos semióticos. Portanto, este trabalho reconhece seu caráter incompleto e parcial do ponto de vista da Linguística.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Em tempos recentes, diversos campos de estudo começaram a reconhecer os modos como as mudanças no uso linguístico estão relacionadas a processos sociais e culturais mais amplos e, então, passaram a considerar a importância da análise linguística como método para estudar a reprodução e a transformação social (FAIRCLOUGH, 2001). A chamada “virada linguística” no pensamento social e filosófico, cujas origens remontam aos trabalhos de diferentes intelectuais como Ferdinand de Saussure e Ludwig Wittgenstein, passou a conferir uma dimensão mais central à linguagem nos estudos sobre fenômenos sociais.

Com o objetivo de desenvolver uma teoria social da linguagem, uma abordagem teórica que considere tanto o aspecto semiótico quanto o aspecto social dos eventos discursivos, Norman Fairclough propõe uma síntese entre métodos de análise desenvolvidos na linguística e teorias sociais. De acordo com Fairclough (2001), as abordagens que, de algum modo, combinam a análise linguística com uma orientação social para o discurso podem ser divididas em dois grupos segundo a natureza de sua orientação: abordagens “não críticas” e “críticas”. As abordagens críticas, dentre elas a Análise de Discurso Crítica – ADC, dão ênfase a como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias, bem como aos efeitos constitutivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001).

A Análise de Discurso Crítica não constitui abordagem única e estável dos estudos discursivos. Ao contrário, existe uma variedade de abordagens que se identificam sob esse termo, o que sugere seu caráter heterogêneo, instável e aberto aos diálogos interdisciplinares. Embora exista essa diversidade, as diferentes vertentes da ADC utilizam análises sistemáticas de textos como método de pesquisa e também compartilham de uma perspectiva crítica sobre contextos situados que envolvem questões de poder (RAMALHO; RESENDE, 2011). A perspectiva crítica da ADC, comprometida com o questionamento de aspectos políticos e morais da vida social, tem raízes na Linguística Crítica e no diálogo com a Ciência Social Crítica. No caso da vertente desenvolvida por Fairclough, principalmente no diálogo com o Realismo Crítico (RAMALHO; RESENDE, 2011).

A ADC fornece subsídios para a realização de pesquisas qualitativas cujo principal material empírico são textos. De acordo com Ramalho e Resende (2011), o processo de pesquisa qualitativa envolve orientações de caráter ontológico, epistemológico e metodológico, as quais configuram seu esquema interpretativo. Nessa lógica, o primeiro passo consiste na definição ontológica que orientará a investigação, pois tal definição determinará as decisões de cunho epistemológico e metodológico.

Este capítulo tem como objetivo apresentar o referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica – ADC como base ontológica, epistemológica e metodológica deste trabalho em seu propósito de analisar a dimensão discursiva da chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi, inserida no contexto mais abrangente da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID. A partir de uma perspectiva crítico-realista, o referencial teórico-metodológico considerado neste trabalho é baseado nos conceitos de “discurso”, “ideologia” e “poder como hegemonia”, os quais serão apresentados no decorrer deste capítulo.

1.1. Referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica – ADC

O Realismo Crítico de Roy Bhaskar concebe o mundo como sistema aberto e em constante mudança (RAMALHO; RESENDE, 2011). Tal concepção é socialmente situada, mas não socialmente determinada, enfatizando a possibilidade de mudança social. A perspectiva transformacional do Realismo Crítico compreende que sociedades criam indivíduos e indivíduos afetam sociedades. No entanto, ações e condições não se confundem, de maneira que as estruturas são irreduzíveis aos agentes que as transformam. Isso significa que, em um determinado corte sincrônico, a sociedade não é criação dos seres humanos, mas condição pré-existente, embora diacronicamente a sociedade seja resultado da ação humana. Desse modo, a concepção crítico-realista de relação entre estrutura e agência assume que as estruturas sociais são, ao mesmo tempo, condição e resultado da agência humana,

sendo que a agência humana reproduz e transforma as estruturas. Assim, estrutura e agência são causalmente interdependentes (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Na perspectiva de Bhaskar, o mundo é constituído por três domínios (potencial, realizado e empírico) e por diferentes estratos (físico, biológico, social, semiótico e etc.). Os diferentes estratos apresentam estruturas distintas e mecanismos gerativos, situados no domínio do potencial, os quais operam simultaneamente gerando efeitos nos outros domínios. Desse modo, a operação de qualquer mecanismo gerativo é mediada por outros mecanismos de tal forma que não são se reduzem a um e sempre interiorizam traços de outros (RAMALHO; RESENDE, 2011). Isso significa, por exemplo, que não é necessário considerar o estrato da biologia ou da física para analisar fenômenos do estrato social, mas isso não anula os efeitos biológicos e físicos sobre a sociedade (RAMALHO; RESENDE, 2011). Desse modo, a ADC volta-se para aspectos do estrato semiótico e social.

De maneira simplificada, o domínio do potencial está relacionado às estruturas, aos poderes causais dos objetos. O domínio do realizado refere-se aos eventos em que tais estruturas são acionadas. O domínio do empírico concerne ao que é experienciado do realizado e do potencial, mas nunca esgota as possibilidades do que foi ou poderia ter sido. Essa concepção de mundo pressupõe a inviabilidade de acessar diretamente os domínios do potencial e do realizado, uma vez que eles somente podem ser acessados pela mediação do empírico (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Assim, o Realismo Crítico afirma que o conhecimento nunca corresponde integralmente à realidade: há uma realidade que existe independentemente do pensamento ou da experiência humana. Nesse sentido, tanto a pretensão de analisar a realidade de maneira objetiva quanto a concepção de mundo real baseada apenas no domínio do empírico consistem em falácias epistêmicas, ou seja, fracassam em reconhecer a diferença entre a natureza do mundo real (ontologia) e o que pode ser conhecido e compreendido (epistemologia).

Desse modo, a ADC considera que não há pesquisas objetivas em análise de discurso, reconhecendo sua natureza necessariamente seletiva e parcial. Conforme mencionado, a pesquisa qualitativa está inserida em um paradigma interpretativo, o

qual permite transformar aspectos do mundo em representações por meio das quais é possível descrever, entender e interpretar tais aspectos, sendo que seu caráter científico encontra-se no processo de compreensão e explanação do material empírico de acordo com um arcabouço teórico particular. A partir dessa perspectiva crítico-realista, a vertente da ADC desenvolvida por Fairclough e considerada neste trabalho fundamenta-se nos conceitos de “discurso”, “ideologia” e “poder como hegemonia”, os quais serão apresentados a seguir.

1.1.1. Discurso

Dando continuidade à apresentação do referencial teórico-metodológico da ADC, é necessário conceituar algumas terminologias, primeiramente os termos “texto”, “linguagem” e “discurso”. Fairclough (2003) utiliza o termo “texto” em um sentido bastante abrangente, como qualquer instância real de linguagem, imagens visuais e/ou efeitos sonoros em uso. Assim, artigos de jornal, transcrições de entrevistas e pronunciamentos institucionais, bem como programas de televisão e páginas da *internet* são considerados “textos”. O termo “linguagem” é concebido como linguagem verbal, envolvendo palavras, sentenças e outros elementos da estrutura linguística, sendo possível falar em linguagem de maneira genérica ou de maneira particular, como, por exemplo, língua portuguesa.

Já o termo “discurso” possui dois significados em ADC. O primeiro deles está relacionado ao conceito de “prática social”. De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), práticas sociais são maneiras habituais, situadas no tempo e no espaço, pelas quais as pessoas utilizam recursos materiais e/ou simbólicos para agir e interagir no mundo. São entidades intermediadoras entre o potencial abstrato das estruturas e a sua realização em eventos concretos. Desse modo, recontextualizando elementos do Realismo Crítico, a ADC concebe a vida social em três níveis distintos: estruturas sociais, práticas sociais e eventos sociais.

As estruturas sociais são entidades abstratas, como a estrutura econômica, a estrutura de classes, o sistema de parentesco, o sistema internacional, a linguagem e etc. As estruturas sociais definem um potencial, um conjunto de possibilidades. A

linguagem, entendida como estrutura social abstrata, define certas possibilidades e exclui outras, na medida em que determinadas maneiras de combinar os elementos linguísticos são possíveis e outras não (FAIRCLOUGH, 2003). Por exemplo, a construção “o livro é interessante” é possível na língua portuguesa, ao passo que a construção “livro o interessante é” não é possível.

De acordo com a abordagem teórico-metodológica da ADC, os eventos sociais não são efeito simples ou direto das estruturas sociais abstratas. A relação entre o que é estruturalmente possível e o que realmente acontece, ou seja, entre estruturas e eventos, é mediada por entidades intermediárias, chamadas práticas sociais. As práticas sociais, definidas anteriormente como maneiras habituais, situadas no tempo e no espaço, pelas quais as pessoas utilizam recursos materiais e/ou simbólicos para agir e interagir no mundo, podem ser compreendidas como articulação de diferentes elementos sociais, os quais são associados a determinadas áreas da vida social, como, por exemplo, a prática da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID.

Os elementos articulados nas práticas sociais são: ação e interação; relações sociais; pessoas (com suas crenças, valores, atitudes, histórias e etc.); mundo material e discurso (no singular) (FAIRCLOUGH, 2003). A prática da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, por exemplo, envolve interação e concertação política entre dois ou mais países; estabelecimento de relações consideradas verticais ou horizontais entre eles; autoridades políticas com posicionamentos definidos sobre cooperação internacional e sobre desenvolvimento de acordo com suas crenças, valores e história; transferências de recursos materiais que variam desde doações de remédios e equipamentos até a construção de imóveis; bem como pronunciamentos oficiais de autoridades políticas sobre a promoção do desenvolvimento através da cooperação internacional. De acordo com a ADC, todos esses momentos são influenciados mutuamente.

A Análise de Discurso Crítica parte, então, da concepção de discurso como momento constitutivo das práticas sociais, ou seja, da linguagem como parte irredutível da vida social. Nesse sentido, a ADC considera que o discurso, como elemento das práticas sociais, apresenta efeitos constitutivos sobre os outros elementos, ao mesmo tempo em que é moldado por eles. O discurso da chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi, por exemplo,

tem efeitos sobre as interações do Brasil com outros países; sobre o tipo de relação que é estabelecida entre eles; sobre valores, crenças e conhecimento das autoridades políticas envolvidas nas negociações; bem como sobre a transferência de recursos materiais a outros países. Ao mesmo tempo, todos esses elementos causam efeitos nos pronunciamentos oficiais de autoridades políticas brasileiras sobre a promoção do desenvolvimento através da cooperação internacional.

Desse modo, o discurso consiste em componente da prática social e tal prática é moldada e transformada pelo discurso. Isso pressupõe uma relação interna e dialética entre discurso e prática social, entre linguagem e sociedade. Em outras palavras, os elementos que conformam as práticas sociais (ação e interação; relações sociais; pessoas; mundo material e discurso) são articulados entre si internamente, sem se reduzirem um ao outro, ao mesmo tempo em que se influenciam mutuamente. Dessa forma, a linguagem deve ser compreendida ao mesmo tempo como sistema semiótico e como sistema social.

The relationship between these different elements of social practices is dialectical, as Harvey argues (Fairclough 2001a, Harvey 1996a): this is a way of putting the apparently paradoxical fact that although the discourse element of a social practice is not the same as for example its social relations, each in a sense contains or internalizes the other – social relations *are* partly discursal in nature, discourse *is* partly social relations (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25).

Disso decorre a concepção da ADC sobre a relação entre estrutura e agência social, retomada do Realismo Crítico. De acordo com Fairclough (2003), os agentes sociais não são totalmente livres, pois são restringidos socialmente. No entanto, ao mesmo tempo, suas ações não são totalmente determinadas. Os agentes sociais têm seus próprios poderes causais, os quais não são redutíveis aos poderes causais das estruturas e práticas. Desse modo, os agentes sociais produzem textos e estabelecem relações entre elementos textuais. Esse processo é restringido pelas estruturas, por exemplo pela gramática da língua, mas ainda assim existe espaço para certa liberdade de produção textual, o que permite possíveis transformações.

De acordo com Fairclough (2001), os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as constituem. Diferentes discursos constituem entidades-chave (como, por exemplo, o conceito de desenvolvimento e de subdesenvolvimento) de diferentes modos e posicionam os sujeitos sociais de diversas maneiras (como, por exemplo, os países considerados “doadores” e os considerados “recipiendários” no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento) e esses efeitos sociais do discurso são focalizados na Análise de Discurso Crítica. Outro foco importante consiste na mudança histórica: como diferentes discursos são combinados em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

Desse ponto de vista, questões sociais são, em parte, questões de discurso. Como afirmam Chouliaraki e Fairclough (1999), “*Social questions are therefore in part questions about discourse – for instance, the question of power in social class, gender and race relations is partly a question of discourse*” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, prefácio). Desse modo, de acordo com o referencial teórico-metodológico da ADC, questões sociais como o poder de classes e as relações raciais e de gênero são, em parte, uma questão de discurso. O discurso pode contribuir tanto para estabelecer ou sustentar relações de dominação quanto para contestá-las e superá-las.

Considerando, então, a primeira concepção de “discurso” como o momento discursivo das práticas sociais, é necessário aprofundar o referencial teórico-metodológico da ADC para compreender a segunda definição do termo “discurso”. A ADC recontextualiza o conceito de “ordem do discurso” de Michel Foucault. No nível intermediário das práticas sociais, a linguagem, manifestada em discurso, aparece como ordens do discurso: combinações particulares de práticas discursivas, as quais, conjuntamente, constituem o momento discursivo das práticas sociais. Ordens do discurso são articulações socialmente estruturadas de práticas discursivas, as quais constituem a faceta discursiva de um campo social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Desse modo, em ADC, a linguagem corresponde ao nível das estruturas, as ordens de discurso correspondem ao nível das práticas sociais e os textos correspondem ao nível dos eventos sociais.

Os elementos articulados na ordem do discurso não são elementos de estruturas linguísticas, como substantivos e sentenças (FAIRCLOUGH, 2003). As práticas discursivas que conformam a ordem do discurso são gêneros, discursos (no plural) e estilos: maneiras particulares de agir e interagir, de representar e de identificar aspectos do mundo, respectivamente. De acordo com a ADC, o discurso (no singular), como momento discursivo da prática social, aparece principalmente de três maneiras: gêneros (modos de agir e de interagir), discursos (modos de representar) e estilos (modos de ser e de identificar).

Um modo de agir e interagir é através da fala ou da escrita. Assim, o discurso aparece primeiro como parte da ação (FAIRCLOUGH, 2003). É possível distinguir diferentes gêneros como diferentes modos de agir e interagir discursivamente, como uma entrevista, um romance ou um pronunciamento oficial. Em segundo lugar, o discurso aparece nas representações, como na representação do mundo material ou de outras práticas sociais, sendo possível distinguir discursos diferentes que podem representar a mesma dimensão da vida social através de posições e perspectivas diversas (FAIRCLOUGH, 2003), como, por exemplo, as diferentes perspectivas sobre a promoção do desenvolvimento. Em terceiro lugar, o discurso aparece acompanhado de “linguagem corporal”, pronúncia e outros traços fonológicos, vocabulário e etc., os quais constituem maneiras particulares de ser e de identificar(-se). Diferentes estilos conformam diferentes maneiras de identificar discursivamente a si e aos outros, como, por exemplo, maneiras particulares de identificar um médico, um paciente ou uma autoridade política.

Dessa forma, como afirmam Ramalho e Resende (2011), gêneros discursivos são maneiras relativamente estáveis de agir e interagir discursivamente na vida social. Discursos (no plural) são maneiras relativamente estáveis de representar aspectos do mundo de pontos de vista particulares. Estilos são maneiras particulares de identificar, discursivamente, a si e a outrem. De acordo com a ADC, (inter)ação, representação e identificação constituem os três principais significados do discurso. Essas maneiras de agir e interagir, de representar e de identificar discursivamente conformam o momento discursivo da prática social, o discurso (no singular). Sendo assim, o termo discurso possui dois significados: mais abstratamente, significa o momento da prática

social referente à manifestação da linguagem; mais concretamente, significa um modo particular de representar parte do mundo (RAMALHO e RESENDE, 2011).

De acordo com Fairclough (2003), os três aspectos do significado do discurso (gêneros, discursos e estilos) são distinguidos para propósitos analíticos, mas não são totalmente separados e a relação entre eles é complexa. Fairclough (2003) afirma que a relação entre os aspectos do significado do discurso é dialética, na medida em que cada um deles internaliza os outros, influenciando-se mutuamente. Nesse sentido, representações particulares (discursos) podem ser concretizadas em modos particulares de agir (gêneros) e inculcadas em modos particulares de identificar (estilos).

De maneira semelhante, nas práticas sociais, o discurso internaliza aspectos dos outros momentos (ação e interação, relações sociais, pessoas e atividade material) ao mesmo tempo em que apresenta efeitos constitutivos sobre eles. Desse modo, o discurso é socialmente constitutivo e constituído socialmente, daí a relação interna e dialética entre discurso e prática social, entre linguagem e sociedade (RAMALHO; RESENDE, 2011).

1.1.2. Ideologia

De acordo com Fairclough (2003), um dos efeitos causais dos textos mais importantes para a Análise de Discurso Crítica consiste em seu efeito ideológico: seu efeito na instauração, manutenção ou transformação de ideologias. Na perspectiva da ADC, ideologias são representações de aspectos do mundo, as quais contribuem para estabelecer, sustentar ou modificar relações sociais de poder, dominação e exploração. Essa perspectiva crítica, que compreende a ideologia como uma modalidade de poder, contrasta com diversas concepções descritivas, as quais consideram a ideologia apenas como crenças, posições, atitudes e valores de grupos sociais, sem referência às relações de poder e de dominação entre tais grupos (FAIRCLOUGH, 2003).

John Thompson (1990) afirma que o conceito de ideologia é ambíguo, pois apresenta concepções diversas. De acordo com o autor, a concepção neutra de

ideologia a define como sistemas de pensamento, sistemas de crença ou sistemas simbólicos, os quais se referem à ação social ou à prática política. Dentro dessa concepção, a ideologia é compreendida como um “cimento social” capaz de estabilizar as sociedades por meio de valores e normas coletivamente compartilhados. Nessa perspectiva, é possível delinear e descrever os principais sistemas de pensamento ou crença que impulsionam a ação social e política, mas não se procura distinguir entre os tipos de ação ou projetos aos quais a ideologia sirva.

De maneira diferente, Thompson (1990) sustenta uma concepção crítica de ideologia, afirmando que o conceito não pode ser tão facilmente despojado de seu sentido crítico ou negativo. A partir desse outro ponto de vista, o autor situa o conceito de ideologia em uma série de problemas que se referem à relação entre sentido (significado) e poder, argumentando que o sentido pode servir para estabelecer e sustentar determinadas relações de dominação. A ideologia é, assim, compreendida como sentido a serviço do poder (THOMPSON, 1990). Tal perspectiva volta-se para os contextos sociais nos quais as ideologias são empregadas e articuladas, questionando a maneira como o sentido é mobilizado em contextos específicos para estabelecer, sustentar ou transformar relações de dominação.

Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder*. Consequentemente, o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens e aos textos complexos. Ele exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. Ele requer que perguntemos se – e, se este for o caso, como – o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas em contextos específicos, para estabelecer e sustentar relações de dominação. A distintividade do estudo da ideologia está na última questão: ele exige que perguntemos se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas (THOMPSON, 1990, p.16).

Compartilhando da concepção crítica de ideologia, Fairclough (2003) afirma que representações ideológicas podem ser identificadas em textos. Nesse sentido, ao afirmar que ideologias são representações que podem contribuir para relações de

poder e dominação, o autor sugere que a análise textual deva ser enquadrada na análise social, considerando os textos em termos de seus efeitos nas relações de poder. Corroborando tal perspectiva, Ramalho e Resende (2011) afirmam que a ideologia constitui um instrumento de lutas de poder, o qual opera por meio da disseminação de uma representação particular de mundo como se fosse a única possível e legítima. Desse modo, parte das disputas de poder consiste na tentativa de instaurar, sustentar e universalizar discursos ideológicos particulares.

Os aspectos do texto e do discurso que podem ser investidos ideologicamente são questão importante em ADC. De acordo com Fairclough (2001), os sentidos e especialmente os sentidos das palavras são evidentemente relevantes, mas outros aspectos semânticos também são, como as pressuposições, as metáforas e a coerência. Fairclough (2001) afirma que a oposição entre conteúdo e forma textual é equivocada, pois os sentidos dos textos são estreitamente interligados com as formas dos textos, sendo que os aspectos formais dos textos também podem ser investidos ideologicamente.

Com base na concepção crítica de Thompson, Ramalho e Resende (2011) apresentam cinco modos gerais de operação da ideologia ligados a estratégias de construção simbólica: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. De maneira resumida, a legitimação consiste em um modo de representar relações de dominação como sendo justas e dignas de apoio. A dissimulação consiste em ocultar, negar ou obscurecer relações de dominação. A unificação consiste em construir simbolicamente uma forma de unidade que reúne indivíduos em uma unidade coletiva, independentemente das divisões que possam separá-los. A fragmentação segmenta indivíduos ou grupos socialmente capazes de desafiar forças e interesses dominantes. Finalmente, a reificação consiste na representação de situações transitórias, sociais e históricas como se fossem permanentes, naturais e atemporais. (RAMALHO; RESENDE, 2011). No que se refere aos modos de operação da ideologia, este trabalho optou por selecionar as categorias dissimulação, legitimação e unificação para a análise textual, pois tais categorias mostraram-se mais profícuas em relação ao conteúdo dos textos selecionados.

Em conformidade com o que foi mencionado anteriormente sobre a relação dialética entre os três aspectos do significado do discurso (significado

acional/relacional, representacional e identificacional), se as ideologias são, em primeiro lugar, representações, elas podem ser concretizadas em modos particulares de agir socialmente e inculcadas nas identidades dos agentes sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Em relação ao efeito ideológico sobre a constituição dos sujeitos, Fairclough (2001) refere-se ao pensamento de Louis Althusser, o qual considera que o sujeito é uma construção ideológica. No entanto, Fairclough (2001) afirma que a teoria althusseriana exagera a constituição ideológica dos sujeitos e subestima sua capacidade de ação, até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas.

Desse modo, Fairclough (2001) retoma a perspectiva dialética, argumentando que os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são capazes de agir criativamente para realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos, da mesma maneira que são capazes de reestruturar as práticas e as estruturas condicionadoras. Fairclough (2001) compreende que as ideologias são significações/construções da realidade, as quais são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. O equilíbrio entre o sujeito como efeito ideológico e o sujeito como agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, da mesma maneira que a estabilidade relativa das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001).

Fairclough (2001) argumenta que as ideologias são mais eficazes quando se tornam naturalizadas e são transformadas em senso comum. As ideologias estão localizadas tanto nas estruturas (nas ordens de discurso, que constituem o resultado de eventos passados e as condições para novos eventos), como nos próprios eventos, quando reproduzem ou transformam as estruturas condicionadoras. É tanto uma orientação acumulada e naturalizada, construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho constante de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos (FAIRCLOUGH, 2001).

Pensando a questão da ideologia no contexto internacional, especialmente o posterior à Segunda Guerra Mundial, parece possível afirmar que o discurso dominante sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID está intimamente relacionado ao discurso dominante sobre desenvolvimento, os quais têm

sido empregados e articulados de maneiras diversas no sentido de legitimar determinadas relações assimétricas de poder, como, por exemplo, o chamado padrão tradicional de Cooperação Norte-Sul, caracterizado pelo estabelecimento de relações verticalizadas entre países considerados desenvolvidos e países considerados em desenvolvimento. Tendo em vista, conforme argumentado, que a estratégia de legitimação consiste em um dos modos de operação da ideologia, parece possível compreender os discursos dominantes sobre CID e sobre desenvolvimento como ideológicos, como sentidos a serviço do poder.

1.1.3. Poder

Conforme mencionado, a Análise de Discurso Crítica – ADC é voltada a contextos situados que envolvem questões de poder:

Como ciência crítica, a ADC preocupa-se com efeitos ideológicos que (sentidos de) textos possam ter sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades. Isto é, sentidos a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual de poder (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 23).

Na perspectiva da ADC, a concepção de poder retoma o conceito de “hegemonia” de Antonio Gramsci, como dominação exercida com base no consenso mais do que no uso da força. Ao contrário de abordagens que concebem o poder como força de coação unilateral da estrutura sobre o indivíduo, na perspectiva da ADC o poder é temporário, estando sempre em equilíbrio instável, o que caracteriza o conceito de “luta hegemônica” (RAMALHO; RESENDE, 2011). De acordo com o pensamento gramsciano, a política é concebida como luta pela hegemonia, com ênfase na importância da ideologia para o estabelecimento de consensos, ou ao menos de adesões, para a manutenção das relações de poder. (FAIRCLOUGH, 2003).

Para Gramsci, teórico marxista, a hegemonia é a capacidade de direcionar, liderar, conquistar alianças. É a capacidade de fornecer uma base social para o Estado

(GRUPPI, 1978). Desse ponto de vista, a hegemonia opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978). Assim, a hegemonia é entendida não apenas como direção política, mas também como direção moral, cultural e ideológica (GRUPPI, 1978).

Reconhecendo a importância do conceito gramsciano de hegemonia no processo de desconstrução do paradigma determinista do marxismo clássico (na medida em que considera os aspectos morais, culturais e ideológicos para além da luta de classes sociais), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe voltam-se para o momento da articulação política sob a perspectiva de hegemonia e compreendem que o caráter aberto e incompleto do social é condição de toda prática hegemônica (ALVES, 2010). De acordo com Fairclough (2001), tal conceito de hegemonia harmoniza-se com a concepção de discurso da ADC e fornece um modo de teorização da mudança social em relação à evolução das relações de poder. Essa abordagem permite um foco sobre a mudança discursiva, tendo em vista sua contribuição aos processos mais amplos de mudança social e, ao mesmo tempo, considerando os efeitos de tais processos na mudança discursiva.

Segundo Fairclough (2001), hegemonia é liderança e dominação no âmbito econômico, político, cultural e ideológico. É o poder exercido sobre uma sociedade, mas sempre atingido parcial e temporariamente em um equilíbrio instável. É a construção de alianças e a integração de classes subalternas mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento, mais do que exercer sua simples dominação. Hegemonia é um foco de luta constante para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação, assumindo formas econômicas, políticas e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001).

A concepção de luta hegemônica em termos de articulação, rearticulação e desarticulação de elementos está em harmonia com a concepção de discurso da ADC (FAIRCLOUGH, 2001). Tal concepção é condizente com a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos, considerando as estruturas discursivas como ordens de discurso (configurações de elementos mais ou menos instáveis). Desse modo, é possível considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, sendo que a

articulação e a rearticulação de ordens do discurso fornecem um marco delimitador na luta hegemônica (FAIRCLOUGH, 2001). Ao mesmo tempo, a prática discursiva, a produção, a distribuição e a interpretação de textos constituem uma faceta da luta hegemônica, contribuindo para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente, mas também das relações sociais (FAIRCLOUGH, 2001).

Desse modo, a ADC considera que existem maneiras distintas de instaurar, manter e se contrapor à hegemonia, dentre elas, a luta travada no e pelo discurso. Para grupos particulares se manterem temporariamente em posição hegemônica, é necessário estabelecer e sustentar liderança moral, política e intelectual na vida social (RAMALHO; RESENDE, 2011). Assim, existe disputa de poder na estruturação de textos e ordens de discurso (FAIRCLOUGH, 2001). A luta hegemônica entre forças políticas pode ser vista, parcialmente, como a disputa para universalizar visões e representações de mundo particulares, o que está intimamente relacionado ao conceito de ideologia discutido anteriormente. Assim, o poder exercido por determinado grupo depende, em parte, da sua capacidade de gerar práticas discursivas que o sustentem. Por isso, o destaque cada vez maior do discurso nas transformações sociais relaciona-se com uma preocupação para controlar o discurso: causar mudanças nas práticas discursivas como parte da engenharia da mudança social e cultural (FAIRCLOUGH, 2001).

Tal perspectiva parece condizente, pelo menos parcialmente, com a abordagem teórica de Joseph Nye Jr. sobre as formas de poder exercidas no âmbito internacional. Nye (2004) concebe o poder como habilidade de influenciar o comportamento dos outros a fim de obter resultados desejados. De acordo com Nye (2004), existem diversas formas de afetar o comportamento alheio, como coerção através de ameaças, indução por meio de recursos financeiros ou pela persuasão e cooptação. A estratégia de coerção por meio do uso da força e por medidas econômicas é chamada de *hard power*, em contraste com estratégia persuasiva do chamado *soft power*. Quando combinados, o *hard power* e o *soft power* conformam o *smart power*, estratégia de atuação internacional considerada mais eficiente, na medida em que envolve tanto coerção quanto persuasão.

O conceito de *soft power* foi introduzido na literatura das Relações Internacionais por Nye no começo dos anos 1990. Apesar de Nye não basear seu

arcabouço teórico nas contribuições de autores neo-Gramscianos, nem ser um expoente da Teoria Crítica nas Relações Internacionais, Nye resgatou o conceito de hegemonia de Gramsci para desenvolver seu conceito de *soft power*.

Following the insights of the Italian thinker Antonio Gramsci, [...] the most critical feature for a dominant country is the ability to obtain a broad measure of consent on general principles – principles that ensure the supremacy of the leading state and dominant social classes – and at the same time to offer some prospect of satisfaction to the less powerful (NYE, 1990, p. 32).

De acordo com Zahran e Ramos (2010), a influência de Gramsci no pensamento de Nye é facilmente percebida. Hegemonia, assim como *soft power*, opera através de consenso sobre um conjunto de princípios gerais que garantem a supremacia de um grupo e, ao mesmo tempo, propicia algum grau de satisfação aos outros grupos restantes. Ambos os conceitos fazem referência a princípios, ideias, valores e instituições compartilhados, consentidos ou considerados legítimos por diversos grupos, mas que ao mesmo tempo constituem recursos de poder, influência e controle de um grupo sobre outros (ZAHARAN; RAMOS, 2010).

Nessa lógica, Nye afirma que um Estado encontra menos resistência na busca por seus interesses próprios quando seu poder é considerado legítimo por outros Estados. Segundo Zahran e Ramos (2010), tal perspectiva é condizente com o conceito gramsciano de hegemonia, como dominação exercida com base no consentimento mais do que no uso da força. Nye (2011) afirma que o poder de atração e persuasão de um país é socialmente construído e baseado em três recursos fundamentais: sua cultura, onde pareça atrativa; seus valores políticos, quando cumpridos interna e externamente; e sua política externa, quando considerada legítima e reconhecida como autoridade moral.

O arcabouço teórico sobre *soft power* reconhece que a política global envolve “luta verbal” entre narrativas competitivas (NYE, 2011) e chama atenção para a questão da legitimidade nas relações internacionais. De acordo com Nye (2011), a legitimidade é uma realidade do poder, sendo que as lutas competitivas sobre a legitimidade influenciam a capacidade de persuasão no âmbito internacional. Tal

perspectiva parece concordar com o conceito de legitimidade proposto por Jürgen Habermas, com ênfase na disputa para alcançar consenso e na validação discursiva:

Legitimacy means that there are good arguments for a political order's claim to be recognized as right and just; a legitimate order deserves recognition. Legitimacy means a political order's worthiness to be recognized. This definition highlights the fact that legitimacy is a contestable validity claim; the stability of the order of domination (also) depends on its (at least) *de facto* recognition. Thus, historically as well as analytically, the concept is used above all in situations in which the legitimacy of an order is disputed, in which, as we say, legitimation problems arise.” (HABERMAS, 1979, p. 178).

Segundo Habermas, a legitimidade significa que existem bons argumentos para que uma reivindicada ordem política seja reconhecida como certa e justa. A legitimidade está relacionada ao mérito de determinada ordem política ser aceita. Desse modo, a estabilidade de uma dominação depende, em parte, do seu reconhecimento e aceitação.

Em sociedades organizadas na forma de Estado, é possível constatar uma necessidade de legitimação que, por razões estruturais, não era sentida em sociedades tribais. Pois em sociedades organizadas de acordo com o parentesco o sistema de instituições está ancorado numa prática que se interpreta mediante narrativas míticas, estabilizando sua validade normativa a partir de si mesma. Já a validade das leis nas quais se articula uma ordem política global tem de ser garantida inicialmente pelo poder de sanção de um soberano. Porém, o poder político só adquire força socialmente integradora à proporção que a disposição sobre os meios de sanção não repousa apenas na repressão absoluta, mas também na autoridade de um cargo ligado a uma ordem jurídica. Por isso, as leis necessitam do reconhecimento intersubjetivo dos cidadãos, ou seja, têm de ser legitimadas como justas. E com isso a cultura assume a tarefa de justificar por que a ordem política vigente *merece* reconhecimento. (HABERMAS, 2012, p.338).

Conforme mencionado, com base na concepção crítica de Thompson, a abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica afirma que a legitimação consiste em um modo de operação da ideologia por meio da

representação de relações de dominação como sendo justas e dignas de apoio. Sendo assim, parece possível abordar os processos de legitimação utilizados na esfera internacional, relacionados ao conceito de *soft power*, como sentidos ideológicos, ou seja, como sentidos a serviço de lutas hegemônicas. A partir do referencial teórico-metodológico exposto, são definidos os procedimentos metodológicos deste trabalho.

1.2. Procedimentos metodológicos

De acordo com os fundamentos da ADC, este trabalho é desenvolvido com base em três conceitos-chave: “discurso”, “ideologia” e “poder como hegemonia”, assumindo uma perspectiva transformacional da sociedade. Tal perspectiva reconhece o caráter seletivo e parcial das pesquisas em ADC, as quais são inseridas em um paradigma necessariamente interpretativo. Além disso, este trabalho reconhece seu caráter limitado do ponto de vista da Linguística, enfatizando a análise do significado representacional em detrimento do significado acional e identificacional dos textos selecionados, através de categorias analíticas que permitem uma análise voltada ao aspecto social dos eventos discursivos. Tal abordagem compreende a linguagem como parte constitutiva da vida social e como instrumento de poder. Considera que o discurso tem efeitos sobre as práticas sociais e, ao mesmo tempo, é influenciado por elas, por isso analisa os eventos discursivos e práticas sociais inseridos em um contexto sociohistórico (MAGALHÃES, 2004).

Conforme mencionado, os procedimentos metodológicos deste trabalho envolvem a realização de três análises: primeiramente, a análise da conjuntura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Em seguida, a análise da prática particular da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional. Finalmente, a análise discursiva da cooperação brasileira, por meio de categorias analíticas. Em relação à análise discursiva, parte imprescindível de pesquisas em ADC consiste na análise de textos como material empírico. A concepção de textos como parte de eventos específicos coloca a análise textual em conexão entre os três principais significados do discurso (ação, representação e identificação). Fairclough (2001) argumenta que a análise de discurso deve incluir instâncias concretas de

discurso, ou seja, análise discursiva e linguística de textos reais. Assim, a análise textual relaciona teoria e material empírico para investigar os efeitos sociais de sentidos de textos (RAMALHO; RESENDE, 2011).

A etapa da análise de discurso envolve dois processos: compreensão e explanação. A compreensão refere-se a descrições e interpretações particulares do texto. A explanação refere-se à interface entre conceitos e material empírico, ou seja, é o processo no qual propriedades de textos específicos são explanados segundo um arcabouço teórico particular (RAMALHO, RESENDE, 2011). A partir dessas definições epistemológicas e metodológicas, a presente pesquisa considera que a análise textual de pronunciamentos oficiais do governo brasileiro, como material empírico, é capaz de gerar conhecimento a respeito de lutas hegemônicas travadas pelo Brasil no e pelo discurso sobre a Cooperação Brasileira para Desenvolvimento Internacional – Cobradi.

Tendo em vista, conforme mencionado, o aumento substancial das ações de cooperação internacional empreendidas pelo Brasil, bem como o renovado interesse do governo brasileiro no estreitamento das relações com países africanos no período 2003-2010, foram selecionados para análise textos de pronunciamentos oficiais do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizados por ocasião de visitas a países africanos ou em encontros com autoridades africanas no Brasil. Desse modo, este trabalho utiliza dados de natureza formal como material empírico e portanto consiste em uma pesquisa documental.

Os textos desses pronunciamentos foram buscados na “Resenha de Política Exterior do Brasil”, publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores – MRE, a qual compila textos de pronunciamentos oficiais do Chefe de Governo e do Chanceler brasileiros. Tendo em vista que a publicação é semestral, foram reunidas inicialmente as 16 edições referentes ao recorte temporal 2003-2010: Números 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106 e 107. Posteriormente, em cada uma das edições foram identificados os pronunciamentos realizados em países africanos ou em encontros com autoridades africanas no Brasil. Ao todo, foram identificados 84 textos. Desses, foram selecionados oito, cada um deles referente a um ano específico de governo (2003-2010), os quais conformam o corpus deste trabalho.

Os textos selecionados para análise foram aqueles que apresentaram maior foco no tema da cooperação internacional e do desenvolvimento:

- Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola, em Luanda, em 3 de novembro de 2003 (Resenha de Política Exterior do Brasil, Nº 93, 2º semestre de 2003, Ano 30, ISSN 0101 2428);
- Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na leitura de comunicado conjunto, em Libreville, Gabão, em 27 de julho de 2004 (Resenha de Política Exterior do Brasil, Nº 95, 2º semestre de 2004, Ano 31, ISSN 0101 2428);
- Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da República dos Camarões, Paul Biya, em Iaundê, no dia 10 de abril de 2005 (Resenha de Política Exterior do Brasil, Nº 96, 1º semestre de 2005, Ano 32, ISSN 0101 2428);
- Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika, em Argel, Argélia, em 9 de fevereiro de 2006 (Resenha de Política Exterior do Brasil, Nº 98, 1º semestre de 2006, Ano 33, ISSN 0101 2428);
- Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de audiência com Embaixadores africanos, Brasília, 25 de maio de 2007 (Resenha de Política Exterior do Brasil, Nº 100, 1º semestre de 2007, Ano 34, ISSN 0101 2428);
- Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de descerramento de placa alusiva à visita às instalações do escritório regional da Embrapa na África. Acra, Gana, 20 de abril de 2008 (Resenha de Política Exterior do Brasil, Nº 102, 1º semestre de 2008, Ano 35, ISSN 0101 2428);
- Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com o Presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma – Brasília-DF, Palácio Itamaraty, 19 de agosto de 2009

(Resenha de Política Exterior do Brasil, Nº 105, 2º semestre de 2009, Ano 36, ISSN 0101 2428);

- Pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante almoço oferecido à Presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf – Palácio Itamaraty, Brasília, 7 de abril 2010 (Resenha de Política Exterior do Brasil, Nº 106, 1º semestre de 2010, Ano 37, ISSN 0101 2428);

Conforme apresentado, o referencial teórico-metodológico da ADC compreende que gêneros são realizados nos significados e nas formas acionais de textos, discursos são realizados nos significados e nas formas representacionais e estilos nos significados e nas formas identificacionais. Isso significa que relações semânticas particulares ou categorias gramaticais são vistas primeiramente como associadas a gêneros, discursos ou estilos (FAIRCLOUGH, 2003). Desse modo, categorias analíticas são formas e significados textuais associados a maneiras particulares de (inter)agir, representar e identificar(-se) em práticas sociais situadas. As categorias analíticas aplicadas sistematicamente possibilitam que a Análise de Discurso Crítica ultrapasse a simples descrição e interpretação de textos (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Diversas categorias analíticas são apresentadas por Fairclough (2003), sendo que a escolha das categorias a serem utilizadas para a análise de um texto depende do próprio texto e das questões de pesquisa. Conforme mencionado, este trabalho tem como foco principal de análise o significado representacional dos textos selecionados, questionando quais discursos sobre cooperação internacional e sobre desenvolvimento são articulados nos pronunciamentos brasileiros (interdiscursividade); como o discurso brasileiro oculta relações de dominação (dissimulação); como representa relações de dominação como sendo justas (legitimação); e como constrói simbolicamente uma forma de unidade coletiva independentemente das possíveis contradições que possam fragmentar tal unidade (unificação).

2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DA CONJUNTURA

O conceito de cooperação está presente em diversas áreas do conhecimento, permeando tanto estudos de fenômenos biológicos, quanto estudos de fenômenos sociais e internacionais. Em meio à diversidade de perspectivas, este trabalho volta-se à prática da cooperação na esfera internacional, concebida como ação coordenada de atores independentes em busca de benefício mútuo (DAI; SNIDAL, 2010). Assim compreendida, a cooperação internacional não é fenômeno recente. Já na Antiguidade, a formação de alianças, principalmente militares, consistia em práticas correntes, como a Liga de Delos ou a Liga do Peloponeso, formadas por cidades-estado autônomas da Grécia Antiga com o objetivo de defesa mútua.

A despeito da existência de ações coordenadas e da formação de alianças entre governos soberanos em períodos historicamente remotos, a concepção contemporânea de cooperação internacional, abordada neste trabalho, refere-se ao contexto pós-Segunda Guerra Mundial, sendo caracterizada pelo objetivo de promoção do desenvolvimento. As raízes da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID, também chamada ajuda internacional ou assistência para o desenvolvimento, remontam ao início do século XX, momento em que as potências ocidentais começaram a voltar suas atenções às colônias e a outros países considerados pobres (KANBUR, 2003).

Em 1929, a Inglaterra promulgou o *Colonial Development Act*, dispondo que recursos do governo britânico poderiam ser usados para promover o desenvolvimento em suas colônias. Os *Colonial Development and Welfare Acts* de 1940 e 1945 foram além, incluindo elementos sociais. Em 1948, o *Overseas Resources Development Act* instaurou a *Colonial Development Corporation*, com o objetivo de empreender projetos comerciais nas colônias britânicas. Em relação ao continente americano, a chamada “Política de Boa Vizinhança”, implementada pelo governo norte-americano de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), visava a uma maior aproximação dos EUA com a América Latina por meio de investimentos financeiros e transferência de tecnologia.

No entanto, o grande marco da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, envolvendo Estados independentes em busca do desenvolvimento, refere-se ao Programa para a Recuperação da Europa (PRE), mais conhecido como Plano Marshall, anunciado em junho de 1947 com o objetivo de promover a recuperação econômica da Europa e conter a disseminação do comunismo. A resposta soviética apareceu alguns meses depois, quando foi introduzido o Plano Molotov, o qual oferecia assistência russa a seus satélites, estabelecendo pouco tempo depois o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon).

A década de 1940 foi também marcada pela Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas – Conferência de Bretton Woods, em 1944, a qual definiu o estabelecimento do Fundo Monetário Internacional – FMI e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, atualmente parte do Grupo Banco Mundial. Houve, ainda, a criação da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1945, com o objetivo de manter a paz e promover a cooperação internacional na solução de problemas econômicos, sociais e humanitários.

A partir de então, o cenário mundial testemunhou um aumento significativo tanto do volume de recursos quanto dos atores envolvidos em cooperação internacional, incluindo iniciativas oficiais de governos, como Assistência Oficial ao Desenvolvimento – AOD, além de Organismos Internacionais e Organizações Não-Governamentais. Esse processo levou ao estabelecimento gradativo do que se passou a chamar de Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento (SICD), definido enquanto rede relativamente articulada de instituições públicas e organizações da sociedade civil que promovem ações de CID (PINO, 2006).

Este capítulo apresenta a trajetória da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID através de uma perspectiva particular, destacando a evolução do contexto geopolítico e do pensamento sobre desenvolvimento. Em relação ao contexto geopolítico, é possível afirmar que a luta hegemônica entre os EUA e a URSS durante a Guerra Fria desempenhou papel relevante no direcionamento da CID desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1990. Nesse sentido, este trabalho considera que o fim da Guerra Fria contribuiu para a reestruturação da CID no início do século XXI, na medida em que possibilitou novos arranjos no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento. Além do

contexto geopolítico mundial, é possível afirmar que a evolução do pensamento sobre desenvolvimento está intimamente relacionada à trajetória da CID (KANBUR, 2003), pois deu origem a maneiras diversas de representar o desenvolvimento, como o discurso da modernização, o discurso do desenvolvimento com justiça social, discurso neoliberal ou o discurso do desenvolvimento sustentável. A evolução do contexto geopolítico mundial e a evolução do pensamento sobre desenvolvimento serão analisadas a seguir.

2.1. Cooperação internacional no contexto geopolítico bipolar

Durante o meio século em que a Ordem Mundial esteve dividida entre a influência dos países capitalistas e socialistas, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento representou importante instrumento na disputa de poder entre os EUA e a URSS. Nesse período, os conflitos armados e não armados, as medidas econômicas, as iniciativas de cooperação e não cooperação entre os diversos países do mundo estão, em grande medida, relacionados à hostilidade entre as duas potências hegemônicas. Desse modo, é possível afirmar que o conjunto de acontecimentos históricos ocorridos desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até a dissolução da URSS, em 1991, pode ser analisado a partir do contexto mundial da Guerra Fria, sendo que a trajetória da CID faz parte desse quadro mais amplo.

Não houve, nesse período, enfrentamento direto entre os EUA e a URSS. A hostilidade entre as superpotências manifestava-se por meio de propaganda, medidas econômicas e uma política geral de não cooperação entre si. Ambas reuniram aliados: A URSS atraiu para sua órbita grande parte dos países do Leste Europeu, os quais passaram a ter governos chamados de esquerda, como Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Iugoslávia, Albânia, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental. Além do Leste Europeu, foi estabelecido um governo reconhecido como comunista na Coreia do Norte e Mao Tse-Tung saiu vitorioso na Revolução Chinesa de 1949. Da mesma maneira, os EUA contavam com o apoio da maioria dos países da Europa Ocidental, bem como do Japão e da Turquia, os quais receberam grande volume de recursos

financeiros dos EUA para recuperar a economia e construir um bloco anticomunista (LOWE, 2011).

Em resposta a esse processo de bipolarização mundial, mais de vinte países asiáticos e africanos reuniram-se em Bandung, na Indonésia, em 1955, com o objetivo de promover a cooperação econômica e cultural entre os países que desejavam manter-se neutros tanto em relação à esfera de influência dos EUA quanto da URSS, conformando, assim, um movimento contra-hegemônico. Liderada principalmente pelos chefes de governo da Índia, Jawaharlal Nehru, da Indonésia, Sukarno, e do Egito, Gamal Abdel Nasser, a Conferência de Bandung marcou o início do Movimento dos Países Não Alinhados, denunciando o colonialismo e o neocolonialismo. Bandung adotou a concepção de Terceiro Mundo, em referência aos países considerados subdesenvolvidos. Adotou também o conceito de conflito Norte-Sul, no qual o Norte representa os países desenvolvidos e o Sul os países em desenvolvimento, opondo-se ao conflito hegemônico entre Leste e Oeste característico da Guerra Fria. De maneira geral, a Conferência de Bandung marcou o início das demandas coletivas do então chamado Terceiro Mundo, tanto na esfera política, em relação à descolonização, quanto na esfera do desenvolvimento, voltando-se para as organizações internacionais.

Em relação à atuação das Nações Unidas nesse contexto, a ONU mostrou certa dificuldade para solucionar diversos problemas da comunidade internacional, principalmente os decorrentes da Guerra Fria, como o levante na Hungria, em 1956, e a crise na então Tchecoslováquia, em 1968, conhecida como Primavera de Praga. Tal conjuntura estava relacionada à possibilidade de veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança, podendo ser usado para evitar ações em casos de ameaça à paz, ruptura da paz e atos de agressão, dispostos no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Ainda assim, é possível afirmar que a ONU apresentou mais sucesso do que sua antecessora, a Liga das Nações, em seus esforços de manutenção da paz, principalmente em crises que não envolveram diretamente os interesses das grandes potências, como a guerra civil no Congo (1960-1964) e a disputa entre Holanda e Indonésia pela então Nova Guiné Ocidental, em 1962 (LOWE, 2011).

Desse modo, parece possível afirmar que ONU mostrou mais êxito em assuntos sobre os quais havia maior consenso, como a questão do desenvolvimento.

Em relação às ações realizadas no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), destaca-se o estabelecimento das comissões econômicas regionais. Na década de 1940 e 1950, foram estabelecidas quatro comissões: a Comissão Econômica para a Europa (ECE), a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Comissão Econômica para a África (ECA). Posteriormente, na década de 1970, foi criada também a Comissão Econômica e Social para o Oeste Asiático (ESCWA).

Ainda no âmbito das Organizações Internacionais, a criação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, em 1960, significou a instauração de uma instância de concertação política entre os países capitalistas industrializados, com o objetivo declarado de promover a estabilidade e o crescimento econômico internacional. Em sua composição original, a OCDE reuniu os 18 países membros da então Organização Europeia para a Cooperação Econômica – OECE, além dos EUA e Canadá. Com o passar do tempo, outros países aderiram à OCDE, conformando a principal instância de articulação entre os países desenvolvidos considerados “doadores” tradicionais no chamado modelo de cooperação Norte-Sul, compreendido neste trabalho como modelo de atuação hegemônico no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Considerando a perspectiva transformacional da sociedade em termos de luta hegemônica, é importante destacar, já no final dos anos 1950, uma certa mudança na concepção assistencialista da cooperação internacional, pelo menos no âmbito da ONU. Em 1959, a Resolução 1383 da Assembleia Geral das Nações Unidas substituiu o termo “assistência técnica” por “cooperação técnica”:

The General Assembly,

Noting that the technical assistance programmes of the United Nations after ten years of operation have become, thanks to the constantly increasing number of countries actively participating in their execution, programmes of international technical co-operation,

1. *Considers* that, in the present circumstances, the term “technical co-operation” would more accurately describe the nature of the assistance provided by the United Nations and the specialized agencies under the technical assistance programmes;

2. *Express the wish* that the term “technical assistance” may be replaced by the term “technical co-operation” to designate both

the United Nations regular programme of technical assistance and the Expanded Programme of Technical Assistance, and requests the Economic and Social Council to consider the possibility of such a change and to report thereon to the General Assembly at its fifteenth session.

*841st plenary meeting,
20 November 1959.
(ONU, 1959)*

A mudança do termo “assistência técnica” para o termo “cooperação técnica” no âmbito das Nações Unidas pode ser compreendida como resultado de luta hegemônica sobre a prática da cooperação internacional travada no e pelo discurso. Tal mudança sugere uma crítica à perspectiva assistencialista da cooperação internacional, indicando um posicionamento favorável das Nações Unidas ao estabelecimento de relações menos assimétricas no âmbito da cooperação internacional. No entanto, essa mudança não foi incorporada a todas as instâncias de articulação e concertação política referentes à CID. Na OCDE, por exemplo, foi mantido o termo “ajuda”.

Nesse contexto geopolítico marcado pela Guerra Fria, é possível identificar o surgimento de diversas abordagens teóricas referentes ao pensamento sobre desenvolvimento. De maneira simplificada, essas diversas abordagens foram agrupadas, neste trabalho, em três correntes principais: teorias da modernização, teorias de orientação marxista e teorias neoliberais.

2.1.1. Teorias da Modernização

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi dominado pela doutrina keynesiana, voltada à defesa da intervenção estatal na economia, principalmente nos setores em que a iniciativa privada não contava com incentivos, bem como à defesa de medidas protecionistas e antiliberais, com vistas à promoção do pleno emprego. Assim, parece possível afirmar que, nesse período, o pensamento hegemônico estava voltado basicamente para o crescimento econômico, com ênfase na intervenção do Estado no processo de desenvolvimento (AFONSO & FERNANDES, 2005).

O Sistema de Bretton Woods, que passou a vigorar em meados da década de 1940, foi fundamentado no pensamento keynesiano intervencionista, defendendo a implementação de políticas econômicas fiscais e monetárias com o objetivo de garantir estabilidade, crescimento e emprego. Nesse quadro, o conceito de desenvolvimento estava, basicamente, reduzido à ideia de crescimento econômico e industrialização. No contexto de incentivo ao aumento da produção, por exemplo, foi criado o padrão Produto Interno Bruto – PIB, indicador econômico que consiste na soma de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada região durante determinado período de tempo.

Tal perspectiva era refletida nos e reforçada pelos discursos hegemônicos sobre desenvolvimento e cooperação internacional. Em 1949, o pronunciamento de posse do presidente norte-americano Harry Truman afirmou, em seu famoso “Ponto Quatro”, que a assistência técnica já concedida a países da América Latina seria expandida aos países “pobres” do mundo. De acordo com Gilbert Rist (2008), o “Ponto Quatro” de Truman inaugurou a chamada “era do desenvolvimento”:

Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas (...) I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development (...) Greater production is the key to prosperity and peace. And the key to greater production is a wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge. (TRUMAN, 1949).

Segundo Rist (2008), essa foi uma das primeiras vezes em que o termo subdesenvolvimento foi usado em um contexto com tamanha visibilidade. O conceito de subdesenvolvimento surgiu, então, como sinônimo de economicamente atrasado. Isso significou uma mudança no próprio conceito de desenvolvimento, o qual passou a ter um sentido de transitividade, como resultado de ações realizadas por agentes. Nesse sentido, passava a ser possível a ideia de promover o desenvolvimento de uma região.

The appearance of the term ‘underdevelopment’ evoked not only the idea of change in the direction of a final state but, above all, the possibility of bringing about such change. No longer was it just a question of things ‘developing’; now it was possible to ‘develop’ a region. Thus ‘development’ took on a transitive meaning (an action performed by one agent upon another) which corresponded to a principle of social organization, while ‘underdevelopment’ became a ‘naturally’ occurring (that is, seemingly causeless) state of things. (RIST, 2008, p.73)

De acordo com Rist (2008), essa nova concepção alterou a maneira como o mundo era visto. Até então, as relações Norte/Sul estavam inseridas no padrão de oposição entre colonizador/colonizado. A nova dicotomia entre desenvolvido/subdesenvolvido passou a ter uma relação diferente, na qual o subdesenvolvimento não significava o oposto de desenvolvimento, mas seu estágio inicial. Foi esse o momento em que as teorias da modernização ganharam força, considerando o desenvolvimento como modelo unilinear de transição da sociedade tradicional para a sociedade industrial. Acreditava-se que a experiência dos países industriais poderia ser transferida nos mesmos moldes aos países considerados subdesenvolvidos, como sustentava a perspectiva evolucionista da teoria dos estágios de crescimento proposta por Walt Whitman Rostow (1956) (MOREIRA; CRESPO, 2012).

Nesse quadro, a finalidade da chamada ajuda internacional consistia em preencher as lacunas de recursos domésticos dos países considerados subdesenvolvidos, a fim de acelerar o crescimento. De um lado, o subdesenvolvimento parecia existir sem uma causa, como estado de pobreza e escassez, produzindo vítimas oprimidas pela fome e por doenças. De outro lado, o desenvolvimento era caracterizado pela opulência, pelo bem-estar crescente e infinito. Através dessa perspectiva, a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento mantinha uma lacuna entre as diversas partes do mundo, o que justificava a possibilidade, ou até mesmo a necessidade de intervenção internacional (RIST, 2008).

Nessa lógica, julgava-se necessário um esforço internacional e coletivo, predominantemente assistencialista, a fim de “ajudar” os países considerados

subdesenvolvidos. Intervenções eram, então, justificadas para estimular a produção e a acumulação com o objetivo de promover a integração desses países na economia mundial. De acordo com Rist (2008), a definição de subdesenvolvimento como escassez, ao invés de resultado de circunstâncias históricas, contribuiu para que a chamada política do desenvolvimento fosse associada à ajuda internacional. Desse modo, com base no referencial teórico-metodológico da ADC, parece possível compreender os discursos sobre cooperação internacional e sobre desenvolvimento como instrumentos de legitimação de intervenções internacionais, ou seja, como ideológicos, como sentidos a serviço de disputas de poder.

Nesse quadro, além das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas mencionadas anteriormente, foram estabelecidas novas instâncias, como o Programa Ampliado de Assistência Técnica, também no âmbito do ECOSOC, em 1949; o Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico – SUNFED, em 1958; a Corporação Financeira Internacional – IFC, pelo Banco Mundial em 1956; além de bancos de desenvolvimento regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 1959, o Banco Africano de Desenvolvimento, em 1964, e o Banco Asiático de Desenvolvimento, em 1966.

2.1.2. Dependência, Periferia e Questões Sociais

A partir de meados da década de 1960 até os anos 1980, o debate sobre desenvolvimento tornou-se mais complexo, voltando-se para o conceito de Dependência (BOWNE, 1997). Têm início as discordâncias sobre os benefícios da interdependência, assim como as discussões sobre as diferenças nos parâmetros de desenvolvimento do Norte e do Sul. Nesse momento, as teorias econômicas passaram a considerar a ideia de crescimento acompanhado de redistribuição. As teorias da dependência, de inspiração estruturalista e neomarxista, argumentam que a dominação econômica exercida pelos países industrializados sobre os países considerados subdesenvolvidos representa obstáculo maior ao desenvolvimento do que as próprias condições internas de tais países. Sendo assim, as relações de interdependência passaram a assumir um caráter de desigualdade. (MOREIRA; CRESPO, 2012).

Tal abordagem está intimamente relacionada ao pensamento desenvolvimentista latino-americano, principalmente aos trabalhos de Raul Prebisch, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, os quais integraram a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Esses autores fundamentaram-se na ideia de deterioração dos termos de troca dos produtos primários em relação aos produtos manufaturados, em um contexto no qual o mundo estaria dividido entre centro e periferia. Desse modo, os estruturalistas advogavam em favor da transformação estrutural das economias consideradas subdesenvolvidas através da industrialização por substituição de importações. Nessa perspectiva, o Estado deveria assumir papel central no processo de diversificação do setor industrial.

Esses autores, conhecidos como dependentistas, refutaram a perspectiva evolucionista dos estágios de crescimento de Rostow, chamando a atenção para os mecanismos nacionais e internacionais de acumulação das economias centrais e demonstrando que tal processo não poderia ser reproduzido nos países da chamada periferia. Desse modo, os dependentistas consideravam a perspectiva histórica de inserção dos países chamados periféricos na economia mundial e no sistema capitalista (RIST, 2008).

Na década de 1970, Immanuel Wallerstein propôs a perspectiva do “sistema-mundo”, abordagem sistêmica do desenvolvimento que mantém certa relação com as teorias da dependência. Nessa perspectiva, identifica-se a existência de um centro, uma periferia e uma semiperiferia, sendo que o nível de desenvolvimento dos diferentes países é visto como resultado de contingências históricas e das dinâmicas de acumulação de capital em nível mundial (MOREIRA; CRESPO, 2012).

Ainda na década de 1970, surgiu a abordagem das “necessidades básicas”, a qual exerceu influência significativa nas Organizações Internacionais e Não-Governamentais. O marco inaugural das “necessidades básicas” foi o pronunciamento do então Presidente do Banco Mundial em 1972, Robert McNamara, defendendo o crescimento econômico acompanhado de justiça social. Nesse sentido, mostrava-se necessário não apenas aumentar o volume de assistência ao desenvolvimento, mas também garantir que os recursos alcançassem as populações consideradas mais pobres. Tal abordagem é voltada para a satisfação das necessidades humanas essenciais, considerando alimentação, habitação, educação e emprego (RIST, 2008).

Tendo em vista o momento de reivindicação dos países pertencentes ao então chamado Terceiro Mundo, em 1964, foi estabelecida a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD como órgão permanente da ONU. Ainda nesse ano, durante a primeira sessão da UNCTAD, foi estabelecido o Grupo dos 77 (G-77) composto por 77 países em desenvolvimento com o objetivo de articular e promover seus interesses econômicos.

Em 1965, a resolução 2029 da XX^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas unificou o Programa Ampliado de Assistência Técnica com o SUNFED e deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a fim de aumentar a efetividade das ações empreendidas e atender às demandas crescentes dos países em desenvolvimento. Em 1974, foi realizada uma sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas com o objetivo de discutir problemas relacionados a bens primários e desenvolvimento. Durante essa sessão, foi estabelecida a “Nova Ordem Econômica Internacional”, baseada em princípios de equidade, igualdade, interdependência, interesses comuns e cooperação entre os Estados (RIST, 2008).

Nesse quadro, as conferências realizadas pela ONU no final da década de 1960 e na década de 1970, as quais colocaram em discussão questões sociais e ambientais, abriram novas perspectivas. Questões relativas à pobreza, ao aumento da população mundial, à migração, aos direitos humanos e ao meio ambiente começaram a entrar na agenda internacional do desenvolvimento. No entanto, de acordo Bowne (1997), a comunidade internacional acabou deixando de lado as preocupações ambientais por pelo menos mais uma década, pois não eram nesse momento prioridade dos países do Norte e eram consideradas ameaças ao crescimento econômico dos países do Sul.

Nesse período, destacaram-se a Conferência Internacional sobre Direitos Humanos (Teerã, 1968); a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972); a Conferência Mundial de População (Bucareste, 1974); a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat I (Vancouver, 1976); a Conferência Mundial contra o Racismo (Genebra, 1978); a Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (Viena, 1979), entre outras.

Além disso, o acúmulo de experiências dos países em desenvolvimento consideradas positivas e passíveis de serem transferidas a outros países com problemas semelhantes deu origem ao conceito de Cooperação Técnica Entre Países em Desenvolvimento (CTPD) ou “cooperação horizontal” no âmbito das Nações Unidas. Em 1978, a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada na Argentina, elaborou o chamado Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), com diretrizes e recomendações acerca da CTPD, também chamada Cooperação Sul-Sul.

De maneira geral, durante os anos 1960 e 1970, manteve-se a expansão da cooperação internacional tanto bilateral quanto multilateral, principalmente depois que a Europa e o Japão tiveram suas economias reconstruídas e as Instituições Financeiras e Organizações Internacionais voltaram suas atenções aos países em desenvolvimento (KANBUR, 2003). Sob o paradigma das “necessidades básicas”, a doutrina do desenvolvimento mantinha o apoio a iniciativas estatais e iniciava as discussões sociais, enfatizando a necessidade do crescimento econômico acompanhado de redistribuição.

Apesar da diversidade de perspectivas em relação ao pensamento sobre desenvolvimento, ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970, o modelo hegemônico da cooperação internacional caracterizava-se, em primeiro lugar, pelas relações assimétricas entre os países “doadores” e os países “recipiendários”, conformando a lógica Norte/Sul de assistência condicionada, na qual os países “doadores” impunham condicionalidades aos países “recipiendários” geralmente garantindo benefícios econômicos próprios. Em segundo lugar, direcionava recursos a projetos setoriais específicos (principalmente assistência técnica para desenvolvimento industrial e agricultura), ao invés de planos de desenvolvimento mais amplos, o que acarretava em restrições na utilização dos recursos (KANBUR, 2003). Além disso, o padrão de relacionamento entre os diversos países da comunidade internacional, incluindo a cooperação internacional, continuava inserido na lógica da Guerra Fria, refletindo a luta hegemônica entre EUA e URSS por áreas de influência capitalistas e socialistas.

2.1.3. O paradigma neoliberal

Os anos 1980 e principalmente os 1990 foram turbulentos para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. O período teve seu início marcado pelas consequências das crises do petróleo de 1973 e 1979 e terminou com o colapso da URSS. Foi também a década dos governos conservadores de Ronald Reagan, nos EUA, e Margaret Thatcher, no Reino Unido. Nesse contexto, houve uma ruptura em relação às abordagens estatistas keynesianas vigentes até então e o pensamento liberal ortodoxo de defesa do livre-mercado ganhou força. As estratégias de substituição de importações foram criticadas pelas instituições financeiras internacionais e os países em desenvolvimento acabaram altamente endividados. Nesse momento, iniciava-se o período de ajustes estruturais (KANBUR, 20003).

As graves crises econômicas, principalmente na América Latina, bem como a estagnação, a fome e a miséria na África colocaram em cheque a eficácia da cooperação internacional. Os países em desenvolvimento encontravam-se altamente endividados ao Banco Mundial e ao FMI, sendo que na época esses problemas foram atribuídos não somente às desvantagens da interdependência, mas também ao fracasso político por parte dos países tomadores de empréstimo.

A crise do México de 1982, momento em que o país se mostrou incapaz de cumprir com seus compromissos internacionais, resultou na disseminação gradual dos programas de ajustes estruturais, os quais eram vistos como necessários para restabelecer o equilíbrio e a harmonia do sistema internacional (RIST, 2008). Em 1989, as teorias econômicas dominantes deram origem às diretrizes do chamado Consenso de Washington, considerado um marco nas políticas econômicas mundiais. O Consenso de Washington, de caráter neoliberal, propagava medidas de estabilização, privatização e liberalização das economias mundiais.

Nesse contexto, as iniciativas internacionais para o desenvolvimento foram, em grande medida, reduzidas a questões humanitárias e as Organizações Não-Governamentais (ONGs) passaram a ter maior atuação. Tomando como base os principais “doadores” mundiais, os quais fazem parte do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, os dados estatísticos disponibilizados pela

Organização apontam que, entre 1993 e 1997, os fluxos totais de Assistência Oficial ao Desenvolvimento – AOD tiveram uma queda significativa em valores reais.

Os recursos provenientes dos países do CAD/OCDE destinados à AOD no ano de 1960, 1970, 1980 e 1990 foram respectivamente US\$36,62 bilhões; US\$40,78 bilhões; US\$61,18 bilhões e US\$80,40 bilhões. Porém, os valores começam a baixar no ano de 1993, chegando a US\$67,93 bilhões em 1997. O gráfico a seguir mostra os valores reais, bem como o percentual referente ao PIB, dos recursos destinados à AOD pelos países do CAD/OCDE desde 1960 até 2009.

Figura 1. Assistência Oficial ao Desenvolvimento CAD/OCDE 1960-2009



Fonte: OCDE, 2014

Os dados sugerem que na década de 1960, apesar da diminuição em relação à porcentagem do PIB dos países doadores, a AOD manteve seu nível estável em valores reais. A partir do início da década de 1970 até o começo dos anos 1990, houve um aumento significativo dos fluxos de AOD, sendo que alguns países do CAD/OCDE atingiram a meta estabelecida pela ONU de 0,7% do PIB (OCDE, 2011). No entanto, houve um declínio significativo ao longo da década de 1990 e seu restabelecimento a partir dos anos 2000.

Uma interpretação possível para esses dados é que, tendo em vista a recuperação dos países europeus beneficiários do Plano Marshall no pós-Segunda

Guerra Mundial, as Organizações Internacionais e os países considerados desenvolvidos voltaram suas atenções aos países considerados em desenvolvimento, principalmente em resposta ao aumento das demandas de maior equidade e justiça social advindas do então chamado Terceiro Mundo, em um contexto geopolítico marcado pelas disputas por áreas de influência capitalistas e socialistas, bem como por políticas econômicas intervencionistas. Desse modo, percebe-se um aumento expressivo da AOD até o início dos anos 1990.

O declínio da AOD no início dos anos 1990 parece estar intimamente relacionado ao fim da Guerra Fria e à lógica dominante do Consenso de Washington. Sem a ameaça provocada pelo bloco dos países socialistas, os EUA e outros principais “doadores” mundiais puderam realinhar suas estratégias geopolíticas sob uma nova configuração internacional. Além disso, o modelo neoliberal preconizado pelas diretrizes do Consenso de Washington relacionadas à disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, economia de mercado, privatização e desregulamentação prejudicaram as iniciativas estatais voltadas ao desenvolvimento internacional. Desse modo, a queda do Muro de Berlim e o estabelecimento do padrão Consenso de Washington significavam uma nova configuração mundial, na qual a AOD parecia ocupar um espaço cada vez menor.

No entanto, a crise asiática iniciada em julho de 1997, devido à queda de valor da moeda tailandesa (bath), marcou o início das críticas ao Consenso de Washington. A crise iniciada na Tailândia logo se espalhou para a Malásia, a Coreia, as Filipinas e a Indonésia, atingindo toda a região asiática, a América Latina e a economia mundial (STIGLITZ, 2002). Diante desse quadro, diversos economistas posicionaram-se de forma crítica ao padrão neoliberal, dentre eles Dani Rodrik e Joseph Stiglitz, dando início ao chamado pensamento “pós-Consenso de Washington”.

De acordo com Stiglitz (2002), comparando o que aconteceu na Malásia e na China, dois países que optaram por não seguir os programas do FMI, com o restante do Leste Asiático, os efeitos negativos das políticas neoliberais tornaram-se evidentes. A Malásia foi duramente criticada pela comunidade financeira internacional durante a crise por adotar políticas de controle de capital. No entanto, a Malásia conseguiu recuperar sua economia de maneira mais rápida e eficiente do que, por exemplo, a Tailândia, que seguiu as receitas propostas pelo FMI.

Em retrospecto, ficou claro que os controles de capital instituídos pela Malásia haviam possibilitado que o país se recuperasse muito mais rapidamente, com uma queda menos profunda e com um legado muito menor de endividamento como encargo sobre o crescimento futuro (STIGLITZ, 2002).

A década de 1990 observou, então, duas inflexões importantes no que se refere à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. O final da Guerra Fria marcou uma alteração fundamental na geopolítica mundial em direção à multipolaridade. O declínio do Consenso de Washington, pós-crise asiática, marcou uma mudança crucial no pensamento sobre desenvolvimento, resgatando princípios de intervenção estatal na condução do desenvolvimento e incluindo definitivamente as questões sociais e ambientais na agenda internacional.

Apesar da aparente propensão ao declínio da CID, o início do século XXI comprovou o inverso do panorama esperado. Os anos 2000 mostraram um novo impulso das iniciativas para o desenvolvimento, tanto no âmbito de ações governamentais, quanto de Organizações Internacionais e Não-Governamentais. Em relação aos países do CAD/OCDE, houve um aumento surpreendente da AOD, evidenciado pelo montante de US\$119,78 bilhões destinados à cooperação internacional em 2009. Nesse sentido, os acontecimentos da década de 1990 parecem apontar para uma reestruturação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no início do século XXI.

2.2. Cooperação internacional em um contexto geopolítico multipolar

O fim da Guerra Fria significou, de certa forma, o triunfo do capitalismo. Para muitos, uma nova era de otimismo parecia ser inaugurada e abriria espaço para a o esperado momento de paz, harmonia e avanço rumo à democracia e à prosperidade (LOWE, 2011). No entanto, a nova configuração mundial revelou-se bastante

diferente, evidenciando os desafios de manter a paz e a estabilidade econômica em nível mundial.

Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, em Nova York, logo lembraram que os conflitos do sistema internacional ainda faziam-se presentes. Além disso, a crise financeira internacional de 2008/2009, iniciada com a quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, bem como a crise da dívida pública Europeia, cujo marco foi o resgate da economia grega em 2010, acarretaram o estabelecimento de políticas de austeridade que impuseram dificuldades a grande parte dos países considerados desenvolvidos.

Paralelamente, foi possível identificar a emergência de países em desenvolvimento como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), os quais passaram a registrar crescimento econômico elevado e melhorias nas condições de vida de suas populações. Esse processo deu início à chamada “ascensão do Sul”. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano 2013, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os países do Sul têm estimulado o crescimento econômico mundial e contribuído para o crescimento de outras economias em desenvolvimento. Em um mundo cada vez mais interligado, “o Sul precisa do Norte, mas cada vez mais o Norte precisa do Sul.”⁴

Segundo dados do Banco Mundial⁵ referentes ao ano de 2013, a China ocupa o segundo lugar no ranking das maiores economias do mundo, com um PIB de aproximadamente 9,25 trilhões de dólares. O Brasil encontra-se na sétima posição, com aproximadamente 2,25 trilhões e a Índia encontra-se em décimo lugar, com aproximadamente 1,88 trilhões. Em relação aos indicadores sociais, o Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 afirma que o Brasil, a China e a Índia reduziram de forma drástica a porcentagem de suas populações em situação de pobreza extrema, ou seja, população que vive com menos de 1,25 dólares por dia. Segundo o relatório, o Brasil passou de 17,2% da população, em 1990, para 6,1%, em 2009; a China passou de 60,2%, em 1990, para 13,1%, em 2009; e a Índia passou de 49,4%, em 1983, para 32,7%, em 2010.

⁴ PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013** A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. PNUD, 2013 p.07.

⁵ Disponível em <http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>

Nesse quadro, os países do Sul têm ampliado sua atuação internacional, o que se reflete também no campo da cooperação. A cooperação internacional entre os chamados países do Sul, apesar de ter suas origens na Conferência de Bandung e de ter sido objeto de atenção da ONU já na década de 1970, ganhou novas proporções no início do século XXI. A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento – CTPD, também chamada Cooperação Sul-Sul, é fundamentada no princípio de horizontalidade, em oposição ao padrão tradicional reconhecidamente verticalizado da chamada Cooperação Norte-Sul, considerado hegemônico neste trabalho.

Além do fortalecimento da CTPD, a nova arquitetura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento vem abrindo espaço para a chamada Cooperação Trilateral, a qual envolve um país desenvolvido ou Organização Internacional, um país em desenvolvimento de renda média e um país considerado de menor desenvolvimento econômico relativo – PMDERs, como por exemplo o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura na Savana Tropical em Moçambique – ProSAVANA, programa coordenado de maneira integrada pela Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA, a Agência Brasileira de Cooperação – ABC e o Ministério da Agricultura de Moçambique.

Além do surgimento de novos arranjos no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento, a nova conjuntura pós-Consenso de Washington passou a considerar que os objetivos do desenvolvimento são muito mais amplos do que os considerados até então (STIGLITZ, 1998). A chamada “década perdida” de 1980 propiciou uma retomada das discussões sobre o desenvolvimento através de uma nova perspectiva, a do desenvolvimento sustentável (RIST, 2008). Dois acontecimentos merecem destaque nesse momento: a publicação do relatório das Nações Unidas *Our Common Future*, em 1987, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

2.2.1. O paradigma do desenvolvimento sustentável

Em 1983, por iniciativa da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland e composta por especialistas ambientais e por antigos funcionários de alto nível da ONU. Em 1987, a Comissão finalizou o relatório *Our Common Future*, documento extenso contendo uma lista de ameaças ao equilíbrio do meio ambiente, como desmatamento, efeito estufa, buracos na camada de ozônio, questões demográficas, cadeia alimentar, abastecimento de água, energia, extinção de espécies animais, dentre outras. Além de elencar ameaças e desafios ao meio ambiente, o relatório redefiniu a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, propondo uma mudança global através do desenvolvimento sustentável:

In essence, sustainable development is a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development; and institutional change are all in harmony and enhance both current and future potential to meet human needs and aspirations (CMMAD, 1987).

Se a Conferência de Estocolmo de 1972 colocou em discussão o meio ambiente humano, a Comissão Brundtland passou a considerar o meio ambiente e o desenvolvimento de forma conjunta (RIST, 2008). Tendo em vista que o próprio desenvolvimento, baseado historicamente na produção industrial, consiste na principal causa de degradação ambiental, ao mesmo tempo que a ideia de conter o desenvolvimento implicaria a renúncia do alcance a condições de vida decentes a grande parte da população mundial, o relatório *Our Common Future* significou a aparente conciliação entre dois conceitos radicalmente opostos: meio ambiente e desenvolvimento.

O Relatório Brundtland recomendou às Nações Unidas a organização de uma Conferência para tratar das questões levantadas pela Comissão. Em junho de 1992, foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, dando início à chamada Cúpula da Terra. Mais de 170 países participaram da Conferência, a maior parte deles representada por Chefes de Estado ou de Governo. Houve, também, a significativa participação de Organizações Não-Governamentais.

A Conferência, também chamada Rio 92, resultou em cinco documentos: A Declaração do Rio (Carta da Terra), a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade, a Declaração sobre Florestas e a Agenda 21. A Cúpula da Terra foi sem precedentes para uma Conferência das Nações Unidas, tanto em termos de tamanho quanto em termos de escopo. A Rio 92 representa o grande marco do paradigma do desenvolvimento sustentável, colocando como prioridade as questões ambientais na agenda internacional do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, as discussões sobre o desenvolvimento humano também ganharam força. Segundo Rist (2008), desde os grandes debates da década de 1970 sobre a Nova Ordem Econômica Internacional e as necessidades básicas, não havia existido novos avanços na concepção de desenvolvimento humano, principalmente no contexto de ajustes estruturais da década de 1980. A iniciativa de relançar o debate partiu do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que inaugurou a série de relatórios anuais sobre desenvolvimento humano em 1990, projeto liderado pelo paquistanês Mahbub ul-Haq.

People are the real wealth of a nation. The basic objective of development is to create an enabling environment for people to enjoy long, healthy and creative lives. This may appear to be a simple truth. But it is often forgotten in the immediate concern with the accumulation of commodities and financial wealth (PNUD,1990, p.9).

Tal perspectiva coloca o ser humano como prioridade, considerando a qualidade de vida das pessoas como objetivo central do desenvolvimento:

Human development is a process of enlarging people's choices. In principle, these choices can be infinite and change over time. But at all levels of development, the three essential ones are for people to lead a long and healthy life, to acquire knowledge and to have access to resources needed for a decent standard of living. If these essential choices are not available, many other opportunities remain inaccessible. But human development does not end there. Additional choices, highly valued by many people, range from political, economic and social freedom to opportunities for being creative and productive, and enjoying personal self-respect and guaranteed human rights (PNUD, 1990, p.10).

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990 introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, como indicador alternativo ao Produto Interno Bruto – PIB. O Relatório de 1991 estabeleceu uma série de prioridades sociais para alocação de recursos, como educação básica, assistência médica, abastecimento de água, etc. Essas iniciativas culminaram, posteriormente, no estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Em setembro de 2000, dando seguimento à inclusão das questões sociais e ambientais na agenda do desenvolvimento internacional, foi realizada, no âmbito das Nações Unidas, a Cimeira do Milênio. Como resultado, a Declaração do Milênio estabeleceu um compromisso entre os 191 países participantes para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. Essa declaração foi concretizada em oito metas chamadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, a serem alcançados até 2015: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Esse novo sentido de desenvolvimento é refletido e ao mesmo tempo reforçado no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Em meio

a diversos acontecimentos, alguns elementos-chave sugerem de forma marcante esse processo de transformação: a publicação do relatório *Shaping the 21st Century* pelo CAD/OCDE, em 1996; a publicação do estudo realizado pelo Banco Mundial *Assessing Aid*, em 1998; a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, realizada no âmbito da ONU em 2002; bem como o estabelecimento do Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda no âmbito da OCDE, em 2003.

O documento *Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Co-operation* representa um marco para a construção de um novo momento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. O documento apresenta novas prioridades, sugerindo uma concepção mais abrangente do papel da CID em um momento de mudanças globais. O relatório afirma que os países industrializados têm um dever moral de responder à pobreza extrema e ao sofrimento humano que atingiam grande parte da população mundial. Nessa meta, o documento considera que a ajuda internacional pode ser eficaz, desde que executada apropriadamente em ambientes favoráveis.

O documento reconhece a importância dos sistemas multilaterais para o fortalecimento da CID, onde todos os países devem desempenhar papel relevante, assumindo que a ajuda internacional somente terá êxito onde houver um comprometimento compartilhado entre todos os parceiros. Além disso, afirma que é preciso aumentar o volume de Assistência Oficial ao Desenvolvimento, a fim de reverter a “crescente marginalização dos pobres rumo aos objetivos de desenvolvimento humano”(OCDE, 1996). O relatório declara que todos se tornam menos seguros por causa da pobreza e miséria existentes no mundo, por isso o desenvolvimento é importante.

A visão apresentada no relatório aponta que os grandes problemas globais como degradação ambiental, migração, tráfico de drogas e epidemias ultrapassam as fronteiras territoriais. Nesse sentido, o documento propõe o estabelecimento de parceria global para o desenvolvimento, considerando o bem-estar econômico, o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental. As estratégias apresentadas no relatório envolvem mudanças na concepção de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Elas têm como base o paradigma do desenvolvimento sustentável,

fundamentado na combinação e integração de elementos econômicos, sociais e ambientais, de tal forma que seja garantida a apropriação local desses elementos. O documento defende um modelo de parcerias, entendido como esforço colaborativo para que os países desenvolvam capacidades de agir de forma autônoma, em contraste com a perspectiva assistencialista tradicional.

O estudo realizado pelo Banco Mundial *Assessing Aid: What Works, What Doesn't, and Why* propõe uma reavaliação da assistência para o desenvolvimento, defendendo que a ajuda internacional deve ainda desempenhar papel importante na condução do desenvolvimento, em resposta ao declínio da AOD nos anos 1990. Além disso, defende a reavaliação do conceito de desenvolvimento com base em um novo paradigma, chamando a atenção para a eficácia da ajuda internacional. Segundo o relatório, para que a assistência internacional tenha um maior efeito global, é necessário o estabelecimento de parceria entre os países “recipiendários”, as agências de cooperação internacional e os países “doadores”. Além disso, o relatório afirma que melhorias nas instituições econômicas e políticas dos países em desenvolvimento são cruciais para um salto quantitativo na redução da pobreza (BANCO MUNDIAL, 1998).

A Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, promovida pela ONU, foi realizada em Monterrey, México, em 2002. O resultado mais importante da Conferência foi a publicação do Consenso de Monterrey, um dos passos mais marcantes para a revitalização da cooperação internacional no início do século XXI. O Consenso do Monterrey apresenta uma série de concordâncias entre países “doadores” bilaterais e agências multilaterais a respeito dos objetivos e diretrizes da CID, reconhecendo os desafios relacionados ao financiamento do desenvolvimento, apresentando estratégias para levantamento de recursos e reforçando o engajamento dos países “doadores”.

Na Conferência, os países enfatizaram a importância do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) acordados no âmbito das Nações Unidas no ano 2000. Parece possível afirmar que, nesse momento, os ODM entraram na agenda da CID de forma mais eminente. Ainda, os países ressaltaram a necessidade de fortalecimento da colaboração mútua, principalmente no cenário posterior aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, em Nova York. Partindo

da perspectiva de que a paz e o desenvolvimento caminham juntos, os países se comprometeram a buscar sua visão compartilhada de um futuro melhor, através de esforços individuais e ações multilaterais, tendo como base os princípios de justiça, igualdade, democracia, participação, transparência, responsabilidade e inclusão.

As estratégias defendidas no Consenso de Monterrey consistem na mobilização de recursos financeiros domésticos, públicos e privados, com apoio da comunidade internacional; mobilização de recursos internacionais, tanto de Investimento Estrangeiro Direto quanto de outros fluxos privados; promoção de um sistema multilateral de comércio universal regulado, aberto, não-discriminatório e equitativo, capaz de servir de ferramenta para o desenvolvimento; aumento da Cooperação Internacional Técnica e Financeira; gestão da dívida externa de forma a favorecer os países em desenvolvimento; bem como o fortalecimento da coerência e consistência dos sistemas monetário, financeiro e de comércio internacionais para apoiar o desenvolvimento.

Em relação aos Fóruns de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda no âmbito da OCDE, o I Fórum foi pioneiro no delineamento dos princípios para promover a eficácia da ajuda, o que resultou na Declaração de Roma sobre Harmonização (2003), a qual reafirmou o comprometimento das instituições e países participantes em relação à erradicação da pobreza, ao desenvolvimento econômico sustentado, bem como à promoção do desenvolvimento sustentável inclusivo e equitativo em concordância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. Os países e instituições representados no I Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda comprometeram-se em rever suas práticas a fim de facilitar a harmonização, bem como reduzir relatórios, revisões e condicionalidades das ações de cooperação (OCDE, 2003).

A Declaração de Roma recomenda que a assistência ao desenvolvimento seja realizada de acordo com as prioridades e o momento oportuno dos países “recipiendários”. Recomenda também que os esforços dos países “doadores” sejam voltados para a delegação de funções de maneira cooperativa, bem como para o aumento da flexibilidade do quadro de funcionários nos programas e projetos do país. Ainda, a Declaração de Roma recomenda que as consideradas boas práticas sejam promovidas, monitoradas e sustentadas por estudos analíticos que fortaleçam a

capacidade de liderança dos países “recipiendários” na determinação de seus próprios caminhos para o desenvolvimento.

O II Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, realizado em 2005, teve como resultado a Declaração de Paris. Esse documento representa um novo marco na trajetória da cooperação internacional, chamando a atenção para a eficácia das práticas envolvidas e estabelecendo novos princípios de ação. A Declaração enfatiza a importância do aumento da eficácia da assistência internacional, tendo como base novos compromissos entre as partes envolvidas, assim como a adoção de indicadores de progresso. Da mesma forma que o aumento de recursos defendido em Monterrey, o aumento da eficácia da cooperação internacional foi colocada como prioridade para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Os compromissos da Declaração de Paris foram assumidos em uma perspectiva de “parceria para o desenvolvimento”: apropriação (os países “recipiendários” exerceriam liderança efetiva sobre as suas políticas e estratégias de desenvolvimento, assegurando a coordenação das ações realizadas); alinhamento (os “doadores” baseariam todo o seu apoio nas estratégias, instituições e procedimentos dos países parceiros); harmonização (as ações dos “doadores” seriam mais harmonizadas, transparentes e coletivamente eficazes); gestão centrada nos resultados (gerenciamento dos recursos e melhoria das tomadas de decisões com foco nos resultados); e responsabilidade mútua (os “doadores” e os “recipiendários” seriam mutuamente responsáveis pelos resultados obtidos em matéria de desenvolvimento).

O III Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda ocorreu em Acra, Gana, em 2008. Na ocasião, participaram países considerados “doadores” tradicionais, países considerados em desenvolvimento, economias emergentes, instituições multilaterais e das Nações Unidas, fundos internacionais e organizações da sociedade civil. O Fórum enfatizou a necessidade de implementação dos objetivos estabelecidos na Declaração de Paris de 2005 e apontou uma série de áreas prioritárias a serem melhoradas. Nesse sentido, foi estabelecida uma agenda de compromissos para fortalecer e aprofundar a implementação da Declaração de Paris (Agenda de Ação de Acra), propondo avanços nas áreas de apropriação, parcerias e resultados.

O IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, realizado em Busan, na Coreia do Sul, em 2011, representa outro marco nas discussões sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. O evento reuniu mais de três mil delegados com o objetivo de fazer um balanço dos progressos alcançados pela cooperação internacional e elaborar planos coletivos para o futuro da cooperação e do desenvolvimento. O Fórum culminou na assinatura da Parceria de Busan para a Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento, a qual estabeleceu, pela primeira vez, um acordo sobre a CID envolvendo países considerados desenvolvidos, em desenvolvimento, emergentes, “doadores” das chamadas Cooperação Sul-Sul e Triangular, bem como a sociedade civil (OCDE, 2011). O documento estabelece princípios compartilhados para alcançar o maior impacto possível na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até o ano de 2015: apropriação das prioridades dos países em desenvolvimento, foco nos resultados, parcerias inclusivas, transparência e responsabilidade mútua nas ações de cooperação.

Além das instâncias referentes à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, o paradigma do desenvolvimento sustentável vem sendo fortalecido por meio da chamada Agenda do Desenvolvimento pós-2015. Na Cúpula das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio realizada em 2010, os países deram início às discussões para a elaboração da agenda do desenvolvimento posterior a 2015. Com esse intuito, o Secretário-Geral Ban Ki-moon formou uma Equipe de Trabalho do Sistema ONU e estabeleceu o Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentíssimas para tratar do tema da agenda do desenvolvimento pós-2015 no âmbito da Organização. Além disso, foi estabelecido um conjunto de 11 consultas temáticas globais e nacionais para contribuir no processo de discussão e elaboração da agenda pós-2015.

O primeiro relatório da Equipe de Trabalho do Sistema ONU foi finalizado em 2012, intitulado *Realizing the Future We Want for All*. O relatório sugere quatro dimensões-chave para a agenda pós-2015: desenvolvimento econômico e social inclusivo; sustentabilidade ambiental; paz e segurança. O segundo relatório, publicado em 2013 com o título *A Renewed Global Partnership for Development*, apresenta recomendações sobre a parceria global pós-2015, sugerindo que sejam incluídos

compromissos universais para todos os países, de acordo com as capacidades dos diversos países.

O relatório elaborado pelo Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes sobre a Agenda do Desenvolvimento pós-2015 foi lançado em 2013 sob o título *A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies through Sustainable Development*. O documento estabelece uma agenda universal para erradicação completa da extrema pobreza até 2030, através de cinco diretrizes: inclusão de todas as pessoas; desenvolvimento sustentável como prioridade; economias voltadas para a geração de emprego e crescimento inclusivo; construção de instituições eficazes, abertas e responsáveis; e estabelecimento de uma nova parceria global para o desenvolvimento.

Em 2012, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20. Como resultado, foi elaborado o documento *The Future We Want*, recomendando o estabelecimento dos chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a agenda pós-2015, os quais encontram-se em fase de discussão e definição. Além de representantes governamentais, fazem parte desse processo de discussão a sociedade civil, Organizações Não-Governamentais, academia e o setor privado.

É nesse contexto de mudanças globais em direção à multipolaridade, à emergência de grandes economias no Sul, bem como ao estabelecimento e fortalecimento do paradigma do desenvolvimento sustentável, que o Brasil passou a ter maior destaque no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. A prática da cooperação internacional no caso brasileiro será analisada no próximo capítulo.

3. ANÁLISE DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

O Brasil, bem como os países em desenvolvimento de maneira geral, deu início à sua participação no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID na condição de “recipiendário”. Durante o período compreendido entre 1950 até o final da década de 1980, o Brasil esteve majoritariamente enquadrado como “recipiendário” no chamado modelo de cooperação Norte-Sul, comumente praticado em diversas partes do mundo através de ações empreendidas por países desenvolvidos usualmente voltadas à estruturação de instituições direcionadas à promoção do crescimento econômico de países considerados em desenvolvimento (CORRÊA, 2010).

No decorrer do tempo, o Brasil passou a ter um modelo dualista, atuando de maneira crescente como prestador em ações de cooperação internacional sem renunciar completamente à condição inicial de beneficiário. As iniciativas do governo brasileiro de alocar recursos para ações de cooperação em benefício de outros países em desenvolvimento, cujas origens remontam à década de 1970, ganharam fôlego com o processo de redemocratização e estabilização do país, iniciados na década de 1980, bem como pelo mencionado processo de reestruturação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, possibilitado pela conjuntura internacional característica do início do século XXI e pelo alargamento do conceito de desenvolvimento.

Em relação à atuação brasileira, é possível afirmar que os princípios orientadores da cooperação internacional empreendida pelo Brasil, presentes nos posicionamentos institucionais e oficiais do país, referem-se à solidariedade, horizontalidade e parceria nas relações entre os países, respeito à soberania dos países parceiros, atuação em conformidade com as demandas dos países beneficiários, bem como à ausência de condicionalidades e de interesses comerciais.

Tendo em vista o aumento significativo das práticas de cooperação internacional empreendidas pelo Brasil no início dos anos 2000, a retórica do governo brasileiro sobre suas políticas de cooperação prestada a outros países em

desenvolvimento passou a ter destaque no plano interno e internacional. A chamada “cooperação solidária” do Brasil ganhou atenção tanto na mídia quanto na academia, suscitando posicionamentos diversos na opinião pública e nas produções científicas.

Partindo da concepção de cooperação internacional como ação coordenada de atores independentes em busca de benefício mútuo (DAI; SNIDAL, 2010) para abordar a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, o presente capítulo versa sobre a cooperação internacional no caso específico do Brasil. Primeiramente, apresenta um breve panorama histórico com ênfase na cooperação técnica, modalidade com reconhecido destaque nesse contexto. Em seguida, discorre sobre o arcabouço institucional, levantamentos oficiais e elementos conceituais presentes em posicionamentos institucionais do país, os quais conformam uma construção discursiva específica relacionada à Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi. Este capítulo prioriza o período 2003-2010, no que consiste o recorte temporal desta pesquisa, compreendendo o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

3.1. Evolução da cooperação internacional brasileira

Conforme mencionado, o Brasil iniciou sua participação no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento como “recipiendário”, como país em desenvolvimento beneficiário de iniciativas internacionais. No contexto pós-Segunda Guerra Mundial, os EUA desempenharam papel protagonista nas ações de assistência econômica e tecnológica ao Brasil, sendo que o estreitamento das relações entre os dois países nesse período é resultado de processo anterior, iniciado ainda nos anos 1930 durante o Estado Novo.

Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas buscou tirar proveito da disputa então existente entre os EUA e a Alemanha, momento marcado pela chamada “equidistância pragmática” na política exterior do Brasil (CERVO, 2010). Nesse período, o Brasil praticou livre comércio com os EUA e comércio compensado com a Alemanha, evidenciando a ambiguidade do governo Vargas às vésperas da Segunda

Guerra Mundial, o que possibilitou ao Brasil obter vantagens em termos econômicos e comerciais (CERVO, 2010).

Nessa época, o aumento do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Alemanha, bem como a possibilidade de cooperação entre o governo alemão e o governo brasileiro para a construção de uma usina siderúrgica no Brasil, considerada essencial para o desenvolvimento nacional, eram vistos com preocupação pelas autoridades norte-americanas. Nesse sentido, o governo dos EUA tomou a iniciativa de convidar o então ministro das Relações Exteriores brasileiro, Oswaldo Aranha, para realizar visita aos EUA a fim de tratar das relações entre os dois países (CERVO, 2010). A chamada missão Aranha foi iniciada em fevereiro de 1939 e resultou na assinatura de acordos bilaterais de crédito e cooperação econômica.

A missão Aranha marcou o declínio da política exterior brasileira de “equidistância pragmática” (CERVO, 2010) e o início de longo período de relações consideradas especiais entre o Brasil e os EUA (ABREU et al, 1990), resultando posteriormente no acordo pelo qual os norte-americanos concederam ajuda financeira e tecnológica ao Brasil para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Depois da missão Aranha, foram realizadas outras missões de intercâmbio e auxílio técnico entre EUA e Brasil, como a missão Cooke em 1942, a missão Abbink em 1948 e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico em 1951.

Desse modo, o Brasil já era beneficiário de programas de cooperação norte-americana na década de 1940. No entanto, a cooperação técnica recebida pelo país passou a ter dimensão mais expressiva a partir da década de 1950, momento marcado pela criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica – CNAT, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores – MRE. A CNAT, criada pelo Decreto nº 28.799, de 27 de outubro de 1950, e reestruturada pelo Decreto nº 54.251, de 2 de setembro de 1964, foi o primeiro órgão brasileiro instaurado para coordenar a cooperação técnica (PUENTE, 2010).

Constavam entre as competências da CNAT a realização de levantamento das necessidades brasileiras em matéria de assistência técnica; o estabelecimento de normas e de instrumentos de gestão referentes aos acordos; a elaboração de estudos sobre as possibilidades de contribuição brasileira para programas cooperativos, bem

como sobre a participação do Brasil em programas de assistência técnica das Nações Unidas e, eventualmente, da Organização dos Estados Americanos (BRASIL, 1950). Posteriormente foi criado, pelo Decreto Presidencial nº 45.660, de 30 de março de 1959, o Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos do Ponto IV, a fim de coordenar as ações específicas de cooperação com os EUA. O Escritório era formado por um Conselho de Coordenadores, um Diretor Executivo e cinco setores: saúde, educação, agricultura, assuntos diversos e administração geral (BRASIL, 1959). A criação, no Brasil, do Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos do Ponto IV reflete a importância da política norte-americana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento iniciada pelo Presidente Harry Truman.

Em 1961, durante o governo de Jânio Quadros, o presidente norte-americano John Kennedy lançou a iniciativa da Aliança para o Progresso, plano de cooperação econômica de ampla repercussão na América Latina. As bases dessa iniciativa remontam à Operação Pan-Americana, proposta em 1958 pelo então presidente brasileiro Juscelino Kubitschek ao então presidente norte-americano Dwight Eisenhower, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina a fim de conter o avanço de ideologias consideradas de esquerda. A Aliança para o Progresso surgiu em resposta à Revolução Cubana de 1959, acontecimento que fez voltar a atenção dos EUA para o hemisfério americano no contexto geopolítico marcado pela Guerra Fria.

A partir do estabelecimento da Aliança para o Progresso, as ações de assistência técnica norte-americana ganharam importância ainda maior no Brasil, resultando na criação do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso – CONTAP, pelo Decreto nº 56.979, de 1 de outubro de 1965, no âmbito do então Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. O CONTAP era responsável pela obtenção e gestão de recursos para o financiamento de programas e projetos de cooperação técnica, bem como ajuda de capital provenientes dos EUA no âmbito da Aliança para o Progresso (BRASIL, 1965).

Em 1968, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de apresentar propostas para a reorganização do sistema de cooperação recebida, tendo em vista o contexto da reforma administrativa brasileira realizada em 1967, cujo

objetivo foi conferir maior funcionalidade à administração pública (PUENTE, 2010). Como resultado das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial, foi estabelecido o Decreto nº 65.476, de 21 de outubro de 1969, que dispôs sobre as atividades de cooperação técnica e atribuiu ao então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral a competência de estabelecer a política interna de cooperação técnica e coordenar a sua execução, inclusive no tocante à definição de prioridades e à compatibilização com o plano global de governo. Ao Ministério das Relações Exteriores coube a formulação da política externa de cooperação técnica, a negociação dos seus instrumentos básicos e o encaminhamento das solicitações aos organismos internacionais e às agências de governos estrangeiros (BRASIL, 1969).

O Decreto extinguiu os três órgãos anteriores (CNAT, Escritório Técnico do Ponto IV e CONTAP) e os substituiu por um sistema interministerial composto por dois órgãos principais: a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional – SUBIN, vinculada ao então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, e a Divisão de Cooperação Técnica, subordinada ao Ministério das Relações Exteriores – MRE.

De acordo com Puente (2010), o processo de centralização da maior parte das funções de coordenação da cooperação técnica internacional na SUBIN, e portanto no então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, foi devido ao entendimento de que era necessário integrar a cooperação técnica internacional aos esforços de planejamento global do Governo, pois a cooperação técnica era vista como um meio de que dispunha o Estado para avançar seus projetos de desenvolvimento interno. Desse modo, além da cooperação técnica recebida do exterior, a SUBIN coordenava também atividades de cooperação técnica interna, estabelecidas entre instituições nacionais.

No início da década de 1970, as experiências brasileiras de cooperação técnica interna e de cooperação internacional recebida, bem como a intensificação das relações diplomáticas do Brasil com países latino-americanos e africanos, cujas raízes remontam à chamada Política Externa Independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart, possibilitaram o início das ações oficiais de cooperação técnica brasileira prestada a outros países em desenvolvimento, voltando-se para a América Latina e países africanos de língua portuguesa (PUENTE, 2010). Tais ações eram

coordenadas pela SUBIN em conjunto com MRE. De acordo com Puente (2010), o Brasil passava a conceber a cooperação técnica internacional como ferramenta de política exterior, além de instrumento de desenvolvimento interno. Nesse contexto, as similaridades socioeconômicas e culturais com países latino-americanos e africanos teriam contribuído para o estabelecimento de parcerias entre o governo brasileiro e outros países em desenvolvimento.

Como afirma Cervo (2010), entre 1967 e 1979 a política brasileira para a América Latina foi conduzida em três dimensões: ação nos órgãos multilaterais regionais com o objetivo de promover a cooperação dos EUA para o desenvolvimento regional, iniciativas de integração multilateral e bilateral com os países da região e o escalonamento da América Latina na estratégia de inserção mundial. Nesse contexto, foram estabelecidos projetos de cooperação com o Paraguai (hidrelétrica de Itaipu, pelo tratado de 1973), a Bolívia (compra do gás e complementação industrial, pela Ata de Cooperação de 1973), a Colômbia (estudos para binacional do carvão, em 1973), dentre outros.

Em relação à política exterior brasileira para o continente africano, foi estabelecido um novo direcionamento em meados da década de 1970. A nova política passou a ser baseada no incremento da chamada Cooperação Sul-Sul, com o objetivo de desenvolvimento mútuo; nos princípios de respeito à soberania e à autodeterminação dos Estados; bem como na repulsa ao colonialismo e à discriminação racial (CERVO, 2010). Desse modo, o Brasil reconheceu o governo independente de Guiné-Bissau, em 1974, e foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de Angola, em 1975 (CERVO, 2010).

Nesse momento, conforme mencionado anteriormente, as discussões sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento – CTPD, também chamada cooperação horizontal ou Cooperação Sul-Sul, começaram a ganhar espaço no âmbito internacional. Em 1978, a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada na Argentina, significou um marco na história da CTPD, tendo como resultado a elaboração do chamado Plano de Ação de Buenos Aires – PABA, com diretrizes e recomendações sobre o tema, contando com a participação ativa do Brasil nas discussões.

Ao mesmo tempo, a crescente graduação do Brasil em relação aos termos de elegibilidade a recursos externos ocasionou a redução do acesso a tais recursos a partir de meados da década de 1980 (CORRÊA, 2010), sobretudo no que se refere à cooperação financeira, mas também com reflexos na cooperação técnica recebida (PUENTE, 2010). Dessa forma, constatou-se nesse momento uma redução de recursos provenientes do exterior sob a forma de cooperação recebida, ao mesmo tempo em que aumentaram as demandas de prestação de cooperação técnica. Os mecanismos da SUBIN acabavam, então, sendo utilizados para as ações de cooperação prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento, as quais consistiam principalmente em treinamentos de recursos humanos dos países recipiendários em território brasileiro, junto a instituições nacionais (PUENTE, 2010).

No decorrer do tempo, essa estrutura mostrou-se inadequada para dar conta das novas atribuições que lhe foram conferidas, apontando a necessidade de nova reformulação das instituições existentes no Brasil responsáveis pela coordenação e gestão da cooperação internacional. Nesse contexto, foi criada a Agência Brasileira de Cooperação – ABC no âmbito do Ministério das Relações Exteriores em 1987. O Decreto nº 94.973, de 25 de setembro de 1987, aprovou o Estatuto da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, e estabeleceu a Agência Brasileira de Cooperação como órgão integrante de sua estrutura, dotado de autonomia financeira. Nesse momento, é importante destacar o papel proeminente desempenhado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD na construção institucional da ABC, tanto em relação à contratação de recursos humanos quanto à estruturação administrativa e técnica, bem como à implementação de ações de CTPD quando o Brasil apresentava dificuldades para atuar no exterior (PUENTE, 2010).

Na década de 1990, houve um aumento significativo de projetos de cooperação técnica recebida de organismos multilaterais com elevado percentual de contrapartida nacional, principalmente do PNUD e posteriormente de outros organismos internacionais. Tais projetos estavam inseridos no contexto de carências do setor público nacional devido às políticas de ajustes estruturais recomendadas pelo Consenso de Washington. Assim, esses projetos de cooperação recebida consistiam

em formas alternativas para garantir a existência de recursos humanos em determinados setores através da contratação de consultorias (PUENTE, 2010).

Atualmente, pelo Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010, o qual aprovou nova estrutura regimental do Ministério das Relações Exteriores, a Agência Brasileira de Cooperação encontra-se vinculada à Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores. Compete à Agência Brasileira de Cooperação planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais, bem como aquela prestada pelo Brasil a países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações (BRASIL, 2010).

De acordo com Puente (2010), a segunda metade dos anos 1990 apresentou um aumento considerável da cooperação técnica brasileira prestada a outros países em desenvolvimento, principalmente devido ao aumento da demanda de determinados países pelas experiências consideradas bem-sucedidas da cooperação brasileira. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as iniciativas brasileiras de cooperação técnica com outros países em desenvolvimento aumentaram em escopo e em áreas temáticas de atuação, principalmente no setor de formação profissional. No entanto, conforme mencionado, a relevância da cooperação internacional empreendida pelo Brasil começou a ter dimensão reconhecidamente mais expressiva durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), voltada prioritariamente a países da América Latina e da África.

3.2. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (2003-2010): informações do relatório oficial

A maior atuação do Brasil em ações de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento entre os chamados países do Sul pode ser compreendida como resultado da combinação entre a agenda de política exterior do país e suas políticas domésticas, considerando o contexto de retomada do ativismo estatal no período pós-

neoliberal e de promoção do compartilhamento das chamadas “boas práticas” entre os países em desenvolvimento (LEITE *et al*, 2010).

Brazilian identity as a development cooperation actor is also a product of the interplay between Brazil’s foreign policy agenda and domestic politics. The re-emergence of South–South cooperation in the 2000s has to be understood within the realm of state activism in the post-neoliberal setting (Hirst 2011; Leite 2012b; Morais de Sá e Silva 2009) and also in the context of the promotion of South–South best-practice transfers (Morais de Sá e Silva 2009) aiming at achieving the MDGs. Such shifts, which coincided with the Lula administration in Brazil, contributed to, and were also fuelled by, this administration’s narratives on global distributive social justice and ‘solidarity diplomacy’ (Abreu 2013; Ayllón 2012; Milani 2011) (LEITE *et al*, 2010, p.18).

Conforme mencionado, é possível afirmar que o Brasil apresentou transformações relevantes em relação a questões econômicas, sociais e políticas em sua história recente. Além do fortalecimento econômico e do processo de consolidação de um regime democrático, segundo os relatórios nacionais de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Brasil vem apresentando resultados positivos em relação ao cumprimento das metas estabelecidas pela a comunidade internacional. O ODM 1 – erradicar a extrema pobreza e a fome – estabeleceu a meta de reduzir a pobreza extrema e a fome à metade do nível de 1990 até 2015. O Brasil adotou metas mais rigorosas do que as internacionais, comprometendo-se com a erradicação da fome e em reduzir a pobreza extrema a um quarto do nível de 1990. Em 2012, considerando os indicadores definidos pela ONU para monitoramento do ODM 1, o Brasil já havia alcançado tanto as metas internacionais quanto as nacionais (IPEA, 2014).

Do ponto de vista internacional, o mencionado contexto da chamada “ascensão do Sul” e a inclusão de novos temas prioritários na agenda internacional, como questões sociais e ambientais, refletidos e reiterados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, contribuíram para a possibilidade de maior atuação do Brasil em ações de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, na medida em que o país foi se tornando exemplo considerado bem-sucedido em ocasiões diversas

perante a comunidade internacional. Nesse sentido, é possível afirmar que a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento internacional – Cobradi foi favorecida tanto pelo contexto geopolítico multipolar e de emergência de determinados países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, bem como pelo processo de alargamento do conceito de desenvolvimento particularmente posterior ao paradigma do Consenso de Washington.

De acordo com o governo brasileiro, a Cobradi consiste na totalidade de recursos investidos pelo governo federal, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas (IPEA; ABC, 2010).

A Cobradi corresponde aos dispêndios de órgãos da administração pública federal brasileira na consecução de responsabilidades assumidas em tratados, convenções, acordos, protocolos, atos institucionais ou compromissos internacionais. Tais gastos referem-se a atividades diversas, como disponibilização de pessoal, infraestrutura e recursos financeiros para capacitação de indivíduos e fortalecimento de instituições no exterior; organização ou participação em missões e operações de manutenção da paz; gestão de programas e projetos científico-tecnológicos em conjunto com outros países e institutos de pesquisa; cooperação humanitária; apoio à integração de refugiados em território brasileiro; pagamento de contribuições e integralizações de participação em organismos internacionais e doações oficiais (IPEA; ABC, 2013).

O governo brasileiro qualifica a Cobradi como parceria solidária capaz de produzir impactos positivos em populações, melhorar padrões de vida, modificar realidades e contribuir para o desenvolvimento social sustentável. De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), a missão da Cobradi é contribuir para o adensamento das relações entre o Brasil e outros países em desenvolvimento, a fim de ampliar intercâmbios para gerar, disseminar e utilizar conhecimentos técnicos, capacitar recursos humanos e

fortalecer instituições por meio do compartilhamento de políticas públicas bem-sucedidas.

Com o objetivo de dar maior divulgação e transparência às ações brasileiras no campo da cooperação internacional, o governo brasileiro, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), tomou a iniciativa de realizar levantamentos sobre as atividades e os recursos envolvidos na cooperação internacional empreendida pelo país. O primeiro levantamento buscou identificar, quantificar e classificar a totalidade dos recursos humanos, físicos e financeiros destinados, pelo governo federal brasileiro, a outros países e organizações internacionais a fundo perdido durante o período 2005-2009 (IPEA; ABC, 2010). O segundo levantamento apresenta os gastos referentes ao ano de 2010 e caracteriza os arranjos institucionais para a sua execução (IPEA; ABC, 2013).

Essas publicações representam os primeiros esforços do governo brasileiro a fim de criar uma metodologia para realização de levantamentos sobre a Cobradi. Além disso, este trabalho considera que tais publicações refletem e reforçam o discurso da política brasileira de cooperação internacional, no período 2003-2010, reafirmando os mencionados princípios de horizontalidade, solidariedade, ausência de condicionalidades, atuação conforme demanda dos países parceiros, entre outros, em todas as esferas da cooperação brasileira.

No início dos anos 2000, a cooperação internacional empreendida pelo Brasil aumentou substancialmente. Os recursos voltados à Cobradi praticamente dobraram entre 2005 e 2009, passando de R\$ 384,2 milhões para mais de R\$ 724 milhões, respectivamente (IPEA; ABC, 2010), o que promoveu grande visibilidade às ações brasileiras. O Brasil, que no decorrer de sua história caracterizou-se essencialmente como país beneficiário, passou a projetar-se cada vez mais como ator importante no papel de prestador em projetos de cooperação internacional. Com isso, a Cobradi ganhou um novo *status* e passou a ter destaque tanto do ponto de vista interno quanto internacional.

De acordo com o último levantamento, os gastos com a Cobradi em 2010 totalizaram R\$ 1,6 bilhão, o equivalente a US\$ 923 milhões em moeda corrente, o que

significa um aumento nominal de 91,2% em relação ao ano de 2009, sendo que 66,3% refere-se a gastos com cooperação multilateral e 33,7% a gastos com cooperação bilateral. Esses dados evidenciam tanto o aumento expressivo dos recursos direcionados à Cobradi no período analisado, como também seu viés multilateralista.

O primeiro levantamento, o qual compreende o período 2005-2009, classifica as modalidades de cooperação internacional empreendidas pelo Brasil em cinco categorias: assistência humanitária; bolsas de estudo para estrangeiros; cooperação técnica, científica e tecnológica; contribuições a organizações internacionais e bancos regionais; e operações de paz. O segundo levantamento, referente ao ano de 2010, apresenta classificação um pouco mais detalhada: cooperação técnica, cooperação educacional; cooperação científica e tecnológica; cooperação humanitária; apoio e proteção a refugiados; operações de manutenção da paz; e gastos com organismos internacionais. As tabelas a seguir resumem o volume de recursos direcionados pelo governo brasileiro às iniciativas de cooperação internacional no período 2005-2009 e no ano de 2010, de acordo com os dois levantamentos realizados:

Figura 2: Cobradi 2005-2007 (em R\$ valores correntes)

| | 2005 | | 2006 | | 2007 | |
|--|----------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|-----------------------|
| | R\$ | % em relação ao total | R\$ | % em relação ao total | R\$ | % em relação ao total |
| Assistência humanitária | 1.185.826,34 | 0,31 | 5.524.359,06 | 0,91 | 31.804.809,29 | 5,59 |
| Bolsas de estudos para estrangeiros | 56.104.204,86 | 14,60 | 56.454.857,68 | 9,34 | 56.376.649,16 | 9,90 |
| Cooperação técnica | 27.755.710,55 | 7,22 | 32.801.148,70 | 5,43 | 35.599.271,59 | 6,25 |
| Contribuições para organizações internacionais | 299.145.649,02 | 77,86 | 509.533.963,63 | 84,32 | 445.421.638,10 | 78,25 |
| Total | 384.191.390,77 | 100 | 604.314.329,07 | 100,00 | 569.202.368,14 | 100,00 |

Fonte: IPEA; ABC, 2010

Figura 3: Cobradi 2008 e 2009 (em R\$ valores correntes)

| | 2008 | | 2009 | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | R\$ | % em relação ao total | R\$ | % em relação ao total |
| Assistência humanitária | 29.744.778,97 | 4,83 | 87.042.331,20 | 12,02 |
| Bolsas de estudos para estrangeiros | 70.666.566,99 | 11,46 | 44.473.906,96 | 6,14 |
| Cooperação técnica | 58.738.112,72 | 9,53 | 97.744.759,99 | 13,49 |
| Contribuições para organizações internacionais | 457.249.200,67 | 74,18 | 495.159.128,01 | 68,35 |
| Total | 616.398.659,35 | 100,00 | 724.420.126,16 | 100,00 |

Fonte: IPEA; ABC, 2010

Figura 4: Cobradi 2010

| Modalidade | Total (R\$) | Total (US\$) ¹ | Proporção (%) |
|--------------------------------------|----------------------|---------------------------|---------------|
| Cooperação técnica | 101.676.174 | 57.770.554 | 6,3 |
| Cooperação científica e tecnológica | 42.255.987 | 24.009.084 | 2,6 |
| Cooperação educacional | 62.557.615 | 35.544.099 | 3,8 |
| Cooperação humanitária | 284.186.759 | 161.469.749 | 17,5 |
| Apoio e proteção a refugiados | 1.039.225 | 590.469 | 0,1 |
| Operações de manutenção da paz | 585.063.470 | 332.422.426 | 36,0 |
| Gastos com organismos internacionais | 548.361.950 | 311.569.290 | 33,7 |
| Total (Cobradi) | 1.625.141.181 | 923.375.671 | 100,0 |

Fonte: IPEA; ABC, 2013

De acordo com o levantamento referente ao ano de 2010, as ações da Cobradi executadas pelo governo federal são mantidas com recursos do Tesouro Nacional, oriundos de fontes orçamentárias inscritas na Lei de Orçamento Anual para a consecução de responsabilidades assumidas internacionalmente. Tais ações são implementadas por meio da disponibilização de tempo e conhecimento de recursos humanos provenientes de diversos quadros técnicos brasileiros. Desse modo, os recursos direcionados pelo governo brasileiro à Cobradi envolvem gastos com servidores e colaboradores da administração pública federal (como passagens, diárias, salários e horas técnicas), além de bolsas de pesquisa e doações, bem como gastos decorrentes de compromissos e obrigações do governo federal brasileiro junto a organismos internacionais.

3.2.1. Cooperação técnica

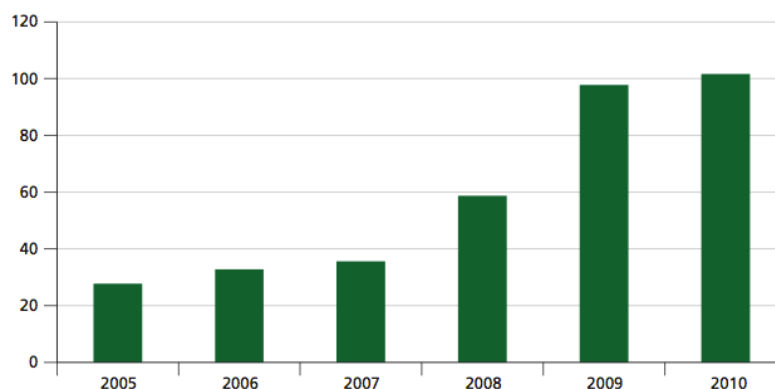
A modalidade de cooperação técnica realizada pelo governo brasileiro atua na capacitação de recursos humanos e no fortalecimento de organizações e instituições no exterior. De acordo com o posicionamento institucional do governo brasileiro, os projetos de cooperação técnica internacional direcionados a outros países em desenvolvimento se dão a partir de demandas recebidas pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE provenientes de governos estrangeiros ou organismos internacionais através de embaixadas e delegações do Brasil no exterior, de embaixadas e escritórios de organismos internacionais no Brasil, ou de visitas e missões oficiais estrangeiras ao Brasil.

Cabe à ABC/MRE coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em nível nacional, tanto a cooperação recebida pelo Brasil quanto a cooperação prestada a outros países em desenvolvimento. A cooperação técnica internacional brasileira é realizada por mais de 170 órgãos do governo federal, incluindo ministérios, autarquias, fundações e empresas públicas de atuação em áreas diversas, como agricultura, educação, saúde, meio ambiente, administração pública, dentre outras (IPEA; ABC, 2013).

Além das iniciativas de cooperação técnica bilateral, o governo brasileiro estabelece parcerias no modelo conhecido como “cooperação triangular” ou “cooperação trilateral”, o qual envolve, além do Brasil, um país desenvolvido ou organismo internacional em benefício de outro país em desenvolvimento. Entre outros países e Organizações Internacionais, existem arranjos dessa natureza com Japão, Alemanha, Estados Unidos, bem como com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O gráfico a seguir apresenta o montante de recursos do governo federal brasileiro direcionados à cooperação técnica internacional no período 2005-2010:

Figura 5: Gastos com cooperação técnica (2005-2010)



Fonte: IPEA; ABC, 2013

Entre as áreas de destaque da cooperação técnica internacional realizada pelo governo brasileiro, encontram-se agricultura, saúde, formação profissional e direitos humanos. A cooperação técnica brasileira na área de agricultura vem sendo realizada principalmente pela atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, cujo processo de internacionalização foi fortemente estimulado na década de 2000 (IPEA; ABC, 2010). A atuação da Embrapa acontece através de cooperação científica, cooperação técnica e negócios tecnológicos, com maior concentração na cooperação técnica voltada à capacitação para fortalecimento institucional e treinamento de recursos humanos. Nesse quadro, destacam-se o Programa de Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique – ProSAVANA, o apoio ao desenvolvimento do setor algodoeiro nos países do projeto Cotton-4 (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali); o apoio ao desenvolvimento da rizicultura do Senegal; e suporte técnico à plataforma de inovação agropecuária de Moçambique.

A cooperação técnica na área da saúde é realizada através de apoio à estruturação de serviços, de capacitações realizadas por agentes brasileiros no exterior ou de estrangeiros no Brasil, de doação de medicamentos e insumos de saúde, bem como através de formação de profissionais (IPEA; ABC, 2013). Nesse âmbito, destacam-se projetos de saúde pública relacionados a bancos de leite humano,

HIV/Aids, dengue, sangue e hemoderivados, vigilância ambiental e sistemas de informação em saúde.

Em relação à educação e formação profissional, a cooperação técnica brasileira envolve iniciativas voltadas principalmente a jovens e adultos, como o projeto Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas, realizado em Guiné-Bissau, as ações de combate ao analfabetismo e os centros de formação profissional desenvolvidos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial – Senai. Até o ano de 2010, foram instalados centros de formação profissional em Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

No campo dos direitos humanos, a atuação da cooperação técnica brasileira envolve ações voltadas à garantia do registro civil de nascimento e documentação básica; ao enfrentamento de violência contra crianças e adolescentes; aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT); aos direitos das pessoas com deficiência; bem como à educação e cinema em direitos humanos.

3.2.2. Cooperação científica e tecnológica

A cooperação científica e tecnológica brasileira é realizada através do aporte de recursos humanos, físicos, financeiros e tecnológicos para execução de programas ou projetos de pesquisa envolvendo atuação conjunta de instituições brasileiras e estrangeiras com interesses comuns. As principais áreas da cooperação científica e tecnológica brasileira incluem pesquisas em física, tecnologia de luz síncrotron, tecnologia da informação, tecnologia mineral, área espacial, energias alternativas, recursos hídricos, mudanças climáticas, astrofísica, astronomia e biotecnologia (IPEA; ABC, 2013).

No âmbito bilateral, o Brasil mantém acordos de cooperação científica e tecnológica em diversas regiões do mundo, com maior concentração nas Américas, principalmente com Argentina e Estados Unidos, e na Europa, especialmente com França e Portugal. Na América Latina e no Caribe, destacam-se Uruguai, Cuba, Colômbia, México, Venezuela e Chile (IPEA; ABC, 2013). No âmbito multilateral, merece destaque o direcionamento de recursos para o Mercosul, a Comunidade de

Países de Língua Portuguesa – CPLP, o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal), dentre outros (IPEA; ABC, 2013).

A instituição governamental brasileira com maior protagonismo na modalidade de cooperação científica e tecnológica é o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, responsável pela formulação das políticas nacionais nessa área. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Financiadora de Estudos e Pesquisas – Finep, ambos vinculados ao MCTI, bem como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, vinculada ao Ministério da Educação – MEC, são instituições de fomento centrais para atuação do governo brasileiro na área de cooperação científica e tecnológica (IPEA; ABC, 2013).

Entre o ano de 2007 e o de 2010, o CNPq priorizou alocação de recursos em parcerias estratégicas com países da América do Sul, através do Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia (Prosul), e com países da África, por meio do Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África (Proáfrica). Foram também estabelecidas parcerias com os países chamados emergentes, no âmbito do Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) e dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (IPEA; ABC, 2013).

Em relação à atuação da FINEP, merece destaque o programa Inovar América Latina, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; o programa de Ciência e Tecnologia da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), o qual envolve 19 países da América Latina, Espanha e Portugal; o acordo de cooperação tecnológica com o Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial da Espanha; os acordos de cooperação com a França, firmados com o Oséo, organismo estatal francês de financiamento para inovação e crescimento de pequenas e médias empresas, com a *Agence Nationale de la Recherche* – ANR (Agência Nacional de Pesquisa) e com o *Centre National de La Recherche Scientifique* – CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica) (IPEA; ABC, 2013).

A atuação da Capes no âmbito da cooperação científica e tecnológica internacional se dá principalmente por meio de acordos bilaterais que possibilitam a realização de projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros.

As iniciativas envolvem o fornecimento de bolsas de estudo individuais no exterior, programas de colégios doutorais e de Escola de Altos Estudos, projetos conjuntos de pesquisa, parcerias universitárias, financiamento de professores visitantes do exterior, dentre outros (IPEA; ABC, 2013).

Além dessas agências de fomento, o Brasil conta com outras instituições que desenvolvem atividades de cooperação científica e tecnológica internacional, como o Instituto Butantã; a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras.

Em relação à atuação do governo brasileiro no âmbito da cooperação científica e tecnológica, merece destaque, ainda, a participação do Brasil no G8 + 5⁶, por meio da Academia Brasileira de Ciências (ABC); no Fórum Internacional de Ciência e Tecnologia para a Sociedade (*STS Forum*); no Fórum Mundial de Ciências; no Fórum de CT&I da Unesco; na Conferência Novas Fronteiras na Diplomacia Científica e na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Além desses, merece destaque o programa *China-Brazil Earth Resources Satellite* – CBERS, cujo objetivo consiste na construção de satélites em parceria com a China. (IPEA; ABC, 2013).

3.2.3. Cooperação educacional

A cooperação educacional empreendida pelo Brasil, de maneira geral, consiste na formação de capital humano estrangeiro, por meio de concessão de bolsas de estudo e custeio de despesas associadas, com vistas ao fortalecimento de instituições estrangeiras. A maior parte dessa formação é oferecida em território brasileiro, em instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas. Existem, também, ações de cooperação educacional realizadas em território estrangeiro, porém em menor dimensão (IPEA; AB, 2013).

As instituições brasileiras que desempenham papel protagonista na cooperação educacional são a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e

⁶ O G-8 + 5 consiste no grupo formado pelos países do G-8 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Rússia e Reino Unido) e os países do G-5 (África do Sul, Brasil, China, Índia e México).

a Divisão de Temas Educacionais do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores – MRE (IPEA; ABC, 2013).

As ações de cooperação educacional brasileiras podem ser de caráter acadêmico, visando exclusivamente à formação acadêmica complementar de estrangeiros nos níveis de graduação e pós-graduação; ou de caráter técnico, direcionada à formação não acadêmica majoritariamente de quadros profissionais com atuação em instituições governamentais. (IPEA; ABC, 2013).

No que se refere à cooperação educacional de caráter acadêmico, destacam-se o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G; o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação – PEC-PG; o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – Promisaes; o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados – Marca; o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste; o programa estabelecido entre a Capes e o Ministério da Educação Superior de Cuba (MES); o Programa de Concessão de Bolsas de Pós-Graduação do CNPq e do Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique; o Programa de Cooperação Brasil-Argentina para pesquisas conjuntas; o Programa da Linguagem das Letras e dos Números (PLLN) para nacionais de Cabo-Verde; os Centros Associados de Pós-Graduação entre Brasil e Argentina; os Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-Graduação entre Brasil e Argentina; o Programa de Formação de Professores de Guiné-Bissau; o Programa Capes-Universidad de la República – Udelar (Uruguai) e o Programa Emergencial em Educação Superior para o Haiti (Pró-Haiti) (IPEA; ABC, 2013).

Em relação à cooperação educacional de caráter técnico, destacam-se os cursos de formação de sargentos, de oficiais intendentes e de oficiais aviadores para nacionais de Guiné-Bissau, Moçambique e Paraguai, oferecidos pelo Ministério da Defesa; as bolsas de estudo concedidas pelo Ipea para pesquisadores de Angola, Argentina, Bélgica, Burundi, Colômbia, Cuba, Estados Unidos, França, Inglaterra, Irlanda, Itália, México, Países Baixos, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Timor-Leste e Venezuela; as bolsas de estudo e passagens aéreas concedidas pelo Instituto Rio Branco (IRBR/MRE) a nacionais de Angola, Argentina, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Território Palestino para cursarem parte da formação diplomática no Brasil; bem como o curso de especialização à distância para

pesquisadores em álcool e outras drogas psicoativas, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), em parceria com a Universidade de São Paulo – USP, para nacionais de Angola, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela (IPEA, ABC, 2013).

3.2.4. Cooperação humanitária

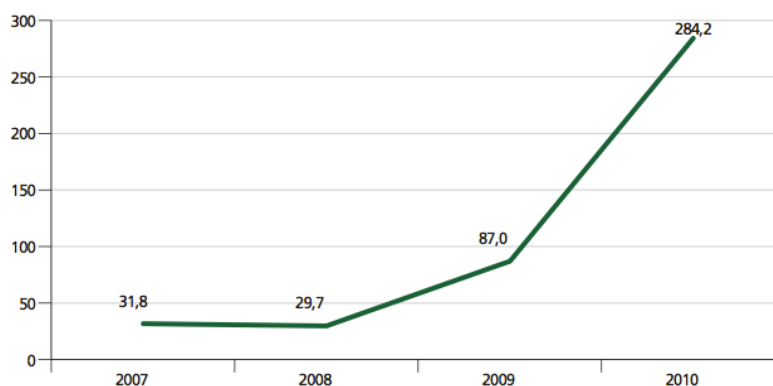
A cooperação humanitária brasileira é realizada por meio de ações do Governo Federal voltadas a países que se encontram em situação de calamidade, crise ou emergência e envolve o fornecimento de recursos financeiros, gêneros alimentícios, medicamentos, abrigos, equipes de resgate, dentre outros. De acordo com o posicionamento institucional do governo brasileiro, a cooperação humanitária realizada pelo Brasil envolve, além de ações de caráter emergencial, ações de caráter estruturante, com vistas a resultados de longo-prazo.

A coordenação entre os órgãos do Governo Federal responsáveis pela atuação brasileira é feita pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional – GTI-AHI, estabelecido no âmbito da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome – CGFOME, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores – MRE. O GTI-AHI foi criado em 21 de junho de 2006, por meio de Decreto Presidencial, sendo coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e composto por outros 14 órgãos governamentais: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Defesa; Ministério da Justiça; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Saúde; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria-Geral da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério das Comunicações e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Durante o período de 2008 a 2010, os recursos direcionados pelo governo brasileiro à cooperação humanitária internacional aumentaram substancialmente,

passando de R\$ 29,7 milhões para R\$ 284,2 milhões. O gráfico a seguir evidencia os recursos voltados pelo Brasil à cooperação humanitária entre 2007 e 2010:

Figura 6: Gastos com cooperação humanitária (2007-2010 – Em R\$ milhões)



Fonte: IPEA; ABC, 2013

De acordo com o gráfico, no ano de 2009 os recursos direcionados à cooperação humanitária tiveram um primeiro grande impulso, quase triplicando o volume de recursos em relação aos níveis de 2007 e 2008. Nesse ano, o Brasil realizou uma das primeiras grandes doações de gêneros alimentícios para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos – PMA e o governo da Espanha. Em 2010 houve aumento ainda mais expressivo, mais do que triplicando o montante referente ao ano de 2009, incluindo aproximadamente R\$ 130 milhões em créditos extraordinários voltados a ações de recuperação e reconstrução do Haiti, após o terremoto de janeiro de 2010 (IPEA; ABC, 2013).

Segundo relatório publicado pelo GTI-AHI, entre junho de 2006 e maio de 2009 o Brasil realizou mais de 100 ações de assistência humanitária internacional em diversas ocasiões, desde conflitos armados, como no Líbano em 2006, e catástrofes naturais, como em El Salvador e Bolívia em 2007, até situações de epidemias, como em Guiné-Bissau e Angola em 2008, bem como contribuições a organismos internacionais, como o Fundo Central de Respostas Emergenciais da ONU.

3.2.5. Apoio e proteção a refugiados

De acordo com a Lei nº 9.434, de 22 de julho de 1997, o Brasil reconhece como refugiado todo indivíduo que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar em outro país (BRASIL, 1997, Art. 1º).

A instituição pública brasileira com atuação mais relevante na área de refugiados é o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, órgão de deliberação coletiva vinculado ao Ministério da Justiça. Compete ao CONARE analisar pedidos de reconhecimento, decidir a cessação e determinar a perda da condição de refugiado (em primeira instância), bem como orientar e coordenar ações necessárias à proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados (BRASIL, 1997).

As ações de proteção e apoio do governo brasileiro aos refugiados são realizadas através de convênios firmados entre o governo federal e ONGs, como a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo – CASP, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro – CARJ e o Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH, em Brasília. Isso permite que essas organizações firmem acordos com instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC) para viabilizar aulas de português, capacitação profissional e serviços de informática aos refugiados (IPEA; ABC, 2013). Ademais, tanto os refugiados como os solicitantes de refúgio têm direito ao acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS e à Educação Pública.

Além do Governo Federal brasileiro, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR desempenha papel central na assistência a refugiados no Brasil, incluindo apoio jurídico e repasse de recursos através de convênios destinados à execução de programas de inserção realizados por ONGs. Nesse sentido, destaca-se

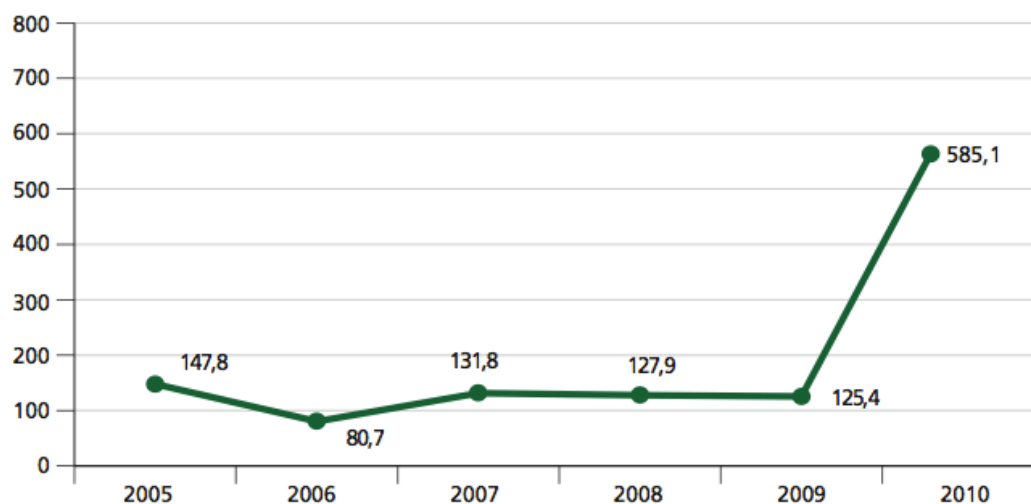
o programa de reassentamento de refugiados do governo brasileiro estabelecido em parceria com o ACNUR, o qual começou a receber grupos de refugiados em 2002. O Governo Federal brasileiro também efetua contribuições voluntárias ao ACNUR, sem condicioná-las aos refugiados instalados no país (IPEA; ABC, 2013).

3.2.6. Operações de manutenção da paz

O Brasil atua em missões de paz das Nações Unidas desde 1948. Segundo dados oficiais, entre 1948 e 2010 o país mobilizou mais de 32 mil militares e policiais, incluindo tropas, observadores militares e oficiais de Estado-Maior, em diversas operações, como na África (Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão, entre outros), na América Latina e Caribe (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), na Ásia (Camboja e Timor-Leste) e na Europa (Chipre e Croácia).

O governo brasileiro cedeu tropas em cinco dessas operações: Suez (Força de Emergência das Nações Unidas – UNEF I); Angola (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – Unavem III); Moçambique (Operação das Nações Unidas em Moçambique – ONUMOZ); Timor-Leste (Administração de Transição das Nações Unidas no Timor-Leste – UNTAET da Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste – UNMISSET); e Haiti (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti – MINUSTAH) (IPEA; ABC, 2013).

Em 2010, o governo brasileiro estabeleceu o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – CCOPAB, denominado Centro Sérgio Vieira de Mello, com a finalidade de preparar militares e civis para atuação em operações de paz e desminagem humanitária (IPEA; ABC, 2013). O gráfico a seguir evidencia os recursos do governo brasileiro direcionados a operações de paz no período de 2005 a 2010, mostrando o aumento substancial de R\$ 125,4 milhões, em 2009, para R\$ 585,1 milhões, em 2010, momento em que o Brasil foi convidado a deslocar um segundo batalhão de infantaria para o Haiti no âmbito da MINUSTAH, devido ao terremoto que assolou o país.

Figura 7: Gastos com operações de paz (2005-2010 – Em R\$ milhões)

Fonte: IPEA; ABC, 2013

A respeito da participação brasileira em operações de manutenção da paz, o envio de tropas brasileiras envolve considerações políticas, militares e legais. O processo é iniciado pela consulta, por parte do Secretariado da ONU, sobre a disponibilidade do Brasil para contribuir com tropas e equipamentos (IPEA; ABC, 2013). O processo de tomada de decisão de enviar as tropas começa pela aprovação do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores, sendo finalizado com o posicionamento da Presidência da República e do Congresso Nacional.

3.2.7. Gastos com organismos internacionais

Os gastos do governo brasileiro com organismos internacionais envolvem principalmente o pagamento de contribuições a organismos multilaterais e a integralização de cotas de organismos financeiros de desenvolvimento. O processo de adesão aos organismos internacionais e multilaterais é coordenado, de maneira geral, pelo Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o posicionamento da Presidência da República. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN, gerencia o processo de pagamento de contribuições para os organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte (IPEA; ABC, 2013).

O governo brasileiro efetua contribuições a diversos organismos multilaterais, dentre eles o Sistema ONU, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Iica), o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa), o Tribunal Penal Internacional (TPI), a Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) (IPEA; ABC, 2013).

Em relação aos organismos financeiros de desenvolvimento, o Brasil direciona recursos ao Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – Focem, a Associação Internacional de Desenvolvimento – AID do Grupo Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Banco Africano de Desenvolvimento – BAD, o Banco de Desenvolvimento do Caribe – BDC, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, Corporação Andina de Fomento – CAF, dentre outros (IPEA; ABC, 2013).

O segundo levantamento sobre a Cobradi, referente ao ano de 2010, apresenta modificação na apresentação dos dados sobre o volume de recursos destinados a organismos internacionais. O primeiro levantamento (2005-2010) considera duas categorias: Organizações Internacionais e Bancos Regionais. Dentro da categoria Bancos Regionais, o primeiro levantamento apresenta os recursos direcionados especificamente para o Fundo de Operações Especiais do BID e para o Fundo Africano de Desenvolvimento do BAD. Já o segundo levantamento apresenta três categorias: contribuições regulares para Organizações Internacionais, integralização de cotas de fundos de desenvolvimento e outros gastos. As tabelas a seguir apresentam tais recursos:

**Figura 8: Contribuições para organizações internacionais e bancos regionais
(2005-2007 – em R\$ valores correntes)**

| | 2005 R\$ | 2006 R\$ | 2007 R\$ |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Organizações Internacionais | 134.487.406,02 | 326.450.175,63 | 276.536.725,10 |
| Bancos Regionais | 164.658.243,00 | 183.083.788,00 | 168.884.913,00 |
| Fundo de Operações Especiais (Banco Interamericano de Desenvolvimento) | 113.733.191,00 | 81.156.600,00 | 72.769.127,00 |
| Fundo Africano de Desenvolvimento | 1.036.889 | 6.062.988 | 5.451.986 |
| Total | 299.145.649,02 | 509.533.963,63 | 445.421.638,10 |

Fonte: IPEA; ABC, 2010

**Figura 9: Contribuições para organizações internacionais e bancos regionais
(2007-2009 e total do período 2005-2009 – em R\$ valores correntes)**

| | 2008 R\$ | 2009 R\$ | Total | % |
|---|-----------------------|-----------------------|-------------------------|---------------|
| Organizações Internacionais | 285.878.530,67 | 361.439.736,01 | 1.384.792.573,43 | 62,76 |
| Bancos Regionais | 171.370.670,00 | 133.719.392,00 | 821.717.006,00 | 37,24 |
| Fundo de Operações Especiais (Banco Interamericano de Desenvolvimento) | 85.824.884,00 | 59.392.156,00 | 412.875.958,00 | 18,71 |
| Fundo Africano de Desenvolvimento | 4.261.286 | 3.601.136,00 | 20.414.285,00 | 0,93 |
| Total | 457.249.200,67 | 495.159.128,01 | 2.206.509.579,43 | 100,00 |

Fonte: IPEA; ABC, 2010

Figura 10: Contribuições para organismos internacionais (2010)

| Discriminação | Total (R\$) | Total (US\$) ¹ | Proporção (%) |
|--|--------------------|---------------------------|---------------|
| (i) Contribuições regulares para organizações internacionais | 236.224.475 | 134.218.452 | 43,1 |
| (ii) Integralização de cotas de fundos de desenvolvimento | 306.777.475 | 174.305.383 | 55,9 |
| (iii) Outros gastos | 5.360.000 | 3.045.455 | 1,0 |
| Total (Cobradi) | 548.361.950 | 311.569.290 | 100 |

Fonte: IPEA; ABC, 2013

De acordo com as tabelas, o ano de 2006 apresentou aumento substancial dos recursos direcionados a organismos internacionais em relação a 2005, passando de R\$ 299.145.649,02 para 509.533.963,63 e mantendo esse nível com variação pouco relevante até 2009. Segundo o primeiro levantamento, o aumento expressivo dos recursos destinados a organismos internacionais no período 2005-2009 é resultado de novas adesões a Organizações Internacionais feitas pelo Brasil e da crescente relevância do país junto à OMS, à Opas e à ONU. Tendo em vista a proporção mínima da categoria “outros gastos” (1,0%) na tabela referente ao ano de 2010, parece possível afirmar que o volume total de recursos destinados a organismos internacionais manteve-se no mesmo patamar no ano de 2010.

3.3. Princípios orientadores da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

A ampliação da atuação brasileira no campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID, no período 2003-2010, deu-se acompanhado de uma construção discursiva do governo, no que consiste o foco deste trabalho, a qual aponta princípios valorativos que fundamentam as ações brasileiras. Tais elementos são resgatados e reafirmados em diversos espaços institucionais, sejam em documentos, publicações ou pronunciamentos oficiais, incluindo os relatórios oficiais de levantamentos sobre a Cobradi. Assim, esses elementos conceituais podem ser

identificados nos posicionamentos institucionais de diversos órgãos governamentais, bem como nos pronunciamentos oficiais de autoridades brasileiras, notadamente do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu Chanceler Celso Amorim.

Conforme mencionado anteriormente, o posicionamento oficial brasileiro sobre a Cobradi defende princípios de solidariedade, horizontalidade, ausência de condicionalidades, respeito à soberania e atuação conforme demanda dos países parceiros. Do ponto de vista da política exterior, é possível afirmar que tais princípios fazem parte de um arcabouço conceitual tradicional na política do país, os quais foram sendo agregados ao longo do tempo. Nas palavras do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em prefácio à publicação *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009*,

Seja por meio de ações pontuais, como a doação de alimentos e remédios para vítimas de catástrofes naturais, seja pelos projetos de cooperação técnica, seja pela concessão de bolsas de estudo a alunos estrangeiros, seja pela contribuição a organizações internacionais, o princípio da não indiferença inspira e impulsiona a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional. Equilibrando o respeito à soberania e a defesa da autodeterminação, características tradicionais da diplomacia brasileira, o Brasil vem desenvolvendo uma maneira bastante própria de cooperar com os países em desenvolvimento (LULA DA SILVA, 2010).

Em sua evolução histórica, a política exterior brasileira tem agregado princípios e valores à diplomacia, tornando-os elementos recorrentes em sua conduta (CERVO, 2008). Segundo o autor, esses padrões de conduta não surgem aleatoriamente. Ao contrário, vão adquirindo gradualmente caráter duradouro e às vezes permanente. Esses princípios dão previsibilidade à ação externa, moldando a atuação exterior dos governos e permanecendo até mesmo em mudanças de regime político, indicando traços de continuidade da política exterior brasileira.

De acordo com Cervo (2008), a reflexão sobre a evolução das relações internacionais do Brasil permite identificar a origem, a essência e a duração dos padrões de conduta que conformam o chamado acumulado histórico da diplomacia brasileira. Entre os princípios que fazem parte desse arcabouço conceitual na atualidade, encontram-se: autodeterminação, não-intervenção, solução pacífica de controvérsias, juridicismo, multilateralismo normativo, ação cooperativa e não-

confrontacionista, parcerias estratégicas, realismo e pragmatismo, cordialidade oficial no trato com os vizinhos, desenvolvimento como vetor e independência de inserção internacional. É possível afirmar que os princípios orientadores da Cobradi estão inseridos nos princípios mais amplos da política exterior brasileira.

During the 1970s and 1980s, there was a global shift towards an emerging consensus around a more ‘egalitarian philosophy’ in technical cooperation (Cervo 1994). Emerging ideals of horizontality and non-conditionality have influenced the guiding principles of Brazilian technical cooperation, also resonating with the country’s perceptions on its previous experiences as an aid recipient. These ideals were also closely aligned with Brazil’s foreign policy principles, mainly non-intervention, autonomy, pacifism, and universalism, all of which were firmly grounded in the country’s Southern identity. Such foreign policy principles are considered to guide and promote consistency in Brazilian external action (LEITE et al., 2014, pg. 17).

De acordo com Leite et al (2014), os princípios de horizontalidade e ausência de condicionalidades influenciaram os princípios orientadores da cooperação técnica brasileira e estão alinhados aos princípios da política exterior do país, os quais estão fundamentados na identidade brasileira como país do Sul e buscam promover consistência nas ações externas do país. Os traços de continuidade da política exterior do Brasil são, ainda, reforçados pela própria Constituição Federal de 1988, cujo Artigo 4º dispõe sobre as relações internacionais do país:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não-intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica de conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL. Constituição, 1988).

No âmbito das Nações Unidas, os pronunciamentos do Brasil na Assembleia Geral da ONU durante o período 2003-2010 dão ênfase à necessidade de cooperação

internacional baseada na solidariedade entre países a fim de promover o desenvolvimento com justiça social. Tais pronunciamentos refletem e reafirmam o engajamento do Brasil na articulação entre países para o combate à fome e à desigualdade, para a promoção da dignidade humana, para o progresso econômico e social por meio do desenvolvimento sustentável. O Brasil defende que a paz mundial está condicionada à erradicação da fome e da miséria e por isso é necessário estabelecer uma parceria global de caráter humanista:

Para Josué de Castro, brasileiro e cidadão do mundo, “a fome é expressão biológica de males sociológicos”. Ela é um flagelo fabricado pelos homens, contra os homens. Essas ideias guardam atualidade. Fiz do combate à fome prioridade de meu governo. É luta que expressa desafio maior: promover o desenvolvimento com justiça social e democracia política. Em 2004 organizei, junto com meus colegas da França, Chile e Espanha, reunião de alto nível para promover Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza. Sessenta Chefes de Estado e de Governo e mais de 100 delegações responderam positivamente. Hoje damos continuidade a um debate iniciado na Cúpula do Milênio. Estamos trabalhando para que as Metas do Milênio sejam alcançadas. O relatório Sachs mostra que esses objetivos são possíveis. O debate sobre fontes inovadoras de financiamento do desenvolvimento deixou de ser tabu. A ONU trouxe o tema para o centro de sua agenda. O BIRD, o FMI e o G8 sensibilizaram-se para a questão. Este debate e os eventos paralelos relacionados às Metas do Milênio refletem a força da mobilização. Para cumprir aqueles objetivos a comunidade internacional necessita engajar-se. Ir mais rápido. Passar da palavra à ação. Aprofundar parcerias entre governos, empresários e sociedade civil (LULA DA SILVA, 2005).⁷

Além da ênfase nas questões sociais, principalmente nas relacionadas ao combate à fome e à pobreza extrema, os pronunciamentos oficiais do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas durante o período 2003-2010 destacam a relevância das questões ambientais na agenda do desenvolvimento:

O Brasil está cumprindo a sua parte. Vamos chegar a Copenhague com alternativas e compromissos precisos. Aprovamos um Plano de Mudanças Climáticas que prevê a redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020. Diminuiremos em 4,8 bilhões de toneladas a emissão de CO₂, o que representa mais do que a soma dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos.

⁷ Discurso do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas (Metas do Milênio). Nova York, 14 de setembro de 2005.

Em 2009, já podemos apresentar o menor desmatamento dos últimos 20 anos. A matriz energética brasileira é das mais limpas do planeta: Quarenta e cinco por cento da energia consumida no país é renovável. No resto do mundo apenas 12% é renovável, enquanto que nos países da OCDE essa proporção não supera 5%. Oitenta por cento de nossa eletricidade provém igualmente de fontes renováveis. Vinte e cinco por cento de etanol está misturado à gasolina que consomem nossos veículos. Mais de 80% dos carros produzidos no país têm motor flex, o que permite a utilização indiscriminada de gasolina ou álcool. O etanol brasileiro e os demais biocombustíveis são produzidos em condições cada vez mais adequadas, sobretudo a partir do zoneamento agroecológico que acabamos de implantar, mandando para o Congresso Nacional. Proibimos a cana-de-açúcar e as usinas de álcool em áreas de vegetação nativa. A decisão vale para toda Amazônia e nossos principais biomas. O plantio da cana-de-açúcar não ocupa mais do que 2% de nossas terras agricultáveis. Distinto de outros biocombustíveis, ele não afeta nossa segurança alimentar nem compromete o equilíbrio ambiental. Empresários, trabalhadores e governo firmaram um importante compromisso para assegurar o trabalho decente nos canaviais brasileiros. Todas essas preocupações fazem parte da política energética de um país autossuficiente em petróleo e que acaba de descobrir grandes reservas que nos colocarão na vanguarda da produção de combustíveis fósseis. Mas o Brasil não renunciará à agenda ambiental para ser apenas um gigante do petróleo. Queremos consolidar nossa condição de potência mundial da energia verde (LULA DA SILVA, 2009).⁸

O conteúdo desses pronunciamentos parece refletir e reforçar o alargamento do conceito de desenvolvimento, resultado de processo já em andamento, mas que ganhou renovado impulso a partir da década de 1990, principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conforme argumentado no capítulo I, incorporando as questões ambientais e sociais no centro das discussões sobre desenvolvimento e como prioridade na agenda internacional através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Tais pronunciamentos refletem e reforçam a necessidade de engajamento da comunidade internacional na luta pela erradicação da fome e da pobreza extrema, pela qualidade de vida das populações mundiais, bem como pela utilização apropriada dos recursos naturais.

As mensagens proferidas por representantes brasileiros refletem e reiteram a importância das instituições multilaterais na busca pelo desenvolvimento dos

⁸ Discurso do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Debate Geral da 64ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2009.

chamados países do Sul. No entanto, ao mesmo tempo, tais posicionamentos retomam o argumento de que o atual sistema multilateral necessita de reformas imprescindíveis para a efetiva atuação das organizações internacionais, principalmente no que se refere à representatividade dos países. Exemplo emblemático consiste na posição defendida pelo Brasil sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de que o sistema seja mais democrático e legítimo.

Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação. Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento. Igualmente necessária é a reestruturação do processo decisório dos organismos financeiros internacionais. Senhor Presidente, As Nações Unidas são o melhor instrumento para enfrentar os desafios do mundo de hoje. É no exercício da diplomacia multilateral que encontramos os meios de promover a paz e o desenvolvimento. A participação do Brasil, em conjunto com outros países da América Latina e do Caribe, na Missão de Estabilização no Haiti simboliza nosso empenho de fortalecer o multilateralismo. No Haiti, estamos mostrando que a paz e a estabilidade se constróem com a democracia e o desenvolvimento social. (LULA DA SILVA, 2007)⁹

O posicionamento do governo brasileiro sobre a Cobradi no período 2003-2010 coloca o Brasil de forma crítica ao padrão hegemônico da chamada Cooperação Norte/Sul, baseado em relações de poder assimétricas e verticalizadas, característico dos países “doadores” tradicionais, os quais fazem parte do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE). Desde os anos 1960, o CAD/OCDE vem se consolidando como lugar privilegiado de articulação política para direcionar os rumos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, sendo que seus principais fóruns de concertação política nesse tema atualmente, conforme mencionado, são os Fóruns de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda.

Em relação à atuação do governo brasileiro nos fóruns da OCDE, é preciso levar em consideração que o Brasil não é membro da Organização. A OCDE é

⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62a Assembleia-Geral das Nações Unidas. Nova York, 25 de setembro de 2007.

originária da Organização Europeia para a Cooperação Econômica – OECE, sendo restrita aos seus membros e a países convidados. As atividades realizadas em seus Fóruns de Alto Nível têm caráter de recomendações (CAMPOS et al., 2011). A respeito dos Fóruns de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, Campos et al. afirmam que os posicionamentos oficiais da delegação brasileira apresentam, por um lado, um alinhamento aos seus princípios. Por outro lado, colocam uma crítica explícita à desigualdade de papéis entre os países considerados doadores e os considerados recipiendários. O Brasil rejeita o seu papel como *new-donor*¹⁰, afirmando que nem todos os países desejam reproduzir a forma de atuação e de conduta dos países membros do CAD/OCDE.

In this context, the standards applied by donor countries and IFIs¹¹ do not have to be automatically observed or adopted in South-South cooperation. The South-South cooperation providers should not be automatically classified as "new-donors", in the sense that not all of them wish to reproduce the rationale and conduct of DAC-OECD donors. We believe that there is no single way to achieve more effectiveness in development cooperation (BRASIL, 2008).¹²

Além disso, o posicionamento brasileiro defende a inserção do tema da chamada Cooperação Sul-Sul na agenda da OCDE, sem deixar de reconhecer a necessidade de aprimoramento de suas gestões.

As a closing remark, I would like to say that, taking into account that the official documents prepared for this Forum continue to consider North-South cooperation, including through the IFIs, as a kind of "international standard of quality"; in view of the fact that South-South cooperation has been presented as less than a complementary modality to the North-South cooperation; and also considering that there is no single source of best practices in development cooperation, my delegation believes that the Accra's Agenda for Action does not reflect in full the present day configuration of development cooperation's actors, modalities and distinctions. We expect that the AAA may be adjusted appropriately, in order for a broad consensus to be achieved on it (BRASIL, 2008).¹³

¹⁰ Termo utilizado pelos países do CAD/OCDE para se referirem aos atores emergentes no campo da cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

¹¹ A sigla IFIs é referente a *International Financial Institutions*.

¹² Pronunciamento da Delegação Brasileira no III Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, Accra, 2008.

¹³ Idem.

A respeito dos posicionamentos institucionais dos principais órgãos governamentais envolvidos na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi, é possível afirmar que as informações disponibilizadas em documentos, publicações e nos portais de acesso público afirmam estar alinhadas às diretrizes da política exterior brasileira para a cooperação internacional e também retomam os mesmos princípios de solidariedade, horizontalidade, não indiferença, ausência de condicionalidades, respeito à soberania, defesa da autodeterminação e atuação conforme demanda dos países parceiros. A seguir encontram-se exemplos de posicionamentos institucionais de órgãos governamentais de destaque envolvidos na Cobradi provenientes de fontes diversas.

Definição conceitual da cooperação técnica empreendida pelo Brasil de acordo com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE:

O Brasil entende a cooperação técnica internacional como uma opção estratégica de parceria, que representa um instrumento capaz de produzir impactos positivos sobre populações, alterar e elevar níveis de vida, modificar realidades, promover o crescimento sustentável e contribuir para o desenvolvimento social. (...) A política externa brasileira prioriza a importância da cooperação Sul-Sul no contexto das relações internacionais tendo em vista sua capacidade de estreitar laços, na esperança de que seja um dos caminhos mais seguros para lograr o desenvolvimento sustentável, a elevação do nível e da qualidade de vida das populações com mais justiça social. (...) A estratégia maior da cooperação técnica prestada pelo Brasil, que não é assistencialista, não tem fins lucrativos nem pretensões comerciais está centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção de conhecimentos sejam efetivas (ABC, 2014)¹⁴.

Informações institucionais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa sobre sua atuação no âmbito da cooperação técnica brasileira:

Um dos braços da política externa brasileira, a cooperação sul-sul vem adquirindo crescente importância para o fortalecimento e a intensificação da relação com os países em desenvolvimento. O Brasil vem ampliando significativamente o número de ações de cooperação, que contribuam para a melhoria das condições socioeconômicas, para o aprimoramento das instituições públicas e

¹⁴ Disponível em: <http://www.abc.gov.br/SobreABC/Direcao/CGPD>. Último acesso: agosto/2014.

para a segurança alimentar de países com baixo IDH, localizados principalmente na África, na América Latina e no Caribe. A Embrapa tem um papel central nesse processo, atendendo às demandas de cooperação coordenadas e negociadas pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A evolução dos trabalhos e a crescente demanda dos governos de países africanos evidenciaram a necessidade da cooperação técnica desenvolvida pela Embrapa ser realizada prioritariamente em parceria e sob a coordenação da ABC (EMBRAPA, 2014)¹⁵.

Apresentação do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris), da Fiocruz, sobre a cooperação internacional brasileira em saúde:

O Brasil, através de sua política de saúde, na qual a Fiocruz ocupa um papel de relevância, interage, no âmbito científico e tecnológico em saúde, em parceria com outros países e suas respectivas instituições, captando e transmitindo experiências e boas práticas tecnológicas, científicas e sociais em áreas consideradas estrategicamente prioritárias. O Cris, em nome da Fiocruz, alinha-se e está em estreita e permanente colaboração com o Ministério da Saúde, principalmente através da Aisa (Assessoria Internacional de Saúde), e com o Ministério da Relações Exteriores por intermédio da ABC (Agência Brasileira de Cooperação), prioritariamente com as secretarias de Ciência e Tecnologia e de Educação e Treinamento.

Informações institucionais do SENAI sobre suas ações na esfera da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional:

Ao lado de ações como a oferta de cursos, treinamentos e estágios para participantes oriundos de países em desenvolvimento, a organização também presta serviços e assessoria técnica a instituições congêneres em planejamento, estruturação e implementação de Centros de Formação Profissional, formação de docentes, gestores e técnicos de instituições e empresas. A presença do SENAI constitui importante elemento de apoio à política externa do governo brasileiro. Atualmente, a organização realiza expressivo trabalho na implementação de projetos de cooperação técnica em países africanos e asiáticos de língua portuguesa – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste – e da América Latina - Paraguai, Colômbia - para a reestruturação de sistemas de Educação

¹⁵ Disponível em: https://www.embrapa.br/conteudo-web/-/asset_publisher/CNDFyENOjpU8/content/atuacao-internacional-cooperacao-tecnica/1035106?p_p_auth=0kmIXtp&_101_INSTANCE_CNDFyENOjpU8_redirect=%2Fbusca-geral%2F-%2Fbusca%2Fcooperacao%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520internacional. Último acesso: agosto/2014.

Profissional e de Centros de Formação Profissional (SENAI, 2014)¹⁶.

Informações institucionais do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional – GTI-AHI), no âmbito da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome – CGFOME, a respeito da cooperação humanitária brasileira:

A gestão presidencial 2003-2010 conferiu prioridade aos direitos humanos e ao direito humanitário. A solidariedade brasileira a países atingidos por calamidades socionaturais, mediante prestação de assistência humanitária internacional. Para tal fim, estruturou-se uma dinâmica multidisciplinar e participativa de coordenação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil. O resultado foi o fortalecimento da participação nacional no âmbito da assistência humanitária internacional, facilitada pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), criado por Decreto Presidencial de 21/6/2006 e coordenado pelo Itamaraty (CGFOME, 2010)¹⁷.

O Governo brasileiro, por questões de princípios e de respeito à soberania dos Estados e em consonância com a Resolução 46/182 da Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), presta assistência humanitária mediante solicitação do país beneficiário que, em geral, é convidado a apresentar uma lista de prioridades às Embaixadas brasileiras. O Brasil tenta atender aos pedidos, de acordo com suas possibilidades, na ordem exata de prioridade indicada pelo Governo solicitante de assistência humanitária (CGFOME, 2010)¹⁸.

Desse modo, parece possível fazer referência ao discurso do governo brasileiro considerando os posicionamentos institucionais dos principais órgãos governamentais envolvidos na Cobradi disponíveis tanto em documentos, publicações, páginas de instituições governamentais na *internet*, assim como em pronunciamentos oficiais do Presidente da República, do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou de delegações brasileiras no período considerado.

¹⁶ Disponível em http://www.senai.br/portal/br/institucional/snai_coo.aspx. Último acesso: agosto/2014.

¹⁷ Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.10-assistencia-humanitaria/>. Último acesso: agosto/2014.

¹⁸ Relatório de Assistência Humanitária do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (2006-2009). Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/9.0.10-anexo-i-assistencia-humanitaria>. Último acesso: agosto/2014.

Conforme apresentado, o discurso do governo brasileiro sobre a Cobradi reflete e reitera determinados princípios de certa forma alinhados ao chamado acumulado histórico da política exterior do Brasil, como solidariedade, horizontalidade, respeito à soberania, não-indiferença, entre outros. Isso não significa afirmar que exista, de fato, uma política brasileira de cooperação para o desenvolvimento internacional unificada, bem-definida e coerente sob responsabilidade única do Ministério das relações Exteriores – MRE. Ainda assim, parece possível afirmar que, apesar de haver uma multiplicidade de instituições envolvidas na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional, o MRE e a Presidência da República desempenharam papel protagonista no direcionamento político da Cobradi, refletido e reiterado no discurso oficial do país, durante o período 2003-2010.

4. ANÁLISE DO DISCURSO BRASILEIRO

Conforme argumentado no capítulo anterior, a ampliação das ações e dos recursos destinados pelo governo brasileiro à chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi, especialmente durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), deu-se acompanhada de uma construção discursiva do governo brasileiro, presente em diversos espaços institucionais como documentos, publicações e pronunciamentos oficiais, a qual aponta princípios orientadores da atuação brasileira, como solidariedade, horizontalidade, ausência de condicionalidades, respeito à soberania, bem como atuação conforme demanda dos países parceiros.

Com base no referencial teórico-metodológico da ADC, este trabalho compreende o discurso oficial brasileiro sobre a Cobradi como dimensão da prática social da cooperação internacional e como instrumento de poder. Conforme argumentado, ao compreender o discurso como dimensão da prática social e como instrumento de poder, a dimensão discursiva da Cobradi ganha nova perspectiva analítica, pois torna-se componente significativo das práticas da cooperação brasileira. Isso posto, este trabalho tem como foco o momento discursivo que integra a prática social da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional, explorando modos de operação da ideologia nos pronunciamentos oficiais brasileiros a fim de questionar possíveis disputas de poder travadas pelo Brasil no e pelo discurso.

Tendo em vista o aumento substancial das ações de cooperação internacional empreendidas pelo Brasil, bem como o renovado interesse do governo brasileiro no estreitamento das relações com países africanos no período 2003-2010, foram selecionados para análise textos de pronunciamentos oficiais do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizados por ocasião de visitas a países africanos ou em encontros com autoridades africanas no Brasil, apresentados no item sobre procedimentos metodológicos no primeiro capítulo.

Este capítulo realiza a análise dos textos selecionados com foco em seu significado representacional, questionando quais discursos sobre cooperação internacional e sobre desenvolvimento são articulados nos pronunciamentos

brasileiros; como os pronunciamentos brasileiros ocultam, negam ou obscurecem discursivamente relações de dominação; como representam discursivamente relações de dominação como sendo justas e dignas de apoio; e como constroem simbolicamente uma forma de unidade coletiva, independentemente das divisões que possam separar os diferentes atores envolvidos. Para isso, são utilizadas as seguintes categorias analíticas: interdiscursividade, dissimulação, legitimação e unificação.

4.1. Interdiscursividade

De acordo com a ADC, a interdiscursividade volta sua atenção aos discursos articulados (ou não) nos textos, bem como às maneiras como são articulados e mesclados com outros discursos (RAMALHO; RESENDE, 2011). Apesar de envolver hibridizações não somente de discursos, mas de gêneros e estilos, a análise da interdiscursividade frequentemente investiga discursos articulados em textos e suas conexões com lutas hegemônicas mais amplas (RAMALHO; RESENDE, 2011). A interdiscursividade é, em princípio, uma categoria representacional, ligada a maneiras particulares de representar aspectos do mundo. Assim, discursos particulares associam-se a campos sociais, interesses e projetos particulares, por isso é possível relacionar discursos particulares a determinadas práticas (RAMALHO; RESENDE, 2011). É possível identificar diferentes discursos observando as diferentes maneiras de “lexicalizar” aspectos do mundo (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Ao analisar o corpus dos textos referente aos pronunciamentos oficiais brasileiros, parece possível afirmar que o discurso da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi articula o discurso da chamada Cooperação Sul-Sul, o discurso do desenvolvimento com justiça social e o discurso do desenvolvimento sustentável.

Conforme argumentado, é possível afirmar que o início do século XXI testemunhou uma reestruturação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, caracterizada pelo fortalecimento de novos temas e novos arranjos no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento. Nesse quadro, parece possível considerar a expansão da chamada Cooperação Sul-Sul como

movimento contra-hegemônico em relação ao padrão tradicional da chamada Cooperação Norte-Sul. Conforme apresentado, o discurso da Cooperação Sul-Sul defende o estabelecimento de relações horizontais entre os países, em oposição às relações verticalizadas da Cooperação Norte-Sul.

Isso pode ser percebido pela “lexicalização” dos dois discursos. O discurso da Cooperação Norte-Sul tradicionalmente refere-se a termos como “assistência” e “ajuda”, os quais refletem e reforçam um sentido de assimetria, ao passo que o discurso da Cooperação Sul-Sul abarca termos como “parceria”, “associação”, “laços”, os quais refletem e constituem um sentido mais igualitário. Os trechos a seguir, com termos destacados, indicam momentos em que os pronunciamentos brasileiros resgatam o discurso da Cooperação Sul-Sul em defesa da horizontalidade nas relações entre países:

Senhor Presidente,

Estou seguro de que nossos trabalhos, no dia de hoje, contribuirão para a construção de um relacionamento ainda mais consistente e produtivo, baseado nos tradicionais *laços* que unem Angola e Brasil (LULA DA SILVA, 2003).

Obrigada por seu trabalho, por seu entusiasmo e por sua contribuição para levar adiante esta já antiga e sólida *amizade* entre os dois países *irmãos* (LULA DA SILVA, 2003).

Senhor Presidente,

Associados de longa data, Angola e Brasil preparam-se para consolidar e aprofundar sua *cooperação* (LULA DA SILVA, 2003).

Presidente Omar Bongo,

São muitos os campos em que podemos estabelecer *parcerias*, *no melhor espírito da cooperação Sul-Sul*. A experiência brasileira em mineração, construção de estradas em meio tropical e geração de energia elétrica pode ser útil para o Gabão. Vejo com agrado a presença da Companhia Vale do Rio Doce na exploração de manganês em seu país. Estou seguro de que essa empresa tem condições de levar a cabo a tarefa que lhe foi confiada (LULA DA SILVA, 2004)

Meu caro *amigo* Presidente, [...]

Agradeço a Vossa Excelência a calorosa acolhida com que fui recebido em minha chegada a Libreville.

Desejo saudar esta nova etapa da *amizade* brasileiro-gabonesa. Convido os presentes a brindarem - em meu nome e no nome do

povo brasileiro - à felicidade pessoal de Vossa Excelência e à prosperidade do povo gabonês (LULA DA SILVA, 2004).

Agradeço ao *querido amigo* Bouteflika as tantas mostras de atenção e carinho dispensadas na minha chegada a Argel. Sua saudação, em particular, expressa a *amizade* que nos une. Simboliza os profundos *laços* que aproximam argelinos e brasileiros (LULA DA SILVA, 2006).

A *parceria* entre Argélia e Brasil tem sólidas fundações. Nosso comércio bilateral alcançou, em 2005, três bilhões e duzentos milhões de dólares. Argélia é nosso primeiro *parceiro* árabe, o segundo africano e o sétimo entre os países em desenvolvimento. É também nosso primeiro fornecedor de petróleo e nafta. O Brasil é o sexto cliente da Argélia e, no comércio global, seu primeiro *parceiro* dentre os países em desenvolvimento. Esse relacionamento pode aprimorar-se e expandir-se, conforme ficou patente durante a recente missão chefiada por meus Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e de Minas e Energia (LULA DA SILVA, 2006).

No campo da *cooperação*, estamos elaborando uma pauta fortemente inspirada no desejo de promover o desenvolvimento social e voltada para a construção de sólida *parceria* em temas como agricultura, saúde, educação e energia. Privilegiamos a capacitação de profissionais, de modo a contribuir para que os africanos construam seu próprio futuro e escolham suas próprias opções de desenvolvimento (LULA DA SILVA, 2007).

Sabemos da prioridade que o programa Agenda para Mudanças, do seu governo, confere ao combate ao HIV-Aids e à Malária. O apoio que o Brasil oferece para capacitar e treinar profissionais de saúde é exemplo prático da Cooperação Sul-Sul em ação (LULA DA SILVA, 2009).

Os termos usados nos pronunciamentos analisados do então Presidente Lula da Silva sugerem grande aproximação entre o Brasil e os países africanos. Os termos “laços”, “parcerias”, “cooperação”, “amizade”, “irmãos” e “aliança” sugerem o estabelecimento de relações horizontais e igualitárias entre o Brasil e os países africanos, em conformidade com o discurso da Cooperação Sul-Sul. Desse modo, este trabalho considera que o discurso brasileiro sobre a Cobradi reafirma o discurso da Cooperação Sul-Sul como discurso contra-ideológico, uma vez inserido em um movimento contra-hegemônico.

Em relação ao discurso do desenvolvimento, conforme mencionado, a evolução do pensamento sobre desenvolvimento deu origem a discursos diversos e

por vezes concorrentes. Conforme argumentado, o conceito de desenvolvimento passou por processos de transformação ao longo do tempo. Inicialmente mais restrito à esfera econômica, principalmente ao crescimento da economia, o conceito esteve inserido em paradigmas divergentes, como o modelo liberal de defesa do livre-mercado e o modelo intervencionista keynesiano. Posteriormente, questões sobre redistribuição de renda e preocupações sociais foram sendo agregadas ao pensamento dominante sobre desenvolvimento, culminando no alargamento do conceito, o qual passou a colocar as questões ambientais, juntamente com as sociais e econômicas, como prioridade na agenda internacional, principalmente a partir dos anos 2000, com o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O discurso brasileiro sobre a Cobradi resgata o discurso do desenvolvimento com justiça social, relacionado à abordagem das necessidades básicas, cujas origens remontam à década de 1970. A abordagem das necessidades básicas coloca como prioridade central do desenvolvimento a promoção de um padrão mínimo de recursos a todas as pessoas, incluindo serviços públicos de saúde, educação, transporte, acesso à água, bem como alimentação e moradia adequadas (HOADLEY, 1981).

Tal perspectiva, voltada para a satisfação das necessidades humanas essenciais, defende que é necessário não apenas aumentar o volume de recursos, mas também garantir que eles alcancem as populações consideradas mais pobres. Os trechos a seguir indicam momentos em que os pronunciamentos brasileiros retomam o discurso do desenvolvimento com redistribuição e justiça social, reforçando a importância de garantir as necessidades básicas relacionadas principalmente à alimentação e saúde:

Senhor Presidente, [...]

Na área de saúde, queremos trabalhar juntos em matéria de imunizações e malária. O Brasil quer também continuar a apoiar Angola no combate à devastadora epidemia de SIDA.

Senhor Presidente, [...]

Será assinado, também, um Programa de Trabalho sobre Cooperação Científica e Tecnológica. Esse documento reflete a *determinação de estendermos a nossos cidadãos os benefícios dos avanços do conhecimento* (LULA DA SILVA, 2003).

Caro amigo Presidente,

O desenvolvimento dos povos é condição prioritária para a paz e para a preservação da democracia. É necessário que a comunidade internacional se comprometa em erradicar a fome e a pobreza. Não é possível permanecer indiferente e impassível diante do espetáculo de populações famintas perambulando por um mundo rico em recursos. Conto com a presença de Vossa Excelência no Encontro de Líderes Mundiais sobre o Combate à Fome e à Pobreza, em 20 de setembro próximo, em Nova York. Vamos lá discutir soluções concretas e realistas para combater esses flagelos (LULA DA SILVA, 2004).

Presidente Biya,

A prosperidade que estamos construindo para nossos povos tem de ser usufruída por todas as nações. Infelizmente, não evoluímos, ainda, a ponto de repartir a ceia do Planeta. Os avanços do conhecimento humano não foram suficientes para garantir a todos o indispensável à sobrevivência (LULA DA SILVA, 2005).

Amigo Presidente, [...]

Em sua visita ao Brasil, Vossa Excelência viu um país que avança no caminho da maturidade política e da abertura econômica com estabilidade, credibilidade e confiança. Um Brasil que tem o compromisso de conferir ao Estado a responsabilidade de promover as melhorias sociais e regionais, removendo obstáculos que ainda retardam nosso progresso rumo ao *bem-estar coletivo*. Um Brasil engajado na articulação de coalizões internacionais para *promover os interesses dos necessitados e marginalizados* (LULA DA SILVA, 2006).

Eu, por exemplo, fico imaginando que *nós poderíamos levar a Fiocruz, que é um instituto de pesquisa tecnológica na área de fármacos, muito importante na área de saúde, que poderia montar, como a Embrapa montou em Gana, um escritório ou um departamento em um país africano* (LULA DA SILVA, 2007).

Senhor Presidente, [...]

Sei que a prioridade brasileira – *segurança alimentar* – é também compartilhada por Vossa Excelência. *Vamos fazer da agricultura, especialmente da produção de alimentos, uma fonte de progresso, de emprego e de esperança de uma vida digna para milhares de trabalhadores. Vamos juntar esforços e conhecimentos para combater doenças, cujas principais vítimas são os mais pobres* (LULA DA SILVA, 2009).

Senhora Ellen Johnson-Sirleaf, presidente da República da Libéria, [...]

A estratégia liberiana de redução da pobreza e o programa Fome Zero são experiências exitosas que devemos partilhar. *Queremos levar para toda a África nosso compromisso de fazer do bem-estar o ponto de partida do desenvolvimento solidário.* O combate à Aids será sempre uma prioridade. É com essa convicção que o Brasil está construindo uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique. *Queremos que a Libéria e todo o continente tenham acesso a*

medicamentos e treinamentos fundamentais para derrotar uma pandemia que ameaça gerações de africanos (LULA DA SILVA, 2010).

Os pronunciamentos brasileiros analisados denunciam a desigualdade tanto em relação aos diversos países da comunidade internacional quanto no âmbito interno aos países. Tais pronunciamentos defendem medidas intervencionistas para a promoção do desenvolvimento com redistribuição e justiça social, voltado às necessidades básicas de alimentação e saúde. A cooperação empreendida pelo Brasil aparece, então, como forma de promover o desenvolvimento aos países considerados mais necessitados, com destaque para a agricultura, através da Embrapa, e da saúde, com a Fiocruz. Desse modo, é possível afirmar que o discurso brasileiro sobre a Cobradi retoma o discurso do desenvolvimento com justiça social, associado à perspectiva das necessidades básicas.

Além do discurso do desenvolvimento com justiça social, o discurso brasileiro sobre a Cobradi reflete e reforça o discurso do desenvolvimento sustentável. Conforme argumentado, de acordo com Rist (2008), a chamada “década perdida” de 1980 propiciou uma retomada das discussões sobre o desenvolvimento através de uma nova perspectiva, a do desenvolvimento sustentável, colocando as questões ambientais no centro das discussões e negociações internacionais a respeito do desenvolvimento, principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Os trechos a seguir indicam momentos em que os pronunciamentos brasileiros analisados resgatam o discurso do desenvolvimento sustentável:

Senhor Presidente, [...]

Há projetos em matéria de extensão rural e agricultura familiar, áreas relevantes para o *desenvolvimento rural sustentável*, e, claro, para o combate à fome e à miséria (LULA DA SILVA, 2003).

Senhor Presidente,

Os documentos que subscrevemos ao fim destes encontros marcarão os novos caminhos da nossa cooperação. Um bom exemplo é o *Protocolo de Intenções na Área de Meio Ambiente*. O tema, praticamente novo na agenda bilateral, poderá ter desdobramentos positivos, inclusive na área de licenciamento ambiental (LULA DA SILVA, 2003).

Acredito que a oferta brasileira de cooperação na área dos *biocombustíveis* sintetiza bem o tipo de parceria que queremos construir com a África. Uma parceria capaz de produzir benefícios amplos e duradouros, com a criação de empregos, geração de renda, transferência de tecnologia e de conhecimento, desenvolvimento agrícola e industrial, abastecimento energético e *proteção do meio ambiente*. Espero que para essas questões e todas as demais que envolvam nossa cooperação no setor agrícola, possa contribuir a abertura da representação da Embrapa em Gana (LULA DA SILVA, 2007).

Vejo no programa de *biocombustíveis* a grande possibilidade para que países africanos que não têm petróleo tenham a possibilidade de atender o mundo desenvolvido com *energia renovável, energia limpa*, energia geradora de milhões de empregos. Servir e atender o mundo desenvolvido que, obrigatoriamente, vai ter que contribuir para a *despoluição do Planeta* (LULA DA SILVA, 2007).

Os *biocombustíveis*, Presidente Kufuor, é a segunda revolução que fizemos no Brasil. E quando lançamos a proposta de produzir *biodiesel* no Brasil, eu imaginava que não iríamos ter muitos adversários no mundo desenvolvido. Afinal de contas, todo o mundo está de acordo de que *é preciso diminuir o aquecimento do planeta Terra, de que é necessário diminuir a emissão de CO₂*. Por isso foi assinado o Protocolo de Quioto, por todas as nações desenvolvidas do mundo.

Mas, até agora, fizeram muito pouco para cumprir o acordo que fizemos. E estão a exigir dos países pobres que não *desmatem*. Criaram até uma coisa chamada “*seqüestro de carbono*”, passando a idéia que iriam pagar, para os países que não desmatassem e que não contribuíssem com a *emissão de CO₂*, um dinheiro que compensasse a *preservação das nossas matas e das nossas florestas. E nós queremos preservar. Até porque não pensamos apenas na floresta, pensamos também na biodiversidade*.

Mas é importante que as pessoas percebam que o *etanol e o biodiesel são possibilidades concretas e objetivas de que o Brasil detém tecnologia de produzir combustível, diminuir a emissão de CO₂ e gerar milhões de empregos no mundo todo* (LULA DA SILVA, 2008).

Ao contrário, os *biocombustíveis*, um homem ou uma mulher, por mais pobres que sejam, por menos formados intelectualmente que sejam, com a mão podem cavar um pequeno buraco na terra, colocar uma pequena semente e, alguns meses depois, essa pessoa estará colhendo o seu *petróleo verde, não poluente, gerador de empregos*. É isso que estamos oferecendo ao mundo (LULA DA SILVA, 2008).

Nós não estamos querendo brigar com ninguém. Estamos apenas dizendo ao mundo: nós, os países considerados emergentes, os países considerados pobres. Nós, africanos, nós brasileiros, nós latino-americanos temos a solução que vocês tanto discutem academicamente. Nós não conseguimos produzir o motor a hidrogênio, *mas conseguimos produzir um carro que anda a álcool*,

um caminhão que anda com biodiesel, não emissores de CO2 (LULA DA SILVA, 2008).

A experiência brasileira com *biocombustíveis* e *fontes renováveis de energias mais limpas e baratas* abre a perspectiva de mais emprego e renda no campo. É também nossa resposta ao *desafio da mudança do clima*. Queremos também desenvolver oportunidade de parceria nos campos da construção civil e agronegócio (LULA DA SILVA, 2009).

No Brasil, aprendemos que não há segurança alimentar sem uma agricultura familiar robusta. E, por intermédio da Embrapa, estamos levando ao pequeno agricultor, na Libéria, a experiência brasileira de fortalecimento da produção rural. Estamos semeando em solo africano a *revolução verde* que os brasileiros conheceram nas últimas décadas. Essa mesma tecnologia tropical também promete outra revolução.

A Libéria possui todas as condições de clima e de solo para ser grande produtora de *biocombustíveis*. No Brasil, conhecemos os benefícios de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Multiplicamos a geração de renda e empregos, e nos tornamos *referência no combate à mudança climática*. Em maio próximo, temos a oportunidade de dar um passo decisivo nessa parceria. Vamos realizar, em Brasília, encontro com os ministros da Agricultura de todo o continente africano. Contamos com a participação da Libéria para selar definitivamente uma aliança que une tecnologia do futuro com a solidariedade que atravessa gerações (LULA DA SILVA, 2010).

Conforme argumentado no segundo capítulo, o discurso do desenvolvimento sustentável busca conciliar dois conceitos tradicionalmente opostos: meio ambiente e desenvolvimento. Tal perspectiva passou a colocar as questões ambientais, juntamente com as questões sociais, como prioridade da agenda internacional principalmente a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os pronunciamentos brasileiros resgatam o discurso do desenvolvimento sustentável, conciliando a produção agrícola com preservação ambiental e defendendo o uso de biocombustíveis como fonte de energia limpa, colocando o Brasil como referência e exemplo no combate à mudança climática. Desse modo, o discurso brasileiro sobre a Cobradi coloca o Brasil como país capaz de contribuir para o desenvolvimento internacional de maneira ambientalmente sustentável.

A partir desses exemplos, parece possível afirmar que o discurso brasileiro sobre a Cobradi articula o discurso da chamada Cooperação Sul-Sul, o discurso do desenvolvimento com justiça social e o discurso do desenvolvimento sustentável,

conformando um novo e complexo discurso cujo sentido opera de maneira contrária ao modelo considerado hegemônico da chamada Cooperação Norte-Sul. Desse modo, o presente trabalho compreende o discurso brasileiro sobre a Cobradi como discurso contra-ideológico, considerando o poder como instrumento de desestabilização.

4.2. Dissimulação

Na perspectiva da ADC, a dissimulação consiste em um modo de operação da ideologia que visa ocultar, negar ou obscurecer relações de dominação (RAMALHO; RESENDE, 2011). Com base em Thompson, Ramalho e Resende (2011) apontam três estratégias típicas de construção simbólica relacionadas à dissimulação: o deslocamento, a eufemização e o tropo. O deslocamento utiliza termos relacionados a um campo específico para se referir a outro campo, de forma a agregar conotações positivas ou negativas do primeiro ao segundo. A eufemização emprega termos mais agradáveis para suavizar expressões; assim ações, instituições ou relações sociais são representadas positivamente, obscurecendo aspectos problemáticos. O tropo refere-se ao uso figurado da linguagem, como metáfora, metonímia e sinédoque, a fim de ocultar e obscurecer relações assimétricas de poder (RAMALHO, RESENDE, 2011).

Ao analisar os pronunciamentos brasileiros, parece possível afirmar que o modo de operação da ideologia por meio da dissimulação acontece principalmente através da eufemização. No discurso brasileiro sobre a Cobradi, as ações e instituições brasileiras são representadas como boas e positivas, ocultando e negando todo e qualquer aspecto problemático da cooperação brasileira:

Este país é hoje o principal *beneficiário* dos programas de *cooperação* técnica brasileiros. Angola é ainda o destino de parte considerável dos investimentos externos do Brasil, além de *contar com* sistema de crédito por parte do Governo brasileiro, que tem funcionado de maneira *eficiente* (LULA DA SILVA, 2003).

Senhor Presidente,
Nossos companheiros de governo tratarão, hoje, da *cooperação* em áreas como agricultura, educação e formação profissional, entre

outros. O objetivo é *contribuir* para o processo de reconstrução nacional angolano (LULA DA SILVA, 2003).

Na área agrícola, as possibilidades são extremamente *promissoras*. A EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, instituição de reconhecida excelência, *apoiará* o projeto de fortalecimento dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola (LULA DA SILVA, 2003).

Tenho, igualmente, grande expectativa em torno da execução do acordo, assinado há pouco mais de um ano, relativo ao *apoio* brasileiro à reestruturação do programa de ensino básico e médio em Angola. O Brasil entende a fundamental importância do programa angolano “Escola para Todos” e quer *contribuir, conforme as orientações e prioridades do governo angolano, para seu bom encaminhamento* (LULA DA SILVA, 2003).

Há, ainda, um acordo a ser assinado entre o Ministério da Juventude e Desportos de Angola e o Ministério do Esporte do Brasil, para projetos de *apoio* ao Instituto de Formação de Quadros de Administração Local (IFAL) de Angola, bem como a *cooperação para modernização do Estado* (LULA DA SILVA, 2003).

Graças às missões que Camerun enviou ao Brasil em 2004, multiplicaram-se iniciativas bilaterais. *Exploramos complementaridades para multiplicar nossas potencialidades*. É o caso do programa de cooperação técnica sobre o cacau. O Brasil pode *ajudar a aperfeiçoar* essa cultura agrícola tradicional, uma das grandes riquezas deste país e fonte inestimável de recursos para o agricultor local (LULA DA SILVA, 2005).

O Brasil já *participa do desenvolvimento africano* com investimentos, créditos, *cooperação e intercâmbio* tecnológico. Estamos *contribuindo* para que se acelere o renascimento do continente, hoje em curso, porque *queremos ser sócios e queremos ser parceiros* (LULA DA SILVA, 2007).

Posso dizer a vocês que o Brasil pode fazer muito mais do que já fez. Acho que a primeira fase difícil, que foi a fase do preconceito, nós já superamos. “O que o Presidente Lula vai fazer na África?” “Porque tantas viagens à África?” “O que os africanos podem comercializar?” “Porque o Presidente Lula não vai para a Europa, não vai para o Japão, não vai para a China?” Porque durante o século passado se construiu a mentalidade de que o Brasil tinha que ter uma relação de subordinação com as economias ricas, e não uma relação política, cultural, comercial, industrial com os países pobres, *para que o Brasil pudesse passar para eles aquilo que foi o aprendizado acumulado nos nossos 500 anos de história* (LULA DA SILVA, 2007).

E que outro país do mundo poderia ter essa percepção, senão o Brasil? Um país que tem, em tudo que nós olharmos, a cara da África, a alegria do nosso povo, a música brasileira, o carnaval brasileiro, a religião brasileira. Tudo que a gente olha tem um toque africano. E que país do mundo, então, poderia ter essa *vocação de*

se aproximar da África mais do que o Brasil? Nenhum. Até porque o Brasil não tem vocação imperialista. E o Brasil não quer ter vocação hegemônica, o Brasil quer ter vocação de parceria, construir junto aquilo que precisa ser construído.

E quando digo que o Brasil pode fazer muito mais, é porque eu ainda tenho alguns *sonhos* com a África que não foram construídos ainda. Por exemplo, desde 2003 eu fico pensando em construir uma universidade em que a gente possa ter, aqui, os africanos, os latino-americanos e os brasileiros, como se fosse uma espécie de universidade de *integração* dos povos do continente africano e da América do Sul (LULA DA SILVA, 2007).

O Brasil, como país que tem uma economia maior, tem que ter atitudes mais ousadas para que a vontade política da *integração* se concretize definitivamente.

Eu penso, meus caros Embaixadores e Embaixadoras, que temos muito trabalho pela frente. Nós queremos que um dia todos os países africanos tenham Embaixada no Brasil, como nós queremos, um dia – que não estará muito longe – ter Embaixadas em todos os países africanos. Mas, mais do que termos Embaixadas, é preciso que nós tenhamos meios concretos de *contribuição* para que o Brasil e os países africanos, a América do Sul e o continente africano, possam crescer de forma *harmônica, de forma que as parcerias sejam construídas de acordo com a vontade dos povos africanos e do povo latino-americano* (LULA DA SILVA, 2007).

Eu acredito, Presidente, que este escritório aqui poderá, em pouco tempo, *trazer para Gana e para o continente africano, um pouco da revolução que aconteceu no meu País*. No meu País tem uma região, chamada região do cerrado, que há 30 anos dizia-se que não valia nada, só nasciam umas árvores pequenas, tortas, e a gente era educado de que onde a árvore não crescia era porque a terra não prestava.

Eu acho aquela região muito parecida com a savana africana. E tenho pedido ao meu companheiro Sílvio Crestana, da Embrapa, para que pesquisemos, façamos tudo o que for necessário, porque se o meu pensamento estiver certo, e as condições das terras na savana forem semelhantes às terras do cerrado, daqui a alguns anos a África deixará de ser vista pelo mundo como um continente pobre, onde as pessoas passam fome, e passará a ser um continente verde, produtor de comida, para saciar não apenas a fome do povo africano, mas para saciar a fome daqueles que já não têm mais terra para plantar e querem comer (LULA DA SILVA, 2008).

Como a Presidenta gosta de dizer, a Libéria não tem problemas, a Libéria tem desafios. *O Brasil quer ser parceiro na solução desses desafios. O Acordo de Cooperação Técnica que assinamos em 2009 mostra o caminho a seguir. O intercâmbio de equipes técnicas nas áreas de fortalecimento institucional e de saúde aponta o quanto podemos realizar juntos* (LULA DA SILVA, 2010).

Os termos empregados nos pronunciamentos brasileiros, como “beneficiários”, “contribuir”, “promissoras”, “modernização”, “apoio”, “aproximar”, “parceria”, “harmônica”, “solução”, entre outros, constroem um sentido positivo da Cobradi, ocultando todo e qualquer problema decorrente da atuação brasileira, principalmente no que se refere à manutenção de relações assimétricas de poder.

O discurso brasileiro sobre a Cobradi defende que os países são beneficiários da cooperação empreendida pelo Brasil, pois os projetos de cooperação brasileiros nas áreas de agricultura, saúde, educação visam contribuir para o desenvolvimento dos países parceiros. A Cobradi é representada como possibilidade promissora para o fortalecimento institucional e para a modernização dos países, fornecendo apoio à reestruturação de programas nacionais.

Os pronunciamentos sobre a Cobradi analisados afirmam que o Brasil tem vocação para se aproximar da África e deseja transferir aos países africanos o “aprendizado acumulado em 500 anos de história”. Nessas expressões, parece possível afirmar que os países africanos representam metaforicamente os países em desenvolvimento de maneira mais ampla, através da produção de sentidos por meio de comparações implícitas. Desse modo, quando os pronunciamentos defendem que o Brasil participa do desenvolvimento africano, constrói-se o sentido de que o Brasil participa do desenvolvimento dos países considerados mais pobres, de maneira ampla e abrangente.

Os pronunciamentos brasileiros afirmam que o Brasil não tem vocação imperialista nem hegemônica, pelo contrário, apresenta vocação para estabelecer parcerias a fim de construir conjuntamente o que deve ser construído. Nessa lógica, os pronunciamentos afirmam que o Brasil deseja ser parceiro na solução dos desafios dos países africanos, a fim de que o desenvolvimento do Brasil e da África aconteçam de forma harmônica.

Desse modo, é possível afirmar que os termos utilizados nos pronunciamentos ocultam e obscurecem a influência do Brasil sobre os países africanos exercida por meio da Cobradi. Os pronunciamentos representam as iniciativas brasileiras como solidárias, promissoras e benéficas. No entanto, a atuação brasileira na solução de problemas, no fortalecimento institucional e na modernização desses países pressupõe

certo nível de influência do Brasil em diversos processos no âmbito político, econômico, técnico e social dos países em desenvolvimento.

A atuação da Embrapa em Gana, por exemplo, contribui para o adensamento do diálogo entre Brasil e Gana em matéria de agricultura, gera consequências econômicas para ambos os países, fomenta a utilização de tecnologia brasileira na área de agricultura no país africano e contribui para transformações no âmbito social relacionadas à agricultura, como a agricultura familiar. Isso sugere que o Brasil exerce algum nível de influência nos países em desenvolvimento por meio da Cobradi, contribuindo para o estabelecimento e a manutenção de relações assimétricas de poder. De maneira semelhante, ao colocar o Brasil como “parceiro” na solução de problemas dos países africanos, o discurso brasileiro obscurece uma relação de dependência, uma relação implicitamente verticalizada.

4.3. Legitimação

Na perspectiva da ADC, a legitimação consiste em um modo de representar relações de dominação como sendo justas e dignas de apoio (RAMALHO; RESENDE 2011). De acordo com Theo van Leeuwen (2008), todo sistema de autoridade busca estabelecer e manter a crença em sua legitimidade, sendo que a linguagem consiste no instrumento mais importante para esse fim. Van Leeuwen (2008) discute quatro principais categorias de legitimação para a análise discursiva: autorização, avaliação moral, racionalização e narrativização.

Autorização refere-se à legitimação pela autoridade de tradições, costumes, leis e pessoas investidas de autoridade institucional. Avaliação moral consiste na legitimação por meio de referência a sistemas valorativos. Racionalização refere-se à legitimação por meio de ações sociais e objetivos institucionalizados, bem como de conhecimento construído socialmente, os quais conferem validade cognitiva. A narrativização refere-se à legitimação através de narrativas que defendem ações legítimas e condenam ações ilegítimas (VAN LEEUWEN, 2008).

Nos pronunciamentos brasileiros sobre a Cobradi, é possível afirmar que a construção discursiva da legitimidade é realizada principalmente por meio da avaliação moral, com referência a sistemas valorativos específicos considerados compartilhados pela comunidade internacional, principalmente pelos países ocidentais. O conjunto de valores defendido nos pronunciamentos brasileiros refere-se principalmente à solidariedade, democracia, paz, justiça e desenvolvimento (partes dos textos foram destacadas para melhor compreensão):

Antevemos um futuro de paz, democracia e desenvolvimento social e econômico. Uma Angola forte e próspera poderá ser o motor do avanço de toda uma região. O desenvolvimento de Angola refletir-se-á em benefícios também para o Brasil, e vice-versa (LULA DA SILVA, 2003).

Queremos estreitar e aprimorar ainda mais a boa relação existente entre Angola e Brasil. Entendemos que o Brasil, como um país de língua portuguesa, economicamente mais forte e maior em população, precisa fazer gestos concretos de solidariedade e de generosidade e, ao mesmo tempo, dar sinais para o resto do mundo de que o Brasil tem dívidas históricas com o continente africano, com Angola. O Brasil quer, com gestos e com políticas afirmativas, concretas, resgatar a nossa relação que, durante tanto tempo, ficou um pouco esquecida.

Quero terminar agradecendo ao Presidente José Eduardo pelo apoio que tem dado à aspiração do Brasil de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, e dizer ao Presidente que nesses próximos três anos de mandato que tenho como Presidente da República do Brasil, dedicarei todo esforço possível, de todo o meu governo, para que a relação entre Angola e Brasil seja a mais perfeita e a mais produtiva possível. Se depender de nós, queremos fazer em três anos aquilo que, possivelmente, não tenhamos feito durante tantos anos. Isso não é nenhum favor. É apenas fazer justiça com um povo que tanto contribuiu para que o Brasil fosse o que é hoje. Muito obrigado (LULA DA SILVA, 2003).

Senhor Presidente,

O aprofundamento de nossas relações com a África, além de um dever moral, é necessidade estratégica. A ordem econômica mundial apresenta dificuldades e desafios que só poderão ser superados por meio da aproximação solidária dos países em desenvolvimento. Quando articulamos nossas posições, nossa capacidade de influir sobre as decisões internacionais é enorme. Provamos isso em Cancún, na Conferência da OMC. Unidos, pudemos dar novo rumo a essas negociações, de acordo com nossos interesses nacionais e regionais. Devemos continuar a agir assim (LULA DA SILVA, 2004).

A conclusão do acordo de renegociação da dívida gabonesa com o Brasil estimulará empresas brasileiras a participarem em obras públicas do Gabão. Acabamos de estabelecer um primeiro projeto de cooperação para o combate à malária. Ele tem significado especial. Representa um passo na estratégia maior do combate à pobreza.

Sou portador de uma doação de medicamentos produzidos no Brasil contra o vírus HIV/SIDA, este inimigo implacável que ameaça o continente africano. O Protocolo de Intenções sobre Pequenas e Médias Empresas, entre nossos países, permitirá a formação, no Brasil, de técnicos gaboneses nos setores que seu país considere prioritários.

Finalmente, é motivo de grande satisfação para mim a cooperação agrícola que o Brasil pode desenvolver com o Gabão, sobretudo no cultivo da mandioca. Os instrumentos internacionais que assinaremos reforçarão uma cooperação que desejo ver ampliada sempre mais (LULA DA SILVA, 2004).

Nossas complementaridades são promissoras no campo do comércio bilateral, que ainda não reflete o potencial de nossas economias. Um poderoso impulso nessa direção pode vir de uma retomada na atuação de empresas de engenharia brasileiras na construção da infraestrutura de energia e transportes de Camarões. Estou empenhado em que possam contribuir, de forma expressiva, para o desenvolvimento de uma das mais dinâmicas economias da Comunidade de Países da África Central.

Agradeço a acolhida de seu Governo às iniciativas que o Brasil avançou no Encontro de Líderes para uma Ação contra a Fome e a Pobreza, em Nova Iorque, setembro passado. Contamos com o apoio de Camerun a propostas concretas para arrecadar recursos para o financiamento do desenvolvimento.

Esses recursos, além da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, são fundamentais para os países pobres desenvolverem estratégias de crescimento de longo prazo (LULA DA SILVA, 2005).

Por meio do G-20, no âmbito da OMC, onde esperamos brevemente acolher a Argélia, lutamos por um comércio internacional livre do protecionismo agrícola, que nega aos trabalhadores dos países mais pobres o direito de viver dignamente (LULA DA SILVA, 2006).

O apoio da Argélia à iniciativa brasileira “Ação contra a Fome e a Pobreza” reforçou minha convicção de que é possível mobilizar os recursos necessários à erradicação dos bolsões de fome e de pobreza que ainda afligem milhões ao redor do mundo. Na reunião que teremos neste mês, em Paris, aprovaremos propostas concretas capazes de assegurar recursos adicionais em bases estáveis e previsíveis para os mais necessitados, sobretudo na África. Argélia e Brasil estão decididos a colaborar, cada vez mais, em favor do desenvolvimento deste continente que faz parte da identidade argelina e da alma brasileira (LULA DA SILVA, 2006).

O Brasil oferece condições de competitividade e oportunidades de

cooperação com transferência de tecnologia. Abrem-se oportunidades para empresários brasileiros engajarem-se em projetos decisivos para o desenvolvimento argelino e na exploração de terceiros mercados. A parceria entre a Randon e a Cevital na construção de reboques rodoviários mostra o caminho. Vejo com satisfação que o projeto de reforma e ampliação da infraestrutura argelina marca a volta dos serviços brasileiros de engenharia a este país, como na Barragem de Boussiaba. Convido os empresários argelinos a irem ao Brasil para conhecer o mercado brasileiro ou buscarem parcerias que os ajudem a ganhar competitividade e produtividade (LULA DA SILVA, 2006).

O Brasil dispõe de instituições de serviços de excelência aptas a fomentar a cooperação técnica entre nossos dois países em amplos setores onde temos potencial de complementaridade: agricultura, vigilância do território, pequena e microempresa, proteção ambiental, saúde, energia, serviços públicos. As duas gigantes do petróleo e do gás, a Petrobrás e a Sonatrach, têm vocação e meios para, em suas parcerias, construir relações sólidas.

Este é o compromisso do governo brasileiro. Queremos que a Argélia seja sócia do Brasil na construção de um mundo à altura das aspirações de nossos povos, que lutaram pelo direito de sonhar com um futuro melhor (LULA DA SILVA, 2006).

Caros amigos,

O Brasil e os países africanos defendem posições comuns no cenário internacional. *Sabemos que os esforços de democratização não devem ficar restritos ao plano doméstico. Para concretizar nossos projetos nacionais de desenvolvimento, temos que democratizar as instâncias decisórias internacionais. O Conselho de Segurança será incapaz de enfrentar os novos desafios à paz e à segurança, enquanto continuar a excluir da categoria de membros permanentes regiões inteiras do mundo em desenvolvimento.*

Nossos interesses econômicos e comerciais também serão melhor defendidos se privilegiarmos a coordenação e o diálogo, a exemplo do que fazemos atualmente na Organização Mundial do Comércio (LULA DA SILVA, 2007).

Caros Embaixadores,

Gostaria de encerrar reiterando o que tenho afirmado constantemente: a ênfase que temos dado às nossas relações com a África é, em grande medida, o *reconhecimento da contribuição que esse continente irmão deu à formação do nosso Brasil.* Em cada momento de nossa história econômica, social, política e cultural são inúmeras as marcas da presença africana. Em nossa pele, em nossa alegria, em nossa culinária, em nossa música, enfim, em tudo aquilo que muitos chamam de civilização brasileira é sentida a presença marcante daqueles milhares de homens e mulheres que para cá vieram, forçados pelo tráfico escravo. Estamos tentando resgatar essa dívida histórica (LULA DA SILVA, 2007).

Estamos fazendo isso com a convicção de que não estamos fazendo nenhum favor, estamos apenas fazendo um pouco do resgate de uma história da qual não nos orgulhamos, porque se dependesse da

nossa geração, nós não teríamos feito os negros de escravos, aqui no Brasil e em outros países da América Latina e do mundo. Por mais que façamos, quatro anos é muito pouco, oito anos é muito pouco, quem sabe 30 anos seja pouco para que a gente possa resgatar isso. Quem sabe nunca consigamos resgatar definitivamente a história na sua plenitude, dando à população negra do nosso continente, aos afrodescendentes, as conquistas a que eles têm direito (LULA DA SILVA, 2007).

Duas coisas me chamam a atenção. Primeiro, é preciso que a gente tenha paz no continente africano. A paz é a única possibilidade que temos de construir o desenvolvimento. A guerra não possibilita o crescimento econômico, não possibilita o desenvolvimento educacional, não possibilita o desenvolvimento tecnológico. Ela possibilita injustiças. E ninguém, em sã consciência, fará qualquer projeto de investimento em um país que está em guerra. Aliás, a guerra destrói aquilo que os homens e as mulheres constroem. Com a paz garantida em vários países africanos, fica muito mais fácil a gente pensar a África para o século XXI. Da mesma forma que temos que pensar a América do Sul e a América Latina para o século XXI. *A opção, para mim, é clara: se nós queremos continuar pobres como fomos no século XX ou se nós queremos crescer e melhorar a vida da nossa gente no século XXI. E digo isso porque o programa de biocombustíveis que inauguramos aqui, há dois anos e meio, embora tenha sido começado no Brasil, tem a cara da África* (LULA DA SILVA, 2007).

Companheiros da delegação brasileira, companheiros de Gana, jornalistas de Gana e do Brasil, companheiros e companheiras, *É com verdadeira satisfação e sentido de dever cumprido que visito, hoje, o Escritório da Embrapa na África. Tenho falado muito deste centro de excelência em matéria agropecuária em meus discursos no Brasil e no exterior. Cito este projeto como um marco, como a pedra fundamental de uma nova estratégia da política exterior brasileira, e a ponta de lança de nosso compromisso de estender aos países em desenvolvimento, particularmente aos africanos, os benefícios que a Embrapa trouxe e continuará trazendo ao Brasil. A escolha de Gana para sediar uma instituição tão importante reflete a presença estratégica que Gana ocupa no continente africano. Espelha também a confiança que o Brasil deposita neste país como modelo do potencial de cooperação solidária entre países em desenvolvimento. Por meio do apoio que presta ao Escritório, Gana está ajudando a todo o continente africano* (LULA DA SILVA, 2008).

Meu caro Presidente Kufuor,

A presença de Vossa Excelência nesta cerimônia reforça minha convicção de que *o Brasil deve engajar-se cada vez mais em projetos que nos aproximam de nossos irmãos africanos. Este Escritório já começou a render benefícios para a África. Desde sua instalação, há pouco mais de um ano, dezessete países africanos foram visitados pelos representantes da Embrapa residentes em Acra. Outros treze países receberam assistência à distância.*

Dessas missões, vão surgindo projetos para melhorar a produção africana em mandioca, arroz, feijão e soja. Igualmente importante, vamos priorizar a capacitação técnica dos quadros de instituições governamentais africanas que darão consistência e continuidade a esses programas. Não faltarão aqueles que dirão que este escritório é pequeno. Que a iniciativa é modesta. Eu, de minha parte, prefiro pensar nesta presença brasileira como uma primeira semente de algo que vai crescer e se expandir, gerando frutos para todo o Continente.

Acima de tudo, é uma contribuição amiga e solidária do Brasil para o desenvolvimento agrícola africano e para o combate à fome neste continente. Uma contribuição para que os irmãos da África disponham, cada vez mais, dos instrumentos para construir seu próprio futuro (LULA DA SILVA, 2008).

Mas, em compensação, o que é o povo brasileiro hoje se deve muito à maior imigração forçada da história da humanidade. O povo brasileiro deve aos africanos a sua cor, a sua alegria, a sua dança e grande parte da nossa cultura. A mistura entre negros, índios e europeus fez do Brasil uma miscigenação sem similar no mundo. Um povo alegre, um povo festivo, mas também um povo que sabe dos seus direitos, e que sabe prestar gratidão.

E o que estamos fazendo aqui hoje, mais do que inaugurar o primeiro escritório da Embrapa no continente, é um gesto de gratidão, de estender ao continente africano, através de Gana, um centro de excelência que foi responsável por uma revolução agrícola no meu País. Um centro de excelência na agricultura tropical, que transformou o Brasil num grande exportador de carne, num grande exportador de suco de laranja, num grande exportador de soja, num grande exportador de açúcar, num grande exportador de etanol e, porque não dizer, com esse escritório, num grande exportador de conhecimento através da inteligência da Embrapa (LULA DA SILVA, 2008).

Deus queira que mais africanos possam comer. Deus queira que mais chineses possam comer, mais indianos possam comer, mais gente na América latina e Caribe possam comer. Porque não é justo que mais de 1 bilhão de seres humanos consumam menos que a caloria e as proteínas previstas para a nossa sobrevivência.

O mundo está a pedir, e nós, países que éramos chamados do “terceiro mundo” estamos dispostos a atender. Para isso, são necessárias duas coisas: os países ricos abrirem mão dos subsídios aos seus produtores agrícolas e facilitarem a entrada dos produtos agrícolas dos países pobres. Em segundo lugar, passar conhecimento tecnológico e científico, para que os países mais pobres possam produzir os alimentos que o mundo tanto necessita (LULA DA SILVA, 2008).

Esteja certo, Presidente Kufuor, que Gana será outra a partir do dia de hoje. *Se a Embrapa fizer aqui o que ela produziu no Brasil, sem precisar esperar 30 anos, Gana contribuirá para a mudança da história agrícola do continente africano* (LULA DA SILVA, 2008).

O Brasil se soma à comunidade internacional em apoio à luta de Serra Leoa para superar o legado de uma guerra traumática. *No âmbito da Comissão de Construção da Paz estamos empenhados em fortalecer a capacidade institucional de seu país.* A experiência do Brasil no Haiti e em Guiné-Bissau não deixa dúvidas: sem cidadania e desenvolvimento econômico e social, não haverá paz duradoura (LULA DA SILVA, 2009).

Nossa aliança para a paz e o desenvolvimento reflete uma convicção profunda. *Os países africanos são aliados fundamentais do Brasil na luta para transformar o mundo em que vivemos. Por isso, precisamos trabalhar de forma cada vez mais estreita e coordenada. Somente assim estaremos aptos a desempenhar nosso legítimo papel na defesa de uma governança global mais justa e equitativa* (LULA DA SILVA, 2009).

Na caminhada da Libéria rumo à reconstrução nacional, seu melhor aliado será uma governança global democrática e equilibrada. É preciso que o Banco Mundial e o Fundo Monetário abandonem seus dogmas obsoletos e condicionalidades nefastas. O Brasil não se tornou credor desses organismos para que as coisas continuassem como antes. Exigimos reformas profundas para que os países em desenvolvimento possam ter voz ativa na definição de seu próprio futuro.

É esse o compromisso que os países do Bric renovarão em seu encontro em Brasília, na semana que vem. É também a mensagem que o Brasil levará às próximas cúpulas do G-20. *Sei que estaremos falando pela Libéria e pelos jovens africanos que sonham com um amanhã à altura das melhores tradições e conquistas desse nobre continente* (LULA DA SILVA, 2010).

Os pronunciamentos analisados afirmam que o Brasil tem o dever moral de fazer gestos de solidariedade e generosidade aos países africanos, pois tem uma dívida histórica com esses países devido à migração forçada de africanos para o Brasil no período colonial brasileiro. Nesse sentido, os pronunciamentos sobre a Cobradi afirmam que o engajamento brasileiro em projetos de combate à malária e ao HIV/Aids, bem como a cooperação em agricultura e em outra áreas não consistem em “favores” do governo brasileiro, mas sim em justiça histórica.

Os textos analisados afirmam que a “cooperação solidária” brasileira contribui para o desenvolvimento dos países africanos, defendendo que ações coordenadas geram mais resultados positivos. Por isso, os pronunciamentos instam a união de esforços para o alcance de interesses comuns, como a luta pelo fim do protecionismo agrícola no âmbito da OMC. Nessa lógica, os textos analisados defendem que as complementaridades entre os países em desenvolvimento devem ser exploradas para o

alcance de benefícios mútuos e afirmam que o Brasil dispõe de capacidade técnica e tecnológica para estabelecer parcerias com o objetivo de promover o desenvolvimento aos países africanos. Mais do que isso, os pronunciamentos sugerem que a atuação brasileira de maneira mais ampla no cenário internacional é boa, positiva e em prol dos países em desenvolvimento, como a Ação contra a Fome e a Pobreza, iniciativa do governo brasileiro no âmbito das Nações Unidas para arrecadar recursos para o financiamento do desenvolvimento.

Além disso, os textos referem-se à democracia como valor compartilhado internacionalmente e inerentemente positivo. Os pronunciamentos brasileiros defendem que os esforços de democratização não devem ser restritos ao plano doméstico e afirmam que a democratização das instâncias decisórias internacionais é condição necessária para o desenvolvimento dos países considerados mais pobres. A partir desse argumento, os pronunciamentos brasileiros fazem referência inúmeras vezes à necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de incorporar países em desenvolvimento como membros permanentes, solicitando e agradecendo o apoio dos países africanos para a candidatura brasileira a esse posto.

Desse modo, os pronunciamentos brasileiros refletem e constroem o sentido de que as soluções brasileiras para os problemas dos países em desenvolvimento são pertinentes e por isso o Brasil deve engajar-se ainda mais na cooperação e na atuação internacional de maneira mais ampla. Esse sentido opera em favor da atuação estratégica brasileira, na medida em que as disputas de poder travadas pelo Brasil no âmbito internacional, como a luta por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, são representadas como justas e dignas de apoio. Tal sentido atua em favor da legitimação da liderança brasileira, atua em favor de conferir legitimidade ao Brasil para falar e agir em nome dos países em desenvolvimento, como membro e porta-voz dos países do Sul.

4.4. Unificação

De acordo com a ADC, a unificação consiste em construir simbolicamente uma forma de unidade que reúne indivíduos em uma identidade coletiva,

independentemente das divisões que possam separá-los (RAMALHO; RESENDE, 2011). Duas estratégias principais são relacionadas a esse modo de operação da ideologia: a padronização, baseada em um referencial padrão compartilhado, e a simbolização, construção de símbolos de identificação coletiva (RAMALHO; RESENDE, 2011). Analisando os pronunciamentos brasileiros sobre a Cobradi, parece possível afirmar que eles utilizam tanto a estratégia de padronização, estabelecendo um referencial compartilhado entre os países africanos e o Brasil, quanto a estratégia de simbolização, na construção simbólica de identidade cultural entre o Brasil e os países africanos.

Queremos examinar aqui, com as autoridades angolanas, extenso conjunto de temas de *interesse comum* para nossos países (LULA DA SILVA, 2003).

Por isso, nossas relações inscrevem-se em um contexto de *afinidades espontâneas e solidariedade recíproca*. Essas circunstâncias explicam por que Angola é, desde sua independência, uma prioridade de nossa diplomacia. Temos, igualmente, ampla gama de temas regionais e multilaterais de *interesse comum* (LULA DA SILVA, 2003).

Devemos demonstrar capacidade de *compartilhar pontos de vista e articular posições* sobre temas como comércio internacional, direitos humanos, cooperação internacional para o desenvolvimento, reforma das Nações Unidas, entre tantos outros. Dentro de poucos meses, Brasil e Angola estarão ocupando simultaneamente assentos no Conselho de Segurança, coincidência que deve ser aproveitada para *aumentarmos nossa sintonia* em temas relacionados com a paz e segurança internacionais, com vistas a uma *participação coordenada* e afirmativa em favor da solução pacífica de conflitos e do multilateralismo.

Isso tudo sem falar nos *interesses que nos unem* na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, que atualmente tenho a honra de presidir (LULA DA SILVA, 2003).

A África influenciou decisivamente a formação da identidade nacional brasileira. *Na visita que faço a este belo país, retorno às origens de nosso povo*. Ressalto a contribuição bantu na cultura brasileira. O maculelê, a capoeira, o próprio samba brasileiro nasceram nesta região, onde está situado o Gabão, e foram levados para o Brasil pelos cerca de 700 mil bantus que chegaram às terras brasileiras entre 1680 e 1830.

Quando menino, no meu estado natal, Pernambuco, assisti o maracatu, dança popular trazida pela gente bantu (LULA DA SILVA, 2004).

Senhor Presidente,

Brasil e Gabão compartilham opiniões sobre temas importantes da

agenda internacional. Acreditamos no multilateralismo. Ele é o caminho para chegarmos a um mundo mais democrático e justo. O Brasil defende a reforma das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança. Vossa Excelência foi o primeiro presidente africano a defender, ainda em 1977, um assento permanente para a África. Aproveito para agradecer o apoio do Gabão à aspiração brasileira de um lugar permanente nesse Conselho (LULA DA SILVA, 2004).

Precisamos mudar as relações de força no mundo. Não podemos ser observadores passivos de decisões que afetam diretamente nosso destino. O comércio internacional pode ajudar a erradicar a pobreza e a fome. *Juntos, temos de lutar pela eliminação dos pesados subsídios e de outras medidas protecionistas praticadas pelos países ricos (LULA DA SILVA, 2005).*

Por meio do G-20, temos lutado para que *os produtos agrícolas dos países em desenvolvimento sejam remunerados em níveis compatíveis com seu valor de mercado e com a dignidade de seus produtores. Só assim conseguiremos derrubar o muro que divide a Humanidade entre ricos e pobres.*

A democratização do mundo passa também pela reforma da ONU. Por isso, o Brasil apoiou, desde o início, os esforços do Secretário-Geral da ONU para ampliar o Conselho de Segurança, tornando-o mais legítimo e representativo da realidade atual.

O Brasil saúda a decisão tomada pela União Africana de defender maior presença de países em desenvolvimento como membros permanentes do Conselho de Segurança. É inaceitável que continentes inteiros, como a África – com 54 países e centenas de milhões de habitantes – não tenham representação permanente em um Conselho de Segurança renovado.

O Brasil defenderá com firmeza essa posição, ao mesmo tempo em que agradecemos o gesto de simpatia de países como Camarões em relação às nossas aspirações (LULA DA SILVA, 2005).

A Cúpula Árabe-Sul-Americana foi uma iniciativa pioneira e ousada. Ela afiançou *nossa vontade coletiva* de transformar uma longa história de convivência em uma *aliança entre blocos decididos a forjar seu lugar num mundo mais justo e solidário.*

Temos a convicção coletiva de que o diálogo e o conhecimento mútuo são nossas principais armas para aproximar regiões, superar diferenças e unir gentes. Num momento em que o Mundo Árabe e a América do Sul vivem etapa decisiva na construção da democracia e na conquista do desenvolvimento, a comunidade internacional tem seus olhos voltados para nossas regiões. Por essa razão, é fundamental a parceria entre a Argélia e o Brasil.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil motivou propostas e oportunidades concretas de cooperação que expressam o potencial de povos desejosos de se conhecer melhor e explorar complementaridades (LULA DA SILVA, 2006).

Argélia e Brasil têm uma agenda comum: o combate à fome e à pobreza, a reforma das Nações Unidas, a cooperação Sul-Sul. Essa parceria é fundamental para revalorizar o multilateralismo.

Queremos que nossa voz coletiva seja mais forte na arena mundial, que seja mais efetiva nossa participação nas organizações e nos processos internacionais de tomada de decisão. Temos uma contribuição a dar na construção de um mundo mais estável e solidário, engajado na superação das causas reais dos conflitos e da desesperança em que está mergulhada parte da humanidade (LULA DA SILVA, 2006).

Nas Nações Unidas, devemos *juntar esforços* para fazer valer as aspirações dos países em desenvolvimento a uma participação mais igualitária nos principais foros da Organização, como o Conselho de Segurança e a Comissão de Construção da Paz (LULA DA SILVA, 2006).

Saibam, caros Embaixadores, que o Brasil tem um enorme orgulho da presença africana em nosso País e de sermos o país que tem a segunda maior população negra do mundo. *Que nossos laços de sangue, história e cultura sigam consolidando nossa amizade e a de nossos povos. É preciso que assim seja para que, cada vez mais, possamos ter dias como este, em que celebramos a irmandade entre a África e o Brasil (LULA DA SILVA, 2007).*

Cara Presidenta, O Brasil *compartilha sua confiança inabalável na África*. Acreditamos nos 800 milhões de africanos determinados a realizar a promessa de uma região com vastas riquezas naturais e extraordinárias perspectivas de crescimento. Nessa empreitada, *a África, hoje, fala com unidade de propósito e voz uníssona (LULA DA SILVA, 2010).*

Em relação à padronização, os pronunciamentos brasileiros afirmam que o Brasil e os países africanos apresentam temas de interesse comum, decorrentes de afinidades espontâneas. Desse modo, sugerem que os países devam enfatizar sua sintonia para atuar de maneira coordenada. Os pronunciamentos afirmam que os países africanos e o Brasil compartilham opiniões sobre temas prioritários da agenda internacional, como a defesa do multilateralismo e a democratização das instâncias decisórias multilaterais, por isso devem agir de maneira conjunta na luta contra os subsídios agrícolas e outras medidas protecionistas de países desenvolvidos, bem como pela reforma da ONU. Além disso, os pronunciamentos afirmam que os países africanos e o Brasil compartilham a vontade coletiva de promover justiça social, por isso o combate à fome e à pobreza e a chamada Cooperação Sul-Sul conformam uma agenda comum.

Além da padronização de um referencial compartilhado em termos de agenda internacional, os pronunciamentos brasileiros constroem simbolicamente uma unidade

entre o Brasil e os países africanos com base em aspectos históricos e culturais. Os pronunciamentos ressaltam a origem africana do povo brasileiro e reconhecem a influência cultural africana na formação da identidade nacional brasileira, citando elementos emblemáticos, como a capoeira e o samba, colocados como herança de traços africanos. Além disso, existe menção à unidade conferida pela língua aos países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, na qual o Brasil apresenta grande engajamento através da Cobradi.

Desse modo, a unificação, por meio da construção simbólica de uma forma de unidade que reúne o Brasil e os países africanos em uma identidade coletiva independentemente das diferenças que possam separá-los, reflete e reforça o sentido de que o Brasil é parte dos países em desenvolvimento, é membro dos chamados países do Sul. Tal sentido opera em favor da atuação do Brasil em nome desses países, na medida em que seus interesses são colocados como correspondentes e compartilhados.

Tendo em vista as análises realizadas através das categorias interdiscursividade, dissimulação, legitimação e unificação, é possível afirmar que o discurso brasileiro sobre a Cobradi consiste em um discurso contra-hegemônico, frente ao padrão tradicional da chamada Cooperação Norte-Sul. Tal posicionamento contra-hegemônico opera discursivamente no sentido de transformação das relações assimétricas de poder entre os países considerados desenvolvidos (Norte) e os países considerados em desenvolvimento (Sul), propondo o estabelecimento de relações mais horizontais entre os países por meio de cooperação e parceria. Esse movimento contra-hegemônico é estratégico para o Brasil, na medida em que tenta reposicionar suas próprias relações com os países do Norte.

No entanto, o discurso contra-ideológico do governo brasileiro sobre a Cobradi, ao mesmo tempo em que opera no sentido de transformar relações assimétricas de poder entre os países do Norte e os países do Sul, opera no sentido de estabelecer e manter relações assimétricas de poder entre o Brasil e outros países em desenvolvimento por meio da dissimulação, legitimação e unificação.

O discurso brasileiro sobre a Cobradi oculta, nega e obscurece as possíveis

influências exercidas pelo Brasil sobre seus “parceiros” por meio da cooperação, ou seja, oculta, nega e obscurece relações de dominação. Nos momentos em que as disputas de poder travadas pelo Brasil no cenário internacional ficam mais claras, como na disputa por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o discurso brasileiro opera no sentido de legitimar a atuação brasileira por meio de referência a um conjunto de valores considerados compartilhados pela comunidade internacional, como a democratização das instâncias decisórias internacionais, ou a promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social. Na representação de valores compartilhados, o discurso brasileiro opera além da legitimação, construindo simbolicamente um sentido de unidade de perspectivas, de interesses e de posições entre o Brasil e os países considerados em desenvolvimento, através da unificação. Tais modos de operação da ideologia servem ao estabelecimento e manutenção de relações assimétricas de poder no e pelo discurso contra-ideológico brasileiro.

Desse modo, o discurso contra-hegemônico brasileiro sobre a Cobradi coloca o Brasil em posição intermediária entre os países do Norte e os países do Sul. Tal posição intermediária, representada no discurso brasileiro, pode ser caracterizada pelo conceito de potência média. De acordo com Marques (2005), o conceito de potência média tem origem no contexto da Guerra Fria, a partir das hierarquias definidas pela lógica bipolar. Nos anos 1960, tendo em vista a industrialização de países do então chamado Terceiro Mundo, bem como a atuação dos países Não Alinhados, o campo de estudo das Relações Internacionais passou a ter interesse em outros atores, além das potências hegemônicas (MARQUES, 2005). Nesse sentido, diversas terminologias foram empregadas para se referirem aos países intermediários, como países semiperiféricos, em desenvolvimento, potências regionais, entre outras. Como afirma Marques (2005), apesar da origem do conceito de potência média estar relacionada ao período da Guerra Fria, nada impede que o conceito possa ser utilizado no período posterior, marcado pelo processo de multipolarização do contexto geopolítico mundial.

Tendo em vista as diversas perspectivas teóricas, este trabalho resgata a abordagem de Keohane (1969) sobre a capacidade de atuação dos países no cenário internacional. Keohane afirma que, no plano internacional, o poder pode ser

concebido como a capacidade de um Estado para influenciar o sistema. Nessa perspectiva, a inserção internacional, tanto regional quanto global, consiste em uma forma de poder exercida pelos Estados (RAMANZINE JR., 2009). Keohane (1969) define quatro categorias de países de acordo com sua capacidade para influenciar o sistema: *system-determining states* são aqueles que desempenham papel decisivo no sistema internacional, como os EUA e a URSS durante a Guerra Fria. *System-influencing states* são aqueles que não têm capacidade para desempenhar papel tão decisivo, mas são capazes de influenciar unilateralmente o sistema. *System-affecting states* são aqueles que não têm capacidade de agir unilateralmente de forma eficiente, mas que conseguem afetar o sistema internacional, de modo limitado, por meio de ações concertadas e de instituições multilaterais. *System-ineffectual states* são aqueles que apresentam baixa capacidade de influenciar as forças que os afetam no sistema internacional. Desse modo, a posição intermediária ocupada pelas potências médias corresponde, na perspectiva de Keohane, ao conceito de *system-affecting state*.

Keohane afirma que, além do resultado das forças sistêmicas, a autopercepção dos Estados como potência média é fator essencial para seu comportamento como tal. De acordo com Marques (2005), elementos subjetivos e intersubjetivos, como a autopercepção e o reconhecimento de terceiros, desempenham importantes papéis na sustentação de um *status* social internacional. Desse modo, de maneira geral, as definições de potência média reconhecem quatro dimensões: capacidade material, influência, autopercepção e reconhecimento. Tendo em vista a história da política exterior brasileira, é possível afirmar que a busca do Brasil pelo reconhecimento internacional como potência média não é fenômeno recente. O Brasil demonstrou presença ativa nos fóruns multilaterais desde quando surgiram os primeiros esforços de coordenação multilateral, na segunda metade do século XIX (LIMA, 2005), como observado na Conferência de Paz de Paris, em 1919, e no empenho brasileiro para obter um assento permanente na Liga das Nações.

De acordo com Marques (2005), a construção da imagem brasileira como potência média apoia-se não em seu poderio militar, mas em seu poder de persuasão. Retomando o referencial teórico exposto no primeiro capítulo, a análise da posição brasileira como potência média chama atenção para o conceito de *soft power*: “Na concepção brasileira de potência média, a variável poder deixa de ser medida em

termos objetivos de capacidades materiais para receber uma conotação menos tangível: a ideia de *hard power* cede lugar ao *soft power*” (MARQUES, 2005, p. 60). No exercício da persuasão, a articulação de consensos e a intermediação de interesses conflitantes requerem credibilidade e confiança. Nesse sentido, conforme argumentado no terceiro capítulo, o chamado acumulado histórico da política exterior brasileira consiste em elemento importante para dar previsibilidade, consistência e coerência à atuação do Brasil no cenário internacional. Nesse quadro, é possível afirmar que os princípios orientadores da Cobradi estão alinhados aos princípios mais amplos da política exterior brasileira, definidos por Cervo (2008) como autodeterminação, não-intervenção, solução pacífica de controvérsias, juridicismo, multilateralismo normativo, ação cooperativa e não-confrontacionista, parcerias estratégicas, realismo e pragmatismo, cordialidade oficial no trato com os vizinhos, desenvolvimento como vetor e independência de inserção internacional.

Desse modo, a construção de identidade do Brasil como potência média, como Estado que consegue afetar o sistema internacional, ainda que de modo limitado, por meio de ações coordenadas e de instituições multilaterais, destaca a atuação brasileira em termos de *soft power*. Conforme mencionado, Nye afirma que um Estado encontra menos resistência na busca por seus interesses próprios quando seu poder é considerado legítimo por outros Estados, perspectiva condizente com o conceito gramsciano de hegemonia, concebida como dominação exercida com base no consenso mais do que no uso da força. Tal perspectiva reconhece a existência de lutas entre discursos competitivos nas estratégias de persuasão e legitimação. Retomando o argumento de van Leeuwen (2008), todo sistema de poder busca estabelecer e manter a crença em sua legitimidade, sendo que a linguagem consiste no instrumento mais importante para esse fim, por isso a opção pela Análise de Discurso Crítica definida neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica – ADC, este trabalho teve como ponto de partida a percepção de que existem lutas hegemônicas travadas pelo Brasil no e pelo discurso sobre a Cooperação Brasileira para Desenvolvimento Internacional – Cobradi. Este trabalho buscou analisar a dimensão discursiva da Cobradi, inserida no contexto mais abrangente da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID, explorando como pronunciamentos oficiais específicos sobre a Cobradi permitem entrever usos estratégicos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e possíveis mecanismos de poder articulados, e que implicações potenciais essas disputas discursivas podem ter sobre a identidade nacional brasileira e sobre a atuação do Brasil no cenário internacional de maneira mais ampla.

Dentro de uma perspectiva transformacional da sociedade em termos de luta hegemônica, esta pesquisa buscou realizar três tipos de análise: análise da conjuntura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – CID; análise da prática particular da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional – Cobradi; e análise do discurso oficial brasileiro sobre a Cobradi, utilizando textos de pronunciamentos oficiais brasileiros como material empírico.

Tendo em vista a trajetória da cooperação internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial, é possível afirmar que houve uma reestruturação da agenda da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no início do século XXI. Essa reestruturação é analisada, neste trabalho, através de uma perspectiva transformacional da sociedade em termos de luta hegemônica, destacando a reconfiguração do cenário geopolítico mundial pós-Guerra Fria e a evolução do pensamento sobre desenvolvimento como fatores importantes nesse processo de reestruturação.

Desse modo, é possível afirmar que desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a década de 1990, a cooperação internacional esteve inserida, de maneira geral, na lógica de um mundo bipolar, o que limitava as possibilidades de cooperação entre os diversos países do mundo. Além disso, a cooperação internacional esteve, em maior ou menor grau, baseada em um conceito de desenvolvimento voltado para o

crescimento econômico, pois, apesar do surgimento das questões socioambientais na década de 1970, tais questões ganharam força na agenda internacional especialmente a partir dos anos 1990, após a chamada “década perdida” de 1980.

A configuração posterior, a de um mundo multipolar, propiciou a diversificação de parcerias no âmbito da cooperação internacional, favorecendo o surgimento de novos arranjos no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento, como a chamada Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Trilateral, bem como a atuação de novos atores, como Organizações Não-Governamentais, sociedade civil e setor privado. Nesse novo momento, apesar de divergências e contradições acerca do conceito de desenvolvimento, é possível afirmar que o discurso dominante sobre desenvolvimento tornou-se mais abrangente, tendo como prioridade as questões sociais e ambientais juntamente com as econômicas. O Relatório publicado pelo CAD/OCDE em 1996, o estudo realizado pelo Banco Mundial em 1998, o Consenso de Monterrey de 2002, os Fóruns de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda e as discussões em andamento sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável sugerem a maior abrangência do discurso sobre desenvolvimento nas instâncias internacionais.

Nesse momento em que o pensamento sobre desenvolvimento volta-se para questões mais abrangentes, como meio ambiente, direitos humanos e questões culturais, defendendo o aumento da qualidade de vida das pessoas de maneira sustentável, a cooperação internacional passou a ser avaliada não mais simplesmente pelo volume de recursos envolvidos, mas pela eficácia de suas ações. Nesse sentido, novas oportunidades e novos desafios começaram a surgir no início do século XXI para todos os atores envolvidos na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, sendo esse o contexto de expansão da atuação brasileira através da Cobradi.

No que se refere ao Brasil, a atuação brasileira no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento foi iniciada na condição de “recipiendário”. Com o passar do tempo, o país passou a desenvolver um modelo dualista, atuando de forma crescente como prestador em ações de cooperação internacional sem renunciar à sua condição inicial. Na década de 1970, o Brasil realizou suas primeiras iniciativas de cooperação internacional prestada a outros países em desenvolvimento. No entanto, a chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

alcançou dimensão reconhecidamente mais expressiva durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), voltada especialmente a países da América Latina e países africanos.

O aumento das ações e dos recursos provenientes do governo brasileiro direcionados à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento se deu acompanhado de uma construção discursiva do próprio governo, ressaltando os princípios orientadores da atuação brasileira, como solidariedade, horizontalidade, respeito à soberania, ausência de condicionalidades, entre outros. Conforme argumentado, é possível afirmar que o discurso do governo brasileiro sobre a Cobradi resgata princípios tradicionais da política exterior brasileira e se coloca de forma crítica aos padrões da chamada Cooperação Norte/Sul, apoiando novos arranjos no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento e reafirmando a posição de destaque do Brasil nesse contexto.

Desse modo, retomando as questões de pesquisa colocadas na introdução deste trabalho, a análise dos pronunciamentos brasileiros sobre a Cobradi permitiu entrever usos estratégicos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e mecanismos de poder articulados, tendo em vista o sentido contra-ideológico do discurso brasileiro, inserido em um movimento contra-hegemônico frente ao padrão tradicional da chamada Cooperação Norte-Sul que, ao mesmo tempo, opera no sentido de estabelecer e sustentar de relações assimétricas de poder entre o Brasil e outros países em desenvolvimento, operando ideologicamente por meio de dissimulação, legitimação e unificação.

Os pronunciamentos brasileiros analisados (re)constróem o significado de CID propondo uma ruptura com o sentido assistencialista do padrão hegemônico da Cooperação Norte-Sul, defendendo o estabelecimento de relações horizontais entre os países em uma perspectiva de cooperação e parceria. Tais disputas discursivas colocam o Brasil em posição intermediária entre os países do Norte e os países do Sul, o que reflete e reforça construção da identidade nacional brasileira como potência média, ou *system-affecting state* (KEOHANE, 1969): um Estado que não tem capacidade de agir unilateralmente de forma eficiente, mas que consegue afetar o sistema internacional, de modo limitado, por meio de ações concertadas e de instituições multilaterais. A partir dessa perspectiva, este trabalho buscou abordar a

atuação brasileira em termos de *soft power* (NYE JR., 1990), tendo em vista a tentativa de estabelecer consensos baseados em princípios, ideias, valores e instituições compartilhados e considerados legítimos, mas que, ao mesmo tempo, constituem recursos de influência e poder. Tal perspectiva reconhece a existência de lutas entre discursos competitivos nas estratégias de persuasão e legitimação, por isso a importância da linguagem nos processos de disputa de poder.

A partir das análises realizadas neste trabalho, parece pertinente investigar, em pesquisas futuras, a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional no contexto posterior a 2010. O discurso brasileiro sobre a Cobradi é mantido após 2010? Como se caracteriza a política brasileira de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento a partir de 2011? Existem continuidades ou rupturas em relação ao período 2003-2010? Como o Brasil se posiciona discursivamente sobre a cooperação internacional em um momento de maior instabilidade econômica e política durante o governo Dilma Rousseff?

Este trabalho limita-se à análise da dimensão discursiva da prática da cooperação internacional brasileira, explorando como mecanismos de poder operam no e pelo discurso brasileiro, bem como seus possíveis efeitos sobre a atuação do Brasil no cenário internacional de maneira mais ampla, de acordo com o referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica. No entanto, a partir das análises desenvolvidas, parece possível também levantar questões de outra natureza acerca da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

Considerando o discurso brasileiro sobre a Cobradi como investimento simbólico, parece possível afirmar que o Brasil alcançou ganhos importantes em decorrência da aproximação com a África e com os países em desenvolvimento de maneira geral. Do ponto de vista econômico, por exemplo, as exportações brasileiras para os países africanos, considerados de forma conjunta, começou a aumentar de maneira expressiva a partir de 2004. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior¹⁹, as exportações brasileiras para África passaram de USD\$ 2,862,003,914, em 2003, para USD\$ 4,247,699,268, em

¹⁹ Disponível em: www.mdic.gov.br

2004, e desde então apresentaram aumentos consecutivos e substanciais, chegando a USD\$ 10,169,567,120, em 2008, e a USD\$ 12,224,792,600, em 2011.

Além dos ganhos econômicos decorrentes do aumento das exportações, o Brasil obteve importantes ganhos políticos no cenário internacional por meio da aproximação com os países em desenvolvimento. Em junho de 2011, José Graziano da Silva, encarregado pela implementação do Programa Fome Zero durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, instância internacional de maior importância em matéria de agricultura. Além de Graziano, o espanhol Miguel Ángel Moratinos, o austríaco Franz Fischler, o indonésio Indroyono Soesilo, o iraniano Mohammad Saeid Noori Naeni e o iraquiano Abdul Latif Rashid concorreram ao posto. A etapa final das eleições, disputada entre Graziano e Moratinos, resultou em 92 votos para Graziano e 88 para Moratinos, totalizando 180 votos da Organização. A Embrapa teve papel de destaque na campanha de Graziano, o qual reconheceu publicamente o papel importante da atuação da instituição brasileira no exterior para a conquista do apoio dos países africanos²⁰.

Ainda em relação aos ganhos políticos internacionais, em maio de 2013, Roberto Carvalho Azevêdo, diplomata brasileiro de carreira, foi eleito Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, uma das instâncias decisórias internacionais mais relevantes para a política exterior brasileira. Entre os nove candidatos iniciais, um era proveniente de país desenvolvido (Nova Zelândia) e os outros de países em desenvolvimento (Brasil, México, Costa Rica, Coreia do Sul, Indonésia, Gana, Quênia e Jordânia). A etapa final foi disputada entre Roberto Azevêdo e Herminio Blanco, do México. O número de votos alcançados pelos candidatos não foi divulgado. No entanto, é importante destacar que Azevêdo ganhou as eleições da OMC sem o apoio dos EUA e da União Europeia. De acordo com informações amplamente divulgadas na mídia, Azevêdo teria obtido forte apoio de países Africanos e de outros países em desenvolvimento²¹.

²⁰ Informação disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-02-16/embrapa-tem-sido-importante-no-apoio-africano-de-candidatura-brasileira-fao-diz-graziano>. Acesso em março/2015.

²¹ Informação disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/roberto-azevedo-ganha-disputa-pelo-comando-da-omc-8318190#ixzz3Vj5x3MAj>. Acesso em março/2015.

Isso não significa afirmar que o aumento das exportações brasileiras aos países africanos, a eleição de José Graziano para a FAO e a de Roberto Azevêdo para a OMC são consequências diretas e únicas do investimento simbólico brasileiro ou da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional. Conforme mencionado, as pretensões deste trabalho limitam-se à análise discursiva da Cobradi e de possíveis efeitos sociais do discurso brasileiro.

No entanto, parece possível considerar que o posicionamento brasileiro no cenário internacional como potência média, como país intermediário entre o Norte e o Sul, refletida, reforçada e construída no e pelo discurso sobre a Cobradi, pode ter contribuído para construir ou reforçar a identidade brasileira como parte e porta-voz dos países do Sul, com legitimidade para atuar em nome dos países em desenvolvimento, favorecendo o apoio dos países africanos aos pleitos brasileiros. Nesse sentido, parece pertinente questionar, em pesquisas futuras, as relações entre a Cobradi e o aumento das exportações aos países africanos no período 2003-2010, bem como as relações entre a Cobradi e o apoio dos países africanos aos pleitos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. *et al.* **A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989.** Rio de Janeiro. Elsevier, 1990.

AFONSO, M. M.; FERNANDES, A. P. **Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento.** Instituto Marquês de Valle Flôr, Lisboa, 2005.

ALVES, Ana. **O conceito de hegemonia:** De Gramsci a Laclau e Mouffe. Revista Lua Nova, São Paulo, n° 80: p. 71-96, 2010.

BRASIL. Decreto n° 28.799, de 27 de outubro de 1950

_____. Decreto n° 45.660, de 30 de março de 1959

_____. Decreto n° 65.476, de 21 de outubro de 1969

_____. Decreto n° 56.979, de 1 de outubro de 1965

_____. Decreto n° 6.5476, de 21 de outubro de 1969

_____. Decreto n° 94.973, de 25 de setembro de 1987

_____. Decreto n° 2.070, de 13 de novembro de 1996

_____. Lei n° 9.474, de 22 de julho de 1997

CORREA, Marcio Lopes. **Prática Comentada da Cooperação Internacional:** Entre a hegemonia e a busca de autonomia. Brasília, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília, Editora UnB, 2010.

_____. **Inserção internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CMMAD. **Our Common Future.** 1987.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRGLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity:** Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh University Press, 1999.

DAI, Xinyuan; SNIDAL, Duncan. International Cooperation Theory. In **The International Studies Encyclopedia.** ISBN: 9781444336597. Edited by: Robert A. Denemark, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing discourse:** Textual analysis for social research. Routledge, 2003

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edicoes Graal, 1978.

HOADLEY, J. Stephen. The Rise and Fall of Basic Needs Approach. In **Cooperation and Conflict**, XVI, 149-164, 1981.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, 2014

IPEA; ABC. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009**. IPEA: ABC, 2010.

IPEA; ABC. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010**. IPEA: ABC, 2013.

KANBUR, Ravi. **The Economics of International Aid**. Cornell University. Novembro, 2003.

KEOHANE, Robert O. Lilliputians' Dilemmas: Small States in Internatinal Politics. **International Organization**, 23, pp 291-310, 1969.

LEITE, Iara Costa et al. **Brazil's engagement in International Development Cooperation**: the state of the debate. Institute of Development Studies, 2014.

LOWE, N. **História do Mundo Contemporâneo**. Porto Alegre: Penso, 2011. 4^a ed.

MAGALHÃES, Izabel. Teoria Crítica do Discurso e Texto. In **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 113-131, 2004.

MARQUES, Sylvia Ferreira. **A imagem internacional do Brasil no governo Cardoso (1995-2002)**: Uma leitura construtivista do conceito de potência média. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO, 2005.

MOREIRA, S. B.; CRESPO, N. **Development economics** – from the traditional approaches to the new concepts. University of Latvia, 2012.

MRE. **Relatório de Assistência Humanitária**. GTI-AHI 2006-2009.

NYE Jr., Joseph S. **Bound to Lead**: The Changing Nature of American Power. Basic Books, Inc., Publishers, New York, 1990.

_____. **Soft power**: the means to success in world politics. PublicAffairs, 2004.

_____. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OCDE. **Rome Declaration on Harmonisation**. 2003.

_____. **Accra Agenda for Action**. 2008.

_____. **Busan Partnership for Effective Development Co-operation**, 2011.

_____. **Measuring Aid: 50 Years of DAC Statistics – 1961-2011.** OECD, 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/stats/documentupload/MeasuringAid50yearsDACStats.pdf>

_____. **Shaping the 21st Century.** The Contribution of Development Co-operation. 1996.

PINO, B. A. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. In **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v.5, n.8, p. 5-23, janeiro/2006.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano.** 1990.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano.** 2013.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias Puente. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa:** a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005. FUNAG, Brasília, 2010.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso (para a Crítica):** O Texto como Material de Pesquisa. Campinas, Pontes, 2011.

RAMANZINI JR., Haroldo. **Processo Decisório de Política Externa e Coalizões Internacionais: As Posições do Brasil na OMC.** Universidade de São Paulo, 2009.

RIST, Gilbert. **The history of development:** from western origins to global faith. Zed Books, 2008.

ROSTOW, W. W. **The Take-Off Into Self-Sustained Growth.** The Economic Journal, Vol. 66, n. 261, p. 25-48, mar. 1956.

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e seus malefícios:** A promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo, Futura, 2002.

STIGLITZ, Joseph E. **More Instruments and Broader Goals:** Moving toward the Post-Washington Consensus. WIDER Annual Lectures 2, The United Nations University, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Vozes, 1995.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice:** New tools for Critical Discourse Analysis. Oxford University Press, 2008.

WORLD BANK. **Assessing Aid:** What Works, What Doesn't, and Why, 1998.

ZAHARAN, G.; RAMOS, L. From hegemony to soft power: implications of a conceptual change. In: PARMAR, I.; COX, M. **Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, historical and contemporary perspectives**. Routledge, 2010.

Corpus dos textos analisados:

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola, em Luanda, em 3 de novembro de 2003. In Resenha de Política Exterior do Brasil, N° 93, 2° semestre de 2003, Ano 30, ISSN 0101 2428.

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na leitura de comunicado conjunto, em Libreville, Gabão, em 27 de julho de 2004. In Resenha de Política Exterior do Brasil, N° 95, 2° semestre de 2004, Ano 31, ISSN 0101 2428.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da República dos Camarões, Paul Biya, em Iaundê, no dia 10 de abril de 2005. In Resenha de Política Exterior do Brasil, N° 96, 1° semestre de 2005, Ano 32, ISSN 0101 2428.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika, em Argel, Argélia, em 9 de fevereiro de 2006. In Resenha de Política Exterior do Brasil, N° 98, 1° semestre de 2006, Ano 33, ISSN 0101 2428.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de audiência com Embaixadores africanos, Brasília, 25 de maio de 2007. In Resenha de Política Exterior do Brasil, N° 100, 1° semestre de 2007, Ano 34, ISSN 0101 2428.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de descerramento de placa alusiva à visita às instalações do escritório regional da Embrapa na África. Acra, Gana, 20/04/2008. In Resenha de Política Exterior do Brasil, N° 102, 1° semestre de 2008, Ano 35, ISSN 0101 2428.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com o Presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma – Brasília-DF, Palácio Itamaraty, 19/08/2009. In Resenha de Política Exterior do Brasil, N° 105, 2° semestre de 2009, Ano 36, ISSN 0101 2428.

Pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante almoço oferecido à Presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf – Palácio Itamaraty, Brasília, 07/04/2010. In Resenha de Política Exterior do Brasil, N° 106, 1° semestre de 2010, Ano 37, ISSN 0101 2428.

ANEXOS

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola, em Luanda, em 3 de novembro de 2003

É imensa minha satisfação em inaugurar este encontro de trabalho.

Queremos examinar aqui, com as autoridades angolanas, extenso conjunto de temas de interesse comum para nossos países.

Como resultado desse esforço, estou certo de que iremos firmar novos acordos que impulsionarão ainda mais o nosso relacionamento.

Gostaria de agradecer a todos os membros do Governo de Angola e do Brasil que participam desta reunião.

Obrigada por seu trabalho, por seu entusiasmo e por sua contribuição para levar adiante esta já antiga e sólida amizade entre os dois países irmãos.

Quero dedicar um agradecimento especial ao Presidente José Eduardo dos Santos, pelo carinho que tem pelo Brasil e pelos brasileiros, e pela dedicação à promoção de nossas relações bilaterais.

Devo felicita-lo muito especialmente pelo fato de nos encontrarmos, hoje, em um país em paz. A nação angolana, após décadas de sofrimento, pôde retomar o caminho da reconciliação nacional e da prosperidade. Com sabedoria e visão de futuro, Angola pode voltar-se também para os problemas de sua região.

Merece reconhecimento a ação diplomática angolana para o bom encaminhamento da questão da República Democrática do Congo, bem como no que concerne às crises em Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe – nossos parceiros na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Senhor Presidente,

Associados de longa data, Angola e Brasil preparam-se para consolidar e aprofundar sua cooperação.

Este país é hoje o principal beneficiário dos programas de cooperação técnica brasileiros. Angola é ainda o destino de parte considerável dos investimentos externos do Brasil, além de contar com sistema de crédito por parte do Governo brasileiro, que tem funcionado de maneira eficiente.

Por isso, nossas relações inscrevem-se em um contexto de afinidades espontâneas e solidariedade recíproca. Essas circunstâncias explicam por que Angola é, desde sua independência, uma prioridade de nossa diplomacia.

Antevemos um futuro de paz, democracia e desenvolvimento social e econômico. Uma Angola forte e próspera poderá ser o motor do avanço de toda uma região. O

desenvolvimento de Angola refletir-se-á em benefícios também para o Brasil, e vice-versa.

Senhor Presidente,

Nossos companheiros de governo tratarão, hoje, da cooperação em áreas como agricultura, educação e formação profissional, entre outros. O objetivo é contribuir para o processo de reconstrução nacional angolano.

Na área agrícola, as possibilidades são extremamente promissoras. A EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, instituição de reconhecida excelência, apoiará o projeto de fortalecimento dos Institutos de Investigação Agrônômica e Veterinária de Angola.

Há projetos em matéria de extensão rural e agricultura familiar, áreas relevantes para o desenvolvimento rural sustentável, e, claro, para o combate à fome e à miséria.

Na área de saúde, queremos trabalhar juntos em matéria de imunizações e malária. O Brasil quer também continuar a apoiar Angola no combate à devastadora epidemia de SIDA.

Tenho, igualmente, grande expectativa em torno da execução do acordo, assinado há pouco mais de um ano, relativo ao apoio brasileiro à reestruturação do programa de ensino básico e médio em Angola. O Brasil entende a fundamental importância do programa angolano “Escola para Todos” e quer contribuir, conforme as orientações e prioridades do governo angolano, para seu bom encaminhamento.

Senhor Presidente,

Os documentos que subscrevemos ao fim destes encontros marcarão os novos caminhos da nossa cooperação. Um bom exemplo é o Protocolo de Intenções na Área de Meio Ambiente. O tema, praticamente novo na agenda bilateral, poderá ter desdobramentos positivos, inclusive na área de licenciamento ambiental.

Será assinado, também, um Programa de Trabalho sobre Cooperação Científica e Tecnológica. Esse documento reflete a determinação de estendermos a nossos cidadãos os benefícios dos avanços do conhecimento.

No setor petrolífero, contemplamos a participação da Petrobras e da Agência Nacional de Petróleo em projetos de cooperação técnica, como o levantamento de dados em bacias terrestres de produção.

Há, ainda, um acordo a ser assinado entre o Ministério da Juventude e Desportos de Angola e o Ministério do Esporte do Brasil, para projetos de apoio ao Instituto de Formação de Quadros de Administração Local (IFAL) de Angola, bem como a cooperação para modernização do Estado.

A extensa e diversificada agenda bilateral inclui vários outros temas igualmente relevantes.

Temos, igualmente, ampla gama de temas regionais e multilaterais de interesse comum.

Devemos demonstrar capacidade de compartilhar pontos de vista e articular posições sobre temas como comércio internacional, direitos humanos, cooperação internacional para o desenvolvimento, reforma das Nações Unidas, entre tantos outros.

Dentro de poucos meses, Brasil e Angola estarão ocupando simultaneamente assentos no Conselho de Segurança, coincidência que deve ser aproveitada para aumentarmos nossa sintonia em temas relacionados com a paz e segurança internacionais, com vistas a uma participação coordenada e afirmativa em favor da solução pacífica de conflitos e do multilateralismo.

Isso tudo sem falar nos interesses que nos unem na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, que atualmente tenho a honra de presidir.

Senhor Presidente,

Estou seguro de que nossos trabalhos, no dia de hoje, contribuirão para a construção de um relacionamento ainda mais consistente e produtivo, baseado nos tradicionais laços que unem Angola e Brasil.

Queria dizer ao Presidente José Eduardo que a nossa visita a Angola é o cumprimento de um compromisso histórico. Em primeiro lugar, do meu partido; em segundo lugar, do meu programa de governo. Essa visita visa a fazer um sinal para dentro e para fora do Brasil.

Queremos estreitar e aprimorar ainda mais a boa relação existente entre Angola e Brasil. Entendemos que o Brasil, como um país de língua portuguesa, economicamente mais forte e maior em população, precisa fazer gestos concretos de solidariedade e de generosidade e, ao mesmo tempo, dar sinais para o resto do mundo de que o Brasil tem dívidas históricas com o continente africano, com Angola. O Brasil quer, com gestos e com políticas afirmativas, concretas, resgatar a nossa relação que, durante tanto tempo, ficou um pouco esquecida.

Quero terminar agradecendo ao Presidente José Eduardo pelo apoio que tem dado à aspiração do Brasil de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, e dizer ao Presidente que nesses próximos três anos de mandato que tenho como Presidente da República do Brasil, dedicarei todo esforço possível, de todo o meu governo, para que a relação entre Angola e Brasil seja a mais perfeita e a mais produtiva possível. Se depender de nós, queremos fazer em três anos aquilo que, possivelmente, não tenhamos feito durante tantos anos. Isso não é nenhum favor. É apenas fazer justiça com um povo que tanto contribuiu para que o Brasil fosse o que é hoje.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de jantar de gala oferecido pelo Presidente do Gabão, Omar Bongo, em Libreville, em 27 de julho de 2004

Foi com grande prazer que aceitei o convite de Vossa Excelência para vir a este país irmão, em retribuição à sua visita ao Brasil em 2002.

Desde que assumi o cargo de Presidente do Brasil, decidi que as relações com a África estariam dentre as prioridades de meu governo.

A África influenciou decisivamente a formação da identidade nacional brasileira. Na visita que faço a este belo país, retorno às origens de nosso povo. Ressalto a contribuição bantu na cultura brasileira. O maculelê, a capoeira, o próprio samba brasileiro nasceram nesta região, onde está situado o Gabão, e foram levados para o Brasil pelos cerca de 700 mil bantus que chegaram às terras brasileiras entre 1680 e 1830.

Quando menino, no meu estado natal, Pernambuco, assisti o maracatu, dança popular trazida pela gente bantu.

Senhor Presidente,

Brasil e Gabão compartilham opiniões sobre temas importantes da agenda internacional. Acreditamos no multilateralismo. Ele é o caminho para chegarmos a um mundo mais democrático e justo. O Brasil defende a reforma das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança. Vossa Excelência foi o primeiro presidente africano a defender, ainda em 1977, um assento permanente para a África. Aproveito para agradecer o apoio do Gabão à aspiração brasileira de um lugar permanente nesse Conselho.

Gostaria, também, de cumprimentá-lo pela eleição do Ministro Jean Ping à Presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas em 2004. Trata-se de justo reconhecimento ao dinamismo da política externa de Vossa Excelência e às qualidades pessoais de seu Chanceler.

Caro amigo Presidente,

O desenvolvimento dos povos é condição prioritária para a paz e para a preservação da democracia. É necessário que a comunidade internacional se comprometa em erradicar a fome e a pobreza. Não é possível permanecer indiferente e impassível diante do espetáculo de populações famintas perambulando por um mundo rico em recursos. Conto com a presença de Vossa Excelência no Encontro de Líderes Mundiais sobre o Combate à Fome e à Pobreza, em 20 de setembro próximo, em Nova York. Vamos lá discutir soluções concretas

e realistas para combater esses flagelos. Senhoras e senhores,

Desejo expressar meu reconhecimento à Comunidade Econômica dos Estados da África Central, e a meu anfitrião, em particular, por seus esforços na mediação de conflitos no Continente.

O Brasil entende que a paz é condição necessária para o desenvolvimento dos povos da África. Este continente conta com vasto patrimônio de recursos naturais. Mais do que isso, conta com valiosos recursos humanos e com a capacidade e a maturidade de seus povos para idealizar e implementar seu futuro. Verifico, com satisfação, os progressos da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), corajoso compromisso da sociedade africana com seu próprio destino.

Senhor Presidente,

O aprofundamento de nossas relações com a África, além de um dever moral, é necessidade estratégica. A ordem econômica mundial apresenta dificuldades e desafios que só poderão ser superados por meio da aproximação solidária dos países em desenvolvimento. Quando articulamos nossas posições, nossa capacidade de influir sobre as decisões internacionais é enorme. Provamos isso em Cancun, na Conferência da OMC. Unidos, pudemos dar novo rumo a essas negociações, de acordo com nossos interesses nacionais e regionais. Devemos continuar a agir assim.

Presidente Omar Bongo,

São muitos os campos em que podemos estabelecer parcerias, no melhor espírito da cooperação Sul-Sul. A experiência brasileira em mineração, construção de estradas em meio tropical e geração de energia elétrica pode ser útil para o Gabão. Vejo com agrado a presença da Companhia Vale do Rio Doce na exploração de manganês em seu país. Estou seguro de que essa empresa tem condições de levar a cabo a tarefa que lhe foi confiada.

A conclusão do acordo de renegociação da dívida gabonesa com o Brasil estimulará empresas brasileiras a participarem em obras públicas do Gabão. Acabamos de estabelecer um primeiro projeto de cooperação para o combate à malária. Ele tem significado especial. Representa um passo na estratégia maior do combate à pobreza.

Sou portador de uma doação de medicamentos produzidos no Brasil contra o vírus HIV/SIDA, este inimigo implacável que ameaça o continente africano. O Protocolo de Intenções sobre Pequenas e Médias Empresas, entre nossos países, permitirá a formação, no Brasil, de técnicos gaboneses nos setores que seu país considere prioritários.

Finalmente, é motivo de grande satisfação para mim a cooperação agrícola que o Brasil pode desenvolver com o Gabão, sobretudo no cultivo da mandioca. Os instrumentos internacionais que assinaremos reforçarão uma cooperação que desejo ver ampliada sempre mais.

Meu caro amigo Presidente,

Disse ao Chanceler Jean Ping, em nosso recente encontro em Brasília, que desejava que minha visita ao Gabão pudesse representar uma nova fase nas relações entre os nossos países. Vamos ampliar nosso diálogo, intensificar nossos contatos econômicos, reforçar a cooperação bilateral, revitalizar os vínculos culturais forjados pela história.

Agradeço a Vossa Excelência a calorosa acolhida com que fui recebido em minha chegada a Libreville.

Desejo saudar esta nova etapa da amizade brasileiro-gabonesa. Convido os presentes a brindarem - em meu nome e no nome do povo brasileiro - à felicidade pessoal de Vossa Excelência e à prosperidade do povo gabonês.

Muito obrigado

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da República de Camerun, Paul Biya, em Iaundê, no dia 10 de abril de 2005

Minha visita a Camerun tem um sentido muito especial. Vim aqui descobrir a “miniatura da África”, como é carinhosamente conhecido vosso país. País de riquezas e de diversidade étnica, que espelham as potencialidades de um continente. Aqui se forjou uma nação que superou diferenças e fundiu heranças para criar um futuro comum.

Senhor Presidente,

Camerun foi um dos países mais receptivos à nossa iniciativa de relançar as relações com a África. Em reconhecimento, decidimos reabrir nossa embaixada em Iaundê. Nossa decisão é uma aposta na reaproximação com o Camerun e com todo o Continente.

Asseguro-lhe que, desta vez, o Brasil veio para ficar. A reativação da Embaixada consolida nossa cooperação. Já colhemos os primeiros frutos do renovado impulso dos últimos dois anos.

Graças às missões que Camerun enviou ao Brasil em 2004, multiplicaram-se iniciativas bilaterais. Exploramos complementaridades para multiplicar nossas potencialidades. É o caso do programa de cooperação técnica sobre o cacau.

O Brasil pode ajudar a aperfeiçoar essa cultura agrícola tradicional, uma das grandes riquezas deste país e fonte inestimável de recursos para o agricultor local.

Os altos níveis de alfabetização da população de Camerun refletem a consciência do papel central da educação na superação do atraso. Queremos também assegurar a todos esse direito de tornarem-se cidadãos plenos. O Programa Executivo em Educação Superior, que assinaremos, favorece o intercâmbio de professores universitários.

Estamos criando condições para nos conhecermos melhor. Com esse mesmo intuito, meu Governo está empenhado em aumentar o número de bolsas de estudo para estudantes de Camerun no Brasil. Agradeço, de modo particular, a disposição de seu país de indicar professores visitantes de História e Literatura Africana para lecionarem no Brasil.

Como repositório da cultura Bantu, Camerun contribuiu decisivamente para a formação da identidade brasileira. A vinda desses professores permitirá aos brasileiros melhor conhecer nossa herança e, portanto, a nós mesmos.

A assinatura de Protocolo de Intenções no campo da saúde pública abre possibilidades de colaboração em prol do desenvolvimento e do bem-estar de nossos povos.

Nossas complementaridades são promissoras no campo do comércio bilateral, que ainda não reflete o potencial de nossas economias. Um poderoso impulso nessa direção pode vir de uma retomada na atuação de empresas de engenharia brasileiras na construção da infraestrutura de energia e transportes de Camarões.

Estou empenhado em que possam contribuir, de forma expressiva, para o desenvolvimento de uma das mais dinâmicas economias da Comunidade de Países da África Central.

Presidente Biya,

A prosperidade que estamos construindo para nossos povos tem de ser usufruída por todas as nações. Infelizmente, não evoluímos, ainda, a ponto de repartir a ceia do Planeta. Os avanços do conhecimento humano não foram suficientes para garantir a todos o indispensável à sobrevivência.

Agradeço a acolhida de seu Governo às iniciativas que o Brasil avançou no Encontro de Líderes para uma Ação contra a Fome e a Pobreza, em Nova Iorque, setembro passado. Contamos com o apoio de Camerun a propostas concretas para arrecadar recursos para o financiamento do desenvolvimento.

Esses recursos, além da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, são fundamentais para os países pobres desenvolverem estratégias de crescimento de longo prazo.

Precisamos mudar as relações de força no mundo. Não podemos ser observadores passivos de decisões que afetam diretamente nosso destino. O comércio internacional pode ajudar a erradicar a pobreza e a fome. Juntos, temos de lutar pela eliminação dos pesados subsídios e de outras medidas protecionistas praticadas pelos países ricos.

Por meio do G-20, temos lutado para que os

produtos agrícolas dos países em desenvolvimento sejam remunerados em níveis compatíveis com seu valor de mercado e com a dignidade de seus produtores. Só assim conseguiremos derrubar o muro que divide a Humanidade entre ricos e pobres.

A democratização do mundo passa também pela reforma da ONU. Por isso, o Brasil apoiou, desde o início, os esforços do Secretário-Geral da ONU para ampliar o Conselho de Segurança, tornando-o mais legítimo e representativo da realidade atual.

O Brasil saúda a decisão tomada pela União Africana de defender maior presença de países em desenvolvimento como membros permanentes do Conselho de Segurança. É inaceitável que continentes inteiros, como a África – com 54 países e centenas de milhões de habitantes – não tenham representação permanente em um Conselho de Segurança renovado.

O Brasil defenderá com firmeza essa posição, ao mesmo tempo em que agradecemos o gesto de simpatia de países como Camarões em relação às nossas aspirações.

Caro Presidente Paul Biya,

Agradeço a calorosa recepção e a generosa hospitalidade dispensada a mim e à minha delegação. Espero poder retribuí-las em solo brasileiro.

Convido os presentes a brindarem a amizade entre os povos do Brasil e de Camerun e a felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Chantal Biya.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika, em Argel, Argélia, em 9 de fevereiro de 2006

Agradeço ao querido amigo Bouteflika as tantas mostras de atenção e carinho dispensadas na minha chegada a Argel. Sua saudação, em particular, expressa a amizade que nos une. Simboliza os profundos laços que aproximam argelinos e brasileiros.

Desde os primeiros dias da heróica luta pela independência deste país, o povo brasileiro aprendeu a admirar uma Nação determinada a tomar seu destino nas próprias mãos. Admiração que só fez crescer diante da generosidade da Argélia ao acolher brasileiros perseguidos durante os tempos sombrios da repressão e autoritarismo que meu país atravessou. Relembro aqui, em particular, e com gratidão, a acolhida que a Argélia deu a este grande brasileiro que foi Miguel Arraes.

Amigo Presidente,

O retorno de Vossa Excelência, em plena saúde, à frente da Nação é garantia de que a Argélia continuará a desempenhar um papel central na política internacional, que continuará sendo referência obrigatória na luta dos povos pelo desenvolvimento e pela soberania.

Suas qualidades pessoais estiveram à mostra durante a visita de Estado que fez ao Brasil, em maio último, e que tenho hoje orgulho em retribuir. Marcaram sua atuação na Cúpula Árabe-Sul-

Americana, que tive o privilégio de co-presidir a seu lado. Pudemos contar com sua visão de estadista nesses dois grandes momentos que marcaram o relançamento das relações Argélia-Brasil.

A Cúpula Árabe-Sul-Americana foi uma iniciativa pioneira e ousada. Ela afeiçoou nossa vontade coletiva de transformar uma longa história de convivência em uma aliança entre blocos decididos a forjar seu lugar num mundo mais justo e solidário.

Temos a convicção coletiva de que o diálogo e o conhecimento mútuo são nossas principais armas para aproximar regiões, superar diferenças e unir gentes. Num momento em que o Mundo Árabe e a América do Sul vivem etapa decisiva na construção da democracia e na conquista do desenvolvimento, a comunidade internacional tem seus olhos voltados para nossas regiões. Por essa razão, é fundamental a parceira entre a Argélia e o Brasil.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil motivou propostas e oportunidades concretas de cooperação que expressam o potencial de povos desejosos de se conhecer melhor e explorar complementaridades.

Em sua visita ao Brasil, Vossa Excelência viu um país que avança no caminho da maturidade política e da abertura econômica com estabilidade, credibilidade e confiança. Um Brasil que tem o compromisso de conferir ao Estado a responsabilidade de promover as melhorias sociais e regionais, removendo obstáculos que ainda retardam nosso progresso rumo ao bem-estar coletivo. Um Brasil engajado na articulação de coalizões internacionais para promover os interesses dos necessitados e marginalizados.

Argélia e Brasil têm uma agenda comum: o combate à fome e à pobreza, a reforma das Nações Unidas, a cooperação Sul-Sul. Essa parceria é fundamental para revalorizar o multilateralismo. Queremos que nossa voz coletiva seja mais forte na arena mundial, que seja mais efetiva nossa participação nas organizações e nos processos internacionais de tomada de decisão. Temos uma contribuição a dar na construção de um mundo mais estável e solidário, engajado na superação das causas reais dos conflitos e da desesperança em que está mergulhada parte da humanidade.

Senhor Presidente,

Não cremos em conflitos de civilizações. Cremos, isto sim, na tolerância e na justiça social, nos planos interno e internacional. Cremos na igualdade de oportunidades, no respeito à autodeterminação dos povos e na solução pacífica dos conflitos.

O terrorismo é um mal que deve ser combatido com energia e tenacidade. Mas povos livres, bem alimentados e senhores dos seus destinos não terão por que recorrer ao terrorismo.

Temos que convencer os demais líderes do nosso mundo que é mais barato e mais eficaz combater a pobreza e as injustiças do que construir arsenais milionários, que apenas agravam a insegurança. Temos que construir nosso futuro comum não com base no medo, mas na esperança.

Por meio do G-20, no âmbito da OMC, onde esperamos brevemente acolher a Argélia, lutamos por um comércio internacional livre do protecionismo agrícola, que nega aos trabalhadores dos países mais pobres o direito de viver dignamente.

Nas Nações Unidas, devemos juntar esforços para fazer valer as aspirações dos países em desenvolvimento a uma participação mais igualitária nos principais foros da Organização, como o Conselho de Segurança e a Comissão de Construção da Paz.

O apoio da Argélia à iniciativa brasileira “Ação contra a Fome e a Pobreza” reforçou minha convicção de que é possível mobilizar os recursos necessários à erradicação dos bolsões de fome e de pobreza que ainda afligem milhões ao redor do mundo. Na reunião que teremos neste mês, em Paris, aprovaremos propostas concretas capazes de assegurar recursos adicionais em bases estáveis e previsíveis para os mais necessitados, sobretudo na África. Argélia e Brasil estão decididos a colaborar, cada vez mais, em favor do desenvolvimento deste continente que faz parte da identidade argelina e da alma brasileira.

A Argélia que visito hoje é um país que renasceu para o mundo, graças ao esforço e à determinação da sua liderança e, em particular, do seu Presidente. País africano, árabe e mediterrâneo, a Argélia ganhou a admiração e o respeito de seus parceiros ao pacificar-se, ao voltar a ter uma ativa política internacional e regional e ao engajar-se em um amplo programa de reformas políticas e econômicas.

Vossa Excelência tem sido um incansável promotor dessas reformas, da reinserção plena da Argélia na comunidade internacional e da pacificação interna. O povo argelino expressou, no referendo de setembro último sobre a “Carta para a Paz e a Reconciliação Nacional”, seu apego à convivência pacífica e democrática, repudiando a violência e o terrorismo.

A parceria entre Argélia e Brasil tem sólidas fundações. Nosso comércio bilateral alcançou, em 2005, três bilhões e duzentos milhões de dólares. Argélia é nosso primeiro parceiro árabe, o segundo africano e o sétimo entre os países em desenvolvimento. É também nosso primeiro fornecedor de petróleo e nafta. O Brasil é o sexto cliente da Argélia e, no comércio global, seu primeiro parceiro dentre os países em desenvolvimento. Esse relacionamento pode aprimorar-se e expandir-se, conforme ficou patente durante a recente missão chefiada por meus Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e de Minas e Energia.

O Brasil oferece condições de competitividade e oportunidades de cooperação com transferência de tecnologia. Abrem-se oportunidades para empresários brasileiros engajarem-se em projetos decisivos para o desenvolvimento argelino e na exploração de terceiros mercados. A parceria entre a Randon e a Cevital na construção de reboques rodoviários mostra o caminho. Vejo com satisfação que o projeto de reforma e ampliação da infra-estrutura argelina marca a volta dos serviços brasileiros de engenharia a este país, como na Barragem de Boussiaba. Convido os empresários argelinos a irem ao Brasil para conhecer o mercado brasileiro ou buscarem parcerias que os ajudem a ganhar competitividade e produtividade.

O Brasil dispõe de instituições de serviços de excelência aptas a fomentar a cooperação técnica entre nossos dois países em amplos setores onde temos potencial de complementaridade: agricultura, vigilância do território, pequena e microempresa, proteção ambiental, saúde, energia, serviços públicos. As duas gigantes do petróleo e do gás, a Petrobrás e a Sonatrach, têm vocação e meios para, em suas parcerias, construir relações sólidas.

Este é o compromisso do governo brasileiro. Queremos que a Argélia seja sócia do Brasil na construção de um mundo à altura das aspirações de nossos povos, que lutaram pelo direito de sonhar com um futuro melhor.

Meu amigo, caro Presidente Bouteflika,

Sei que 33 milhões de argelinos vão juntar-se aos brasileiros nesta Copa do Mundo. Sei que argelinos e brasileiros olham com fascínio a beleza plástica de movimentos das construções arquitetônicas de Oscar Niemeyer neste país. São muitos os laços que nos aproximam na luta pelo desenvolvimento econômico e social. Somos dois países que muito têm a oferecer um ao outro nesse empreendimento único que dá um sentido humano e digno à história que estamos construindo.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de audiência com Embaixadores africanos, Brasília, 25 de maio de 2007

Embaixador Martin Mbarga Nguete, Embaixador da República de Camarões e Decano dos Embaixadores africanos acreditados em Brasília, Senhores e senhoras Embaixadores, Ministro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, Nossa querida Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Meu companheiro Marco Aurélio, Meus amigos da imprensa, Meus caros amigos Embaixadores africanos em Brasília,

É um grande prazer recebê-los aqui, no momento em que comemoramos o Dia da África.

Logo após minha investidura no primeiro mandato, me reuni com os Embaixadores da África para conhecer seus sentimentos e sugestões sobre o estado e as perspectivas das relações entre

os países africanos e o Brasil. Reiterei, naquela ocasião, o que havia sido

minha promessa durante a campanha eleitoral de 2002: minha disposição de fazer das relações com a África uma das prioridades de nossa política externa.

Com a ajuda dos senhores e o apoio de seus governos, essas relações tiveram uma evolução muito significativa nos últimos quatro anos.

Quando nos reunimos pela primeira vez havia 15 Embaixadores africanos acreditados em Brasília. Hoje são 24 e, segundo fui informado, outras Embaixadas devem ser abertas proximamente.

Atualmente, o grupo africano é o segundo maior no corpo diplomático em Brasília, e muito em breve poderá ser o primeiro.

Nos quatro primeiros anos de meu governo reabrimos Embaixadas desativadas no passado e inauguramos representações diplomáticas e um Consulado-Geral, totalizando 13 novos postos. Hoje, temos 30 Embaixadas e dois Consulados- Gerais no continente africano.

O Brasil está empenhando todos os esforços para o aprofundamento das relações com a África. Tive o prazer e a alegria de visitar 17 países da África. Ainda em 2007, espero poder ampliar esse número de visitas, fazendo novas viagens a países do continente.

O Brasil já participa do desenvolvimento africano com investimentos, créditos, cooperação e intercâmbio tecnológico. Estamos contribuindo para que se acelere o renascimento do continente, hoje em curso, porque queremos ser sócios e queremos ser parceiros.

No campo da cooperação, estamos elaborando uma pauta fortemente inspirada no

desejo de promover o desenvolvimento social e voltada para a construção de sólida parceria em temas como agricultura, saúde, educação e energia. Privilegiamos a capacitação de profissionais, de modo a contribuir para que os africanos construam seu próprio futuro e escolham suas próprias opções de desenvolvimento.

Acredito que a oferta brasileira de cooperação na área dos biocombustíveis sintetiza bem o tipo de parceria que queremos construir com a África. Uma parceria capaz de produzir benefícios amplos e duradouros, com a criação de empregos, geração de renda, transferência de tecnologia e de conhecimento, desenvolvimento agrícola e industrial, abastecimento energético e proteção do meio ambiente. Espero que para essas questões e todas as demais que envolvam nossa cooperação no setor agrícola, possa contribuir a abertura da representação da Embrapa em Gana.

Também estamos avançando para um novo patamar nas trocas comerciais bilaterais. Entre 2003 e 2006, nosso intercâmbio aumentou 153%, com um incremento de 160% das exportações brasileiras e de 146% das importações provenientes da África. Ainda há muito por fazer, sobretudo para equilibrar os fluxos comerciais, mas penso que o mais importante já vem acontecendo: nossos empresários estão descobrindo o potencial do intercâmbio. Sabem que ainda existe muito por explorar, inclusive em termos de investimentos e de operações conjuntas.

Outra de nossas grandes conquistas foi despertar o interesse das companhias aéreas para a necessidade de linhas diretas entre o Brasil e o continente africano. Essas novas pontes sobre o Atlântico permitirão potencializar o crescente dinamismo de nossas trocas comerciais e turísticas. Como tenho repetido em diversas ocasiões, não se pode falar em integração e cooperação Sul-Sul se não conseguimos ir do Brasil à África sem fazer escala na Europa.

E essa dificuldade é partilhada pelos demais países da América do Sul, parceiros com os quais compartilhamos iniciativas de integração e de diálogo com a África e com grupos de países africanos, seja por intermédio do Mercosul, seja por intermédio da Unasul.

Caros amigos,

O Brasil e os países africanos defendem posições comuns no cenário internacional. Sabemos que os esforços de democratização não devem ficar restritos ao plano doméstico. Para concretizar nossos projetos nacionais de desenvolvimento, temos que democratizar as instâncias decisórias internacionais. O Conselho de Segurança será incapaz de enfrentar os novos desafios à paz e à segurança, enquanto continuar a excluir da categoria de membros permanentes regiões inteiras do mundo em desenvolvimento.

Nossos interesses econômicos e comerciais também serão melhor defendidos se privilegiarmos a coordenação e o diálogo, a exemplo do que fazemos atualmente na Organização Mundial do Comércio.

Caros Embaixadores,

Gostaria de encerrar reiterando o que tenho afirmado constantemente: a ênfase que temos dado às nossas relações com a África é, em grande medida, o reconhecimento

da contribuição que esse continente irmão deu à formação do nosso Brasil. Em cada momento de nossa história econômica, social, política e cultural são inúmeras as marcas da presença africana. Em nossa pele, em nossa alegria, em nossa culinária, em nossa música, enfim, em tudo aquilo que muitos chamam de civilização brasileira é sentida a presença marcante daqueles milhares de homens e mulheres que para cá vieram, forçados pelo tráfico escravo. Estamos tentando resgatar essa dívida histórica.

Saibam, caros Embaixadores, que o Brasil tem um enorme orgulho da presença africana em nosso País e de sermos o país que tem a segunda maior população negra do mundo. Que nossos laços de sangue, história e cultura sigam consolidando nossa amizade e a de nossos povos. É preciso que assim seja para que, cada vez mais, possamos ter dias como este, em que celebramos a irmandade entre a África e o Brasil.

Meus amigos e amigas Embaixadores e Embaixadoras aqui presentes,

Este é um dia gratificante para nós. Em vez do Celso Amorim e de mim, poderia ter feito o discurso a nossa companheira Matilde, que representa com muita dignidade aquilo que nós tentamos, internamente, provar como acerto da nossa política externa em relação à África. De nada adiantaria toda a nossa relação com o continente africano se, internamente, nós não estivéssemos criando políticas especiais para resgatar a dignidade da nossa população negra, historicamente marginalizada, historicamente quase segregada do alcance dos benefícios do crescimento econômico, dos benefícios dos avanços educacionais, dos avanços tecnológicos.

Estamos fazendo isso com a convicção de que não estamos fazendo nenhum favor, estamos apenas fazendo um pouco do resgate de uma história da qual não nos orgulhamos, porque se dependesse da nossa geração, nós não teríamos feito os negros de escravos, aqui no Brasil e em outros países da América Latina e do mundo. Por mais que façamos, quatro anos é muito pouco, oito anos é muito pouco, quem sabe 30 anos seja

pouco para que a gente possa resgatar isso. Quem sabe nunca consigamos resgatar definitivamente a história na sua plenitude, dando à população negra do nosso continente, aos afro-descendentes, as conquistas a que eles têm direito.

Entretanto, eu penso que estamos dando passos extraordinários. Primeiro, porque criamos na consciência da imprensa brasileira, da intelectualidade brasileira, dos empresários brasileiros, dos políticos brasileiros, dos sindicalistas brasileiros, que não é possível olhar para o mundo sem enxergar a África, não é possível olhar para a Europa, para a Índia, para a China, olhar para o Oriente Médio, sem que a gente perceba que entre nós e a Europa tem algo muito grande, tem mais de 50 países, que têm mais de 1 bilhão de habitante e que daqui a 20 anos terão um 1 bilhão e 200 milhões ou 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, portanto, nós temos que olhar, enxergar, sentir e construir, junto com os países africanos, qual o futuro que queremos para nós no século XXI.

Duas coisas me chamam a atenção. Primeiro, é preciso que a gente tenha paz no continente africano. A paz é a única possibilidade que temos de construir o desenvolvimento. A guerra não possibilita o crescimento econômico, não possibilita o desenvolvimento educacional, não possibilita o desenvolvimento tecnológico. Ela

possibilita injustiças. E ninguém, em sã consciência, fará qualquer projeto de investimento em um país que está em guerra. Aliás, a guerra destrói aquilo que os homens e as mulheres constroem. Com a paz garantida em vários países africanos, fica muito mais fácil a gente pensar a África para o século XXI. Da mesma forma que temos que pensar a América do Sul e a América Latina para o século XXI. A opção, para mim, é clara: se nós queremos continuar pobres como fomos no século XX ou se nós queremos crescer e melhorar a vida da nossa gente no século XXI. E digo isso porque o programa de biocombustíveis que inauguramos aqui, há dois anos e meio, embora tenha sido começado no Brasil, tem a cara da África.

Vejo no programa de biocombustíveis a grande possibilidade para que países africanos que não têm petróleo tenham a possibilidade de atender o mundo desenvolvido com energia renovável, energia limpa, energia geradora de milhões de empregos. Servir e atender o mundo desenvolvido que, obrigatoriamente, vai ter que contribuir para a despoluição do Planeta.

Além disso, nós temos convocado os empresários brasileiros a conhecerem melhor o continente africano, não apenas para vender ou para comprar, mas para construir, junto com parceiros africanos, o crescimento das suas empresas e o crescimento da produção industrial com alto valor agregado que, no fundo, no fundo, é o que ajuda os países a se desenvolverem.

Posso dizer a vocês que o Brasil pode fazer muito mais do que já fez. Acho que a primeira fase difícil, que foi a fase do preconceito, nós já superamos. “O que o Presidente Lula vai fazer na África?” “Porque tantas viagens à África?” “O que os africanos podem comercializar?” “Porque o Presidente Lula não vai para a Europa, não vai para o Japão, não vai para a China?” Porque durante o século passado se construiu a mentalidade de que o Brasil tinha que ter uma relação de subordinação com as economias ricas, e não uma relação política, cultural, comercial, industrial com os países pobres, para que o Brasil pudesse passar para eles aquilo que foi o aprendizado acumulado nos nossos 500 anos de história.

E que outro país do mundo poderia ter essa percepção, senão o Brasil? Um país que tem, em tudo que nós olharmos, a cara da África, a alegria do nosso povo, a música brasileira, o carnaval brasileiro, a religião brasileira. Tudo que a gente olha tem um toque africano. E que país do mundo, então, poderia ter essa vocação de se aproximar da África mais do que o Brasil? Nenhum. Até porque o Brasil não tem vocação imperialista. E o Brasil não quer ter vocação hegemônica, o Brasil quer ter vocação de parceria, construir junto aquilo que precisa ser construído.

E quando digo que o Brasil pode fazer muito mais, é porque eu ainda tenho alguns sonhos com a África que não foram construídos ainda. Por exemplo, desde 2003 eu fico pensando em construir uma universidade em que a gente possa ter, aqui, os africanos, os latino-americanos e os brasileiros, como se fosse uma espécie de universidade de integração dos povos do continente africano e da América do Sul.

Eu, por exemplo, fico imaginando que nós poderíamos levar a Fiocruz, que é um instituto de pesquisa tecnológica na área de fármacos, muito importante na área de saúde, que poderia montar, como a Embrapa montou em Gana, um escritório ou um departamento em um país africano.

Lembro-me que fizemos, com o Presidente Bush, um acordo para que a gente possa acabar com a malária em São Tomé e Príncipe. Começamos a discutir com o Tony Blair, começamos a discutir com o Bush, a possibilidade de juntos fazermos parceria para projetos de biocombustíveis em algum país africano. E nos próximos dias estarei fazendo aqui uma reunião com as empresas de aviação brasileira, para que comecem a pensar em linhas de integração com o continente africano. Porque, se não for assim, nós teremos muito mais trabalho e a integração será muito mais difícil.

O Brasil, como país que tem uma economia maior, tem que ter atitudes mais ousadas para que a vontade política da integração se concretize definitivamente.

Eu penso, meus caros Embaixadores e Embaixadoras, que temos muito trabalho pela frente. Nós queremos que um dia todos os países africanos tenham Embaixada no Brasil, como nós queremos, um dia – que não estará muito longe – ter Embaixadas em todos os países africanos. Mas, mais do que termos Embaixadas, é preciso que nós tenhamos meios concretos de contribuição para que o Brasil e os países africanos, a América do Sul e o continente africano, possam crescer de forma harmônica, de forma que as parcerias sejam construídas de acordo com a vontade dos povos africanos e do povo latino-americano.

Quero parabenizar todos vocês, que

transmitam aos seus dirigentes, aos seus Presidentes, nos países que representam, o meu carinho fraternal na comemoração deste Dia da África.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de descerramento de placa alusiva à visita às instalações do escritório regional da Embrapa na África. Acra, Gana, 20/04/2008

Meu caro amigo, Presidente Kufuor, da República de Gana,

Senhor Dominic Kwaku Fobih, Ministro da Educação, das Ciências e dos Esportes de Gana, em nome de quem cumprimento os demais Ministros de Gana aqui presentes,

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Embaixador do Brasil em Gana, Luiz Fernando Serra,

Meu caro Sílvio Crestana, Presidente da Embrapa,

Companheiros da delegação brasileira, Companheiros de Gana, Jornalistas de Gana e do Brasil, Companheiros e companheiras, é com verdadeira satisfação e sentido de dever cumprido que visito, hoje, o Escritório da Embrapa na África. Tenho falado muito deste centro de excelência em matéria agropecuária em meus discursos no Brasil e no exterior. Cito este projeto como um marco, como a pedra fundamental de uma nova estratégia da política exterior brasileira, e a ponta de lança de nosso compromisso de estender aos países em desenvolvimento, particularmente aos africanos, os benefícios que a Embrapa trouxe e continuará trazendo ao Brasil. A escolha de Gana para sediar uma instituição tão importante reflete a presença

estratégica que Gana ocupa no continente africano.

Espelha também a confiança que o Brasil deposita neste país como modelo do potencial de cooperação solidária entre países em desenvolvimento. Por meio do apoio que presta ao Escritório, Gana está ajudando a todo o continente africano.

Meu caro Presidente Kufuor,

A presença de Vossa Excelência nesta cerimônia reforça minha convicção de que o Brasil deve engajar-se cada vez mais em projetos que nos aproximam de nossos irmãos africanos.

Este Escritório já começou a render benefícios para a África. Desde sua instalação, há pouco mais de um ano, dezessete países africanos foram visitados pelos representantes da Embrapa residentes em Acra. Outros treze países receberam assistência à distância.

Dessas missões, vão surgindo projetos para melhorar a produção africana em mandioca, arroz, feijão e soja. Igualmente importante, vamos priorizar a capacitação técnica dos quadros de instituições governamentais africanas que darão consistência e continuidade a esses programas. Não faltarão aqueles que dirão que este escritório é pequeno. Que a iniciativa é modesta. Eu, de minha parte, prefiro pensar nesta presença brasileira como uma primeira semente de algo que vai crescer e se expandir, gerando frutos para todo o Continente.

Acima de tudo, é uma contribuição amiga e solidária do Brasil para o desenvolvimento agrícola africano e para o combate à fome neste continente. Uma contribuição para que os irmãos da África disponham, cada vez mais, dos instrumentos para construir seu próprio futuro.

Meu amigo Presidente Kufuor,

Vossa Excelência está percebendo que dia de domingo o Presidente do Brasil não usa gravata. Sobretudo porque o calor de Gana é mais forte do que o calor mais forte do Brasil. Mas é exatamente envolvido por este calor que eu queria dizer o meu sentimento neste momento.

Quando, em 2003, decidimos priorizar a relação com o continente africano nós fomos muito criticados no Brasil. Afinal de contas, o Brasil estava subordinado a uma relação prioritária com a Europa e os Estados Unidos, e nós entendíamos que o Brasil precisaria redes- cobrir a África. O Brasil tem dívida histórica com o continente africano. Os africanos livres foram escravos no meu País.

Mas, em compensação, o que é o povo brasileiro hoje se deve muito à maior imigração forçada da história da humanidade. O povo brasileiro deve aos africanos a sua cor, a sua alegria, a sua dança e grande parte da nossa cultura. A mistura entre negros, índios e europeus fez do Brasil uma miscigenação sem similar no mundo. Um povo alegre, um povo festivo, mas também um povo que sabe dos seus direitos, e que sabe prestar gratidão.

E o que estamos fazendo aqui hoje, mais do que inaugurar o primeiro escritório da

Embrapa no continente, é um gesto de gratidão, de estender ao continente africano, através de Gana, um centro de excelência que foi responsável por uma revolução agrícola no meu País. Um centro de excelência na agricultura tropical, que transformou o Brasil num grande exportador de carne, num grande exportador de suco de laranja, num grande exportador de soja, num grande exportador de açúcar, num grande exportador de etanol e, porque não dizer, com esse escritório, num grande exportador de conhecimento através da inteligência da Embrapa.

Presidente Kufuor,

Eu tenho enfrentado os debates em quase todos os países do mundo que viajo. Sobretudo quando faço a proposta da produção de biodiesel e de etanol. Ora acusam o Brasil de querer desmatar a Amazônia, agora, com o aumento dos preços dos alimentos, culpam os biocombustíveis.

Toda vez que estou na Europa e acontecem as críticas, eu mando os meus oponentes olharem o mapa mundi e perceberem aonde é que tem terra para plantar: “Não olhem para o seu próprio território, olhem para o território africano, olhem para o Brasil, para a América do Sul, para a América latina e Caribe, olhem para alguns países que não tiveram chances no século XX, e percebam que se o alimento é uma necessidade para a humanidade, hoje, é exatamente nos países pobres, que ainda têm muita terra, que poderemos suprir a fome daqueles que estão começando a comer hoje”.

Deus queira que mais africanos possam comer. Deus queira que mais chineses possam comer, mais indianos possam comer, mais gente na América latina e Caribe possam comer. Porque não é justo que mais de 1 bilhão de seres humanos consumam menos que a caloria e as proteínas previstas para a nossa sobrevivência.

O mundo está a pedir, e nós, países que éramos chamados do “terceiro mundo” estamos dispostos a atender. Para isso, são necessárias duas coisas: os países ricos abrirem mão dos subsídios aos seus produtores agrícolas e facilitarem a entrada dos produtos agrícolas dos países pobres. Em segundo lugar, passar conhecimento tecnológico e científico, para que os países mais pobres possam produzir os alimentos que o mundo tanto necessita.

Eu acredito, Presidente, que este escritório aqui poderá, em pouco tempo, trazer para Gana e para o continente africano, um pouco da revolução que aconteceu no meu País. No meu País tem uma região, chamada região do cerrado, que há 30 anos dizia-se que não valia nada, só nasciam umas árvores pequenas, tortas, e a gente era educado de que onde a árvore não crescia era porque a terra não prestava.

Eu acho aquela região muito parecida com a savana africana. E tenho pedido ao meu companheiro Sílvio Crestana, da Embrapa, para que pesquisemos, façamos tudo o que for necessário, porque se o meu pensamento estiver certo, e as condições das terras na savana forem semelhantes às terras do cerrado, daqui a alguns anos a África deixará de ser vista pelo mundo como um continente pobre, onde as pessoas passam fome, e passará a ser um continente verde, produtor de comida, para saciar não apenas a fome do povo africano, mas para saciar a fome daqueles que já não têm mais terra para plantar e querem comer.

Os biocombustíveis, Presidente Kufuor, é a segunda revolução que fizemos no Brasil.

E quando lançamos a proposta de produzir biodiesel no Brasil, eu imaginava que não iríamos ter muitos adversários no mundo desenvolvido. Afinal de contas, todo o mundo está de acordo de que é preciso diminuir o aquecimento do planeta Terra, de que é necessário diminuir a emissão de CO₂. Por isso foi assinado o Protocolo de Quioto, por todas as nações desenvolvidas do mundo.

Mas, até agora, fizeram muito pouco para cumprir o acordo que fizemos. E estão a exigir dos países pobres que não desmatem. Criaram até uma coisa chamada “seqüestro de carbono”, passando a idéia que iriam pagar, para os países que não desmatassem e que não contribuíssem com a emissão de CO₂, um dinheiro que compensasse a preservação das nossas matas e das nossas florestas. E nós queremos preservar. Até porque não pensamos apenas na floresta, pensamos também na biodiversidade.

Mas é importante que as pessoas percebam que o etanol e o biodiesel são possibilidades concretas e objetivas de que o Brasil detém tecnologia de produzir combustível, diminuir a emissão de CO₂ e gerar milhões de empregos no mundo todo.

Veja, Presidente Kufuor, que absurdo: o Brasil é auto-suficiente em petróleo. Agora descobrimos novas jazidas de petróleo e as possibilidades são extraordinárias. O Brasil será um dos grandes produtores de petróleo do mundo. E isso não vai diminuir a nossa disposição de investir nos biocombustíveis, para misturá-la no petróleo.

Agora, o que me chama a atenção? É a falta de sensibilidade daqueles que levantam de manhã, tomam café, almoçam, jantam, têm saúde de qualidade, têm trabalho, e não têm sensibilidade para uma simples coisa: quis Deus, na construção do mundo, que a África fosse o que é hoje, mas que tem muita terra e que, muitas vezes, não utilizou 10% do potencial dessa terra.

Imagine, Presidente, quanto custa você tirar petróleo no fundo do mar. E o Brasil é o país que tem a maior tecnologia de prospecção em profundidade. Uma plataforma, para tirar 180 mil barris/dia, custa 2 bilhões de dólares. Apenas 10 países detêm, praticamente, o controle do petróleo no mundo, e poucos países têm condições de construir uma plataforma. Uma sonda, para fazer prospecção a 800 metros de profundidade, custa 500 mil dólares/dia. Quantos países podem pagar? Quantos países têm tecnologia para isso?

Ao contrário, os biocombustíveis, um homem ou uma mulher, por mais pobres que sejam, por menos formados intelectualmente que sejam, com a mão podem cavar um pequeno buraco na terra, colocar uma pequena semente e, alguns meses depois, essa pessoa estará colhendo o seu petróleo verde, não poluente, gerador de empregos.

é isso que estamos oferecendo ao mundo. E queremos um debate franco, muito aberto, sem preconceitos, sem ideologias, mas unicamente pensando em dar chance àqueles que ainda não tiveram chance. O Brasil tem tecnologia, o álcool, 35 anos de tecnologia. O biodiesel foi patenteado pelo professor Expedito Parente em 1975. E nós queremos discutir isso com os governantes do mundo inteiro. Porque eu não consigo entender, por que os países ricos não falam mal do preço do petróleo? Quanto implica, no custo do alimento, um barril de petróleo a 103 dólares?

Por que os países ricos sobretaxam o etanol brasileiro e não taxam o petróleo?

Nós não estamos querendo brigar com ninguém. Estamos apenas dizendo ao mundo: nós, os países considerados emergentes, os países considerados pobres. Nós, africanos, nós brasileiros, nós latino-americanos temos a solução que vocês tanto discutem academicamente. Nós não conseguimos produzir o motor a hidrogênio, mas conseguimos produzir um carro que anda a álcool, um caminhão que anda com biodiesel, não emissores de CO₂.

Portanto, esta será a grande contribuição que os povos da África, da América latina e do Caribe têm para oferecer àqueles que tanto já tiveram no século XX e que precisam agora não repartir o que têm, mas repartir apenas as novas oportunidades.

Esteja certo, Presidente Kufuor, que Gana será outra a partir do dia de hoje. Se a Embrapa fizer aqui o que ela produziu no Brasil, sem precisar esperar 30 anos, Gana contribuirá para a mudança da história agrícola do continente africano.

Que Deus abençoe o continente africano e o povo de Gana.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com o Presidente de Serra Leoa, Ernest Bai Koroma – Brasília-DF, Palácio Itamaraty, 19/08/2009

Excelentíssimo Senhor Doutor Ernest Bai Koroma, Presidente da República de Serra Leoa,

Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal,

Senhora Zainab Bangura, Ministra dos Negócios Estrangeiros de Serra Leoa, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da delegação de Serra Leoa,

Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores,

Senhor Ivan Ramalho, Ministro Interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Senhoras e Senhores Embaixadores,

Representantes dos Ministérios brasileiros,

Amigos e amigas,

É uma grande honra receber o Presidente de Serra Leoa Dr. Ernest Kroma, no Brasil. Sua corajosa liderança e engajamento pessoal na pacificação de seu país tem sido uma inspiração para todos os amantes da paz e da justiça.

A eleição de Vossa Excelência representou um passo irreversível na marcha do povo de Serra Leoa rumo à reconciliação política e à estabilidade econômica. Espelha o

amadurecimento de um continente que se está unindo para assegurar um futuro de dignidade para todos os seus cidadãos. Sob sua liderança, Serra Leoa se junta a tantos outros países africanos na construção de uma sociedade próspera e vibrante.

Senhor Presidente,

A primeira visita de um Chefe de Estado de Serra Leoa a nosso país é oportunidade para consolidar um diálogo que começamos no ano passado, na reunião da Unctad, em Acra. Já passamos da palavra à ação. No âmbito do acordo de cooperação técnica, missão brasileira esteve este ano em Serra Leoa para identificar projetos que respondem às aspirações de bem-estar e prosperidade do seu povo.

Sei que a prioridade brasileira – segurança alimentar – é também compartilhada por Vossa Excelência. Vamos fazer da agricultura, especialmente da produção de alimentos, uma fonte de progresso, de emprego e de esperança de uma vida digna para milhares de trabalhadores. Vamos juntar esforços e conhecimentos para combater doenças, cujas principais vítimas são os mais pobres.

Sabemos da prioridade que o programa Agenda para Mudanças, do seu governo, confere ao combate ao HIV-Aids e à Malária. O apoio que o Brasil oferece para capacitar e treinar profissionais de saúde é exemplo prático da Cooperação Sul-Sul em ação.

A experiência brasileira com biocombustíveis e fontes renováveis de energias mais limpas e baratas abre a perspectiva de mais emprego e renda no campo. É também nossa resposta ao desafio da mudança do clima. Queremos também desenvolver oportunidade de parceria nos campos da construção civil e agronegócio.

Senhor Presidente,

O Brasil se soma à comunidade internacional em apoio à luta de Serra Leoa para superar o legado de uma guerra traumática. No âmbito da Comissão de Construção da Paz estamos empenhados em fortalecer a capacidade institucional de seu país. A experiência do Brasil no Haiti e em Guiné-Bissau não deixa dúvidas: sem cidadania e desenvolvimento econômico e social, não haverá paz duradoura.

Nossa aliança para a paz e o desenvolvimento reflete uma convicção profunda. Os países africanos são aliados fundamentais do Brasil na luta para transformar o mundo em que vivemos. Por isso, precisamos trabalhar de forma cada vez mais estreita e coordenada. Somente assim estaremos aptos a desempenhar nosso legítimo papel na defesa de uma governança global mais justa e equitativa.

Devemos impedir que uma crise mundial causada pelos países ricos represente retrocesso em todos os nossos avanços no combate à pobreza e à fome. Nesse esforço, as Nações Unidas não podem estar ausentes. O debate em torno de sua reforma não deve perder impulso. O Conselho de Segurança só recuperará a sua credibilidade e eficácia se incorporar membros permanentes da África e da América Latina e Caribe. Como coordenador do Comitê Africano sobre a reforma daquele órgão, Serra Leoa ocupa posição de responsabilidade nessa luta.

Meus amigos e minhas amigas,

A visita do Presidente Koroma ao Brasil, às vésperas da 2ª Cúpula América do Sul-África, é particularmente oportuna. Os acordos que estamos firmando e os compromissos que estamos assumindo atestam o potencial de nossa parceria, mas também nos inspiram a trabalhar juntos pelo êxito da reunião de Caracas.

É com essa convicção que convido todos a levantarem um brinde em homenagem ao futuro das relações entre Serra Leoa e Brasil e à prosperidade de nossos povos.

Obrigado.

Pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante almoço oferecido à Presidente da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf – Palácio Itamaraty, Brasília, 07/04/2010

Senhora Ellen Johnson-Sirleaf, presidente da República da Libéria,

Senhora Olubanke King, ministra dos Negócios Estrangeiros da Libéria, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da delegação liberiana,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, por meio de quem cumprimento os demais ministros brasileiros aqui presentes,

Senadores, Deputados federais, Embaixadores, Amigos e amigas,

A primeira visita de um chefe de Estado da Libéria ao Brasil é ocasião para comemoração. Celebramos o encontro de duas nações nascidas sob o signo da liberdade e da esperança. Ninguém melhor do que a presidenta Ellen Johnson encarna esses valores. Primeira mulher africana chefe de Estado, a eleição de Vossa Excelência consagra uma trajetória dedicada à dignidade do indivíduo e à justiça para todos.

As duras perseguições que sofreu não comprometeram seu empenho em favor da reconciliação nacional. As dificuldades do exílio não abalaram seu compromisso com um futuro de desenvolvimento e democracia para o seu povo. Cara Presidenta, O Brasil compartilha sua confiança inabalável na África. Acreditamos nos 800 milhões de africanos determinados a realizar a promessa de uma região com vastas riquezas naturais e extraordinárias perspectivas de crescimento. Nessa empreitada, a África, hoje, fala com unidade de propósito e voz uníssona. As realizações da União Africana e de organismos como a Cedeao e a União do Rio Mano são prova de que o continente está reencontrando o rumo da construção da paz e da consolidação da democracia.

A Libéria é símbolo dessas conquistas. Superou anos de conflito e lançou-se na reconstrução nacional. Como a Presidenta gosta de dizer, a Libéria não tem problemas, a Libéria tem desafios. O Brasil quer ser parceiro na solução desses desafios. O Acordo de Cooperação Técnica que assinamos em 2009 mostra o caminho a seguir. O intercâmbio de equipes técnicas nas áreas de fortalecimento institucional e de saúde aponta o quanto podemos realizar juntos.

A estratégia liberiana de redução da pobreza e o programa Fome zero são experiências exitosas que devemos partilhar. Queremos levar para toda a África nosso compromisso de fazer do bem-estar o ponto de partida do desenvolvimento solidário. O combate à Aids será sempre uma prioridade. É com essa convicção que o Brasil está construindo uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique. Queremos que a Libéria e todo o continente tenham acesso a medicamentos e treinamentos fundamentais para derrotar uma pandemia que ameaça gerações de africanos.

No Brasil, aprendemos que não há segurança alimentar sem uma agricultura familiar robusta. E, por intermédio da Embrapa, estamos levando ao pequeno agricultor, na Libéria, a experiência brasileira de fortalecimento da produção rural. Estamos semeando em solo africano a revolução verde que os brasileiros conheceram nas últimas décadas. Essa mesma tecnologia tropical também promete outra revolução.

A Libéria possui todas as condições de clima e de solo para ser grande produtora de biocombustíveis. No Brasil, conhecemos os benefícios de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Multiplicamos a geração de renda e empregos, e nos tornamos referência no combate à mudança climática. Em maio próximo, temos a oportunidade de dar um passo decisivo nessa parceria. Vamos realizar, em Brasília, encontro com os ministros da Agricultura de todo o continente africano. Contamos com a participação da Libéria para selar definitivamente uma aliança que une tecnologia do futuro com a solidariedade que atravessa gerações.

Senhora Presidenta, Essas são as armas dos países em desenvolvimento para vencer uma crise financeira global que golpeou, sobretudo, os mais vulneráveis. Fazer a economia mundial voltar a crescer, mas de forma sustentável, significa recolocar o tema do desenvolvimento no foco da agenda global. Gerar empregos e derrotar a fome são tarefas inadiáveis em um mundo cada vez mais interdependente.

Na caminhada da Libéria rumo à reconstrução nacional, seu melhor aliado será uma governança global democrática e equilibrada. É preciso que o Banco Mundial e o Fundo Monetário abandonem seus dogmas obsoletos e condicionalidades nefastas. O Brasil não se tornou credor desses organismos para que as coisas continuassem como antes. Exigimos reformas profundas para que os países em desenvolvimento possam ter voz ativa na definição de seu próprio futuro.

É esse o compromisso que os países do Bric renovarão em seu encontro em Brasília, na semana que vem. É também a mensagem que o Brasil levará às próximas cúpulas do G-20. Sei que estaremos falando pela Libéria e pelos jovens africanos que sonham com um amanhã à altura das melhores tradições e conquistas desse nobre continente.

É com esse propósito que dou boas-vindas à Vossa Excelência e peço a todos que levantem um brinde em homenagem a Presidenta da Libéria.